UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PAULA LEILANE OLIVEIRA CELESTINO

REQUALIFICAÇÃO URBANA: ENTRAVES E DESAFIOS NO BAIRRO LAGOA GRANDE NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA – BAHIA (2000-2013)

Salvador
2014

PAULA LEILANE OLIVEIRA CELESTINO

REQUALIFICAÇÃO URBANA: ENTRAVES E DESAFIOS NO BAIRRO LAGOA GRANDE NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA – BAHIA (2000-2013)

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas

Salvador
2014

Ficha Catalográfica Elaborada pela
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

C392r Celestino, Paula Leilane Oliveira
Requalificação Urbana: entraves e desafios no Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana - Bahia (2000-2013) / Paula Leilane Oliveira Celestino.- Salvador, 2014.
150 f.: Color.

Orientador: Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2014.

1. Planejamento urbano. 2. Política urbana - Feira de Santana (BA). 3. Política habitacional. I. Caldas, Alcides dos Santos. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 911.9:711(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

Requalificação Urbana: entraves e desafios no bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana – Bahia (2000-2013).

PAULA LEILANE OLIVEIRA CELESTINO

BANCA EXAMINADORA

Dr. Alcides dos Santos Caldas
Doutor em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil

Dra. Rosali Braga Fernandes
Doutora em Geografia Humana
Departamento de Ciências Humanas, UNEB, Brasil

Dra. Liliane Ferreira da Silva Mariano
Doutor em Urbanismo
Departamento de Ciências Exatas e da Terra, UNEB, Brasil

Aprovada em Sessão Pública de 28/03/2014

Aos meus pais, José Celestino e Amélia Celestino, que sempre me ensinaram as veredas da dedicação e da perseverança.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do esforço de todos aqueles que estiveram ao meu lado nesta empreitada. Primeiramente a Deus, que me sustenta em todos os momentos da minha vida.

Ao Professor Dr. Alcides dos Santos Caldas, pelo privilégio de tê-lo como meu orientador.

Às professoras Rosali Braga Fernandes, Liliane Ferreira Mariano da Silva, Vanessa da Silva Vieira e Gracinete Bastos de Souza pela contribuição relevante que deram à minha formação acadêmica.

Aos meus pais, Amélia Celestino e José Celestino Neto pelo amor, carinho, compreensão e pela certeza de que nunca estarei sozinha em qualquer caminhada.

Às minhas irmãs Elisângela Celestino e Ana Cláudia Celestino pela compreensão das minhas ausências nos momentos de lazer em família.

Aos amigos, Camila Uzêda, Carolina Dias, Filipe Melo, Lívia Rejane Galvão, Laerte Dias, Irani Soares, Juracema Mota e Lívia Fraga com os quais compartilhei lágrimas e aprendi o significado das palavras lealdade, amor e perseverança.

Ao Deputado Estadual José Neto pelo apoio e contribuição.

À Universidade Federal da Bahia e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade e apoio na elaboração desta dissertação.

À Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia pela credibilidade com que aceitou meu trabalho.

À Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, onde sempre encontrei pessoas dispostas a me ajudar.

Aos profissionais do Centro de Referência e Assistência Social Vivaldo França, pela ajuda no acesso aos dados necessários para concretização deste trabalho.

Aos representantes locais do Bairro Lagoa Grande e aos moradores do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição, pelo carinho com que me acolheram em suas casas, e emprestando-me as lentes pelas quais enxergam a realidade que os cerca.

"A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las."

Santo Agostinho

CELESTINO, Paula Leilane Oliveira. Requalificação Urbana: entraves e desafios no Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana - Bahia (2000-2013). 150 f. il. 2014. Dissertação (Mestrado)– Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as consequências socioespaciais do processo de requalificação urbana e enfatizar o papel do Estado na configuração do espaço urbano tomando como referência o caso do bairro Lagoa Grande, na cidade de Feira de Santana no período entre 2000 e 2013. Desse modo, foi necessária a utilização de uma abordagem dialética levando em consideração o contexto histórico, econômico, social e as relações sociais que envolvem a formação do objeto de estudo desta pesquisa. Por abrigar um dos maiores assentamentos precários da cidade de Feira de Santana, o bairro Lagoa Grande foi contemplado por ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010. Tais ações estão inseridas no Eixo de Infraestrutura Social e Urbana que compõe o referido programa e que tem como uma de suas estratégias a melhoria das condições de vida ou espaço de moradia da população através de ações de requalificação urbana que visam à recuperação de áreas degradadas e ao reassentamento de famílias que vivem em áreas consideradas de risco. Assim, o assentamento precário conhecido como Favela da Rocinha se desenvolveu nas proximidades da Lagoa Grande que deu origem ao nome do referido bairro. A ocupação deste espaço ocasionou sérios problemas ambientais ao corpo hídrico, além da forma de moradia precária e ausência de serviços e infraestrura elementares. Portanto, fica evidente a necessidade de uma intervenção como a requalificação urbana deste espaço, com o objetivo de fornecer melhores condições de habitação, manutenção do patrimônio ambiental e benefícios ao espaço urbano local. No que se refere aos resultados da pesquisa observou-se que a requalificação urbana no bairro Lagoa Grande é complexa, pois envolve um número significativo de famílias que tiveram que passar por um processo de relocação com sérias implicações socioespaciais, uma vez que foram identificados entraves e desafios infraestruturais, sociais e econômicos, pois, o que se objetiva com esta intervenção urbana é garantir melhores condições ambientais e sociais. Entretanto, existem problemas a serem sanados como a falta de serviços importantes no novo ambiente de moradia dos relocados, além da morosidade das obras, o que pode contribuir para a reprodução de um espaço segregado.

Palavras- Chave: Requalificação Urbana. Assentamento Precário. Lagoa Grande. Rocinha. Feira de Santana.

CELESTINO, Paula Leilane Oliveira. Urban Renewal: barriers and challenges in the neighborhood Great Pond in the city of Feira de Santana - Bahia (2000-2013). 150 f. il. 2014. Dissertation (Master) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ABSTRACT

This study aims to analyze the socio-spatial consequences of urban renewal process and emphasize the role of the state in urban space configuration with reference to the case of Lagoa Grande neighborhood in the city of Feira de Santana. Thus, the use of a dialectical approach taking into account the historical, economic, social context and social relations involving the formation of the object of this research was necessary. As home to one of the largest precarious settlements of the city of Feira de Santana, the Lagoa Grande neighborhood was contemplated for shares of the Growth Acceleration Program (PAC) from 2007 to 2010 . Such actions are inserted into the shaft of Social Infrastructure and Urban forming this program, which has as one of its strategies to improve the quality of life through urban renewal actions aimed at the recovery of degraded areas and the resettlement of families live in areas considered at risk. Thus, precarious settlement known as *Favela da Rocinha* developed near the *Lagoa Grande* that gave rise to the name of that neighborhood. The occupation of this space caused serious environmental problems to the water body, besides the form of poor housing and lack of basic services and infrastructure. Therefore, there is an evident need for an intervention such as urban redevelopment of this area, with the goal of providing better housing, maintenance of environmental assets and benefits to the local urban space. As regards the results of the research it was observed that the urban redevelopment in Great Pond neighborhood is complex because it involves a significant number of families who have had to go through a relocation process with serious socio-spatial implications, since barriers were identified and infrastructural, social and economic challenges, therefore, to the goal with this urban intervention is to ensure better environmental and social conditions. However, there are problems to be solved as the lack of important services in the new environment of the relocated house, besides the slowness of the works, which may contribute to the reproduction of a segregated space.

Keywords: Urban redevelopment. Precarious settlement. Lagoa Grande. Rocinha. Feira de Santana

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma metodológico 24

Figura 2 – Localização do Município de Feira de Santana 55

Figura 3 – Principais rodovias que conectam Feira de Santana as regiões norte e sul do Brasil 59

Figura 4 – Municípios baianos que compõem a Região de Influência de Feira de Santana 62

Figura 5 – Municípios que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) 64

Figura 6 – Distribuição espacial de alguns loteamentos e conjuntos habitacionais em Feira de Santana (2004) 68

Figura 7 – Localização do Bairro Lagoa Grande – Feira de Santana - Ba 75

Figura 8 – Área do Bairro Lagoa Grande 76

Figura 9 – Famílias do bairro Lagoa Grande atendidas pelo CRAS – Vivaldo França 78

Figura 10 – Distribuição das famílias por número de componentes - Bairro Lagoa Grande 79

Figura 11 – População economicamente ativa por situação de ocupação - Bairro Lagoa Grande 80

Figura 12 – Acesso à água para consumo humano - Bairro Lagoa Grande 81

Figura 13 – Forma de descarte de resíduos sólidos - Bairro Lagoa Grande 82

Figura 14 – Existência de banheiros nas residências - Bairro Lagoa Grande 82

Figura 15 – Esgoto a céu aberto - Rocinha 83

Figura 16 – Rua parcialmente inundada – Rocinha 84

Figura 17 – Rua pavimentada e parcialmente inundada 84

Figura 18 – Praça da Caixa D'Água - Rocinha 85

Figura 19 – Parte externa da Creche desativada - Rocinha 85

Figura 20 – Parte interna da Creche desativada - Rocinha 86

Figura 21 – Área improvisada para alocação de material reciclável - Rocinha 88

Figura 22 – Armazenamento de material reciclável - Rocinha 88

Figura 23 – Moradias precárias - Rocinha 89

Figura 24 – Infraestrutura habitacional precária - Rocinha 89

Figura 25 – Lagoa Grande nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota - 1986 95

Figura 26 – Lagoa Grande em obras nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota - 2014 95

Figura 27 – Lagoa Grande a oeste da Avenida Eduardo Froes da Mota – 1986 95

Figura 28 – Lagoa Grande nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota - 2006 95

Figura 29 – Lagoa Grande nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota - 2014 95

Figura 30 – Alocação de Lixo dentro da Lagoa Grande 96

Figura 31 – Esgoto e Lixo na área da Lagoa Grande 97
Figura 32 – Delimitação da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Grande 98
Figura 33 – Acesso da Lagoa Grande ao Riacho de Santo Antônio e Rio Pojuca 100
Figura 34 – Riacho de Santo Antônio 101
Figura 35 – Organização Hierárquica da Intervenção Urbana no Bairro Lagoa Grande 105
Figura 36 – Delimitação da área e identificação das ações de intervenção urbana 108
Figura 37 – Requalificação Urbana do Bairro Lagoa Grande 109
Figura 38 – Metodologia do processo de requalificação urbana no Bairro Lagoa Grande 114
Figura 39 – Localização do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição 119
Figura 40 – Infraestrutura e Equipamentos do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição 121
Figura 41 – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição 122
Figura 42 – Unidade habitacional no Conjunto Habitacional Núcleo Conceição 122
Figura 43 – Entrega das chaves das casas do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição 123
Figura 44 – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição: Prédio destinado ao Posto de Saúde 124
Figura 45 – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição: Prédio para funcionamento da Creche 124
Figura 46 – Prédio do Galpão de Reciclagem 124
Figura 47 – Quadras Poliesportivas 125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais autores e suas contribuições teóricas 25

Quadro 2 – Síntese metodológica 31

Quadro 3 – Políticas urbanas e habitacionais no cenário brasileiro a partir de 2000 43

Quadro 4 – Formação da região de Feira de Santana 57

Quadro 5 – Assentamentos Subnormais de Feira de Santana 71

Quadro 6 – Síntese temática - Moradores reassentados 133

Quadro 7 – Proposições sobre os entraves e desafios encontrados no processo de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande 140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de recursos para intervenção em Assentamentos Precários por região 48

Tabela 2 – População rural e urbana residente em Feira de Santana – 1940-2010 65

Tabela 3 – Taxa de urbanização do município de Feira de Santana – 1940-2010 66

Tabela 4 – Grau de instrução da população acima de 18 anos - Bairro Lagoa Grande 80

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Proteção Permanente
Av.	Avenida
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPS	Centros de Atendimento Psicossocial
CDL	Clube dos Diretores Lojistas de Feira de Santana
CEF	Caixa Econômica Federal
CEM/Cebrap	Centro de Estudos da Metrópole/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIS	Centro Industrial do Subaé
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GPUs	Grandes Projetos Urbanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
MCMV	Minha Casa Minha Vida
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACUAP	PAC Urbanização de Assentamentos Precários
PATRA	Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo
PPI	Projetos Prioritários de Investimento
PT	Partido dos Trabalhadores
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PLANOLAR	Plano Municipal de Habitação Popular
PMFS	Prefeitura Municipal de Feira de Santana
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNH	Política Nacional de Habitação
REGIC	Região de Influência das Cidades
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
RMFS	Região Metropolitana de Feira de Santana
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SEDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SEDUR	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano
SEMARH	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano
SETRE	Secretaria Estadual do Trabalho e Esporte
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SSP	Secretaria Estadual de Segurança Pública
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UAP	Urbanização de Assentamentos Precários
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia S.A.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO 22

1.1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS 22

1.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS 32

1.2.1 O Espaço Urbano e seus Agentes Produtores 32

1.2.2 O papel do Estado na Produção do Espaço Urbano 35

1.2.3 Requalificação Urbana 37

2 IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NO BRASIL A PARTIR DE 2000: UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS 40

3 A CIDADE DE FEIRA DE SANTANA: LOCALIZAÇÃO, CONTEXTO HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA URBANO-REGIONAL 54

4 BAIRRO LAGOA GRANDE 73

4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO 73

4.2 FORMAÇÃO DO BAIRRO LAGOA GRANDE: PASSADO E PRESENTE 90

4.3 QUESTÃO AMBIENTAL: A LAGOA GRANDE ENQUANTO UMA ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP) 93

5 A REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO LAGOA GRANDE: AÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL 103

5.1 A REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO LAGOA GRANDE: DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO 103

5.1.1 Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental – Lagoa Grande 106

5.1.2 Agentes Sociais Envolvidos 115

5.1.3 O Processo de Reassentamento de Famílias da Favela da Rocinha no Bairro Lagoa Grande: Implicações Socioespaciais 116

6 ENTRAVES E DESAFIOS NO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO LAGOA GRANDE 128

CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES 136

REFERÊNCIAS 141

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas para Representante Local Agente Comunitário de Saúde 149

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas para Representante Social ou Comunitário Local 150

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas para Coordenação Social do Projeto Socioambiental 151

APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas para Liderança Política 152

APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas para Moradores Reassentados – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição 153

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é dinâmico, complexo, híbrido e na sua (re)produção vários agentes estão envolvidos. Dessa maneira, cabe pontuar o seu papel para as novas dinâmicas espaciais induzidas pelo processo de globalização que acabam transformando cidades em cenários urbanos empreendedores e atraentes, além de influenciar as ações do Estado que se concretizam nos programas e projetos de governo desencadeando novos arranjos sócio-espaciais com rebatimento em diferentes escalas.

A importância da análise do espaço urbano a partir do viés das ações urbanas intervencionistas é relevante, pois segundo Moura (2011), no contexto brasileiro, observam-se configurações espaciais que se expressam com a proposta de grandes projetos urbanos que buscam contemplar os interesses capitalistas muitas vezes embutidos em processos denominados de requalificação, reabilitação e renovação urbana voltados principalmente para os grandes centros metropolitanos.

Vale salientar que os primeiros passos desta pesquisa foram iniciados durante o curso de especialização em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e devido à complexidade da investigação desenvolvida foi dado prosseguimento resultando no presente estudo de caso, uma vez que a requalificação urbana faz parte do grupo de intervenções urbanas que merece ser melhor investigada, principalmente por suas implicações.

Deste modo, o objeto de estudo a ser analisado é o Bairro Lagoa Grande situado na cidade de Feira de Santana, a segunda maior do Estado da Bahia. Enquanto município apresenta uma população de 556. 642 habitantes e com uma área de 1.338 km^2 (IBGE, 2010), destacando-se também por apresentar uma posição geográfica estratégica como principal entroncamento rodoviário entre o norte e o nordeste do país.

O Bairro Lagoa Grande foi escolhido como objeto de estudo desta pesquisa porque, além de abrigar um dos maiores assentamentos precários conhecido como a Favela[1] da Rocinha, localizada na área de influência da Lagoa Grande, revela não somente uma preocupação ambiental e as condições de habitabilidade de seus moradores, mas as causas da ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como nas proximidades de lagoas e córregos

[1]As favelas (e seus assemelhados) são territórios de ilegalidade e exclusão social. São a expressão da desigualdade. As definições de favela traduzem duas de suas principais características: as ilegalidades fundiária e urbanística. Essa tipologia é definida pelo IBGE como 'aglomerado subnormal'; e no estudo realizado pelo CEM/Cebrap, como 'assentamentos precários' (DENALDI, 2013, p. 101).

sujeitos a inundações e inapropriados para construção de moradias pela falta ou ineficiência de políticas que possam atender as demandas habitacionais da população, principalmente para as que apresentam baixo poder aquisitivo. De tal modo, a ocupação desses espaços também evidencia de que forma o Estado tem atuado na dinâmica socioespacial da cidade.

Desta maneira, o referido bairro foi contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010 visando à requalificação urbana, que ainda se encontra em curso, prevista no Eixo de Infraestrutura Social e Urbana do PAC por meio da recuperação de áreas degradadas e implementação de ações relacionadas à habitação, saneamento e inclusão social principalmente em áreas de assentamentos precários[2] como favelas:

> Nos dias de hoje, os assentamentos precários não se colocam mais como exceção em nossas cidades, dado o enorme percentual de moradias precárias que não atendem a um padrão mínimo de habitabilidade, comprometendo tanto a qualidade de vida dos que ali vivem como também a qualidade urbana e ambiental do conjunto das grandes cidades. No âmbito do Governo Federal, em 2007, foi anunciado o Plano de Aceleração do Crescimento 2007 – 2010 (PAC), e a criação do eixo da Infraestrutura Social e Urbana, contando com expressivos investimentos destinados à execução de ações integradas em habitação, saneamento e inclusão social. A partir de então, passou a ser possível vislumbrar o tratamento adequado de favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do país. (BRASIL, 2010, p. 9).

Tal ação resulta da parceria entre os governos Estadual e Federal por meio do PAC contando com recursos disponibilizados pelo Ministério das Cidades através dos Projetos Prioritários de Investimento (PPI). A execução das obras é de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as consequências socioespaciais do processo de requalificação urbana e enfatizar o papel do Estado na configuração do espaço urbano tomando como referência o caso do bairro Lagoa Grande, na cidade de Feira de Santana.

E de maneira específica buscou-se:

a) Analisar se o projeto de requalificação urbana proposto para o Bairro Lagoa Grande levou em consideração o contexto social, histórico, econômico e ambiental da localidade;

[2]De acordo com Denaldi (2013) essa denominação é utilizada pela Política Nacional de Habitação (PNH) para designar uma categoria que engloba "[...] cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais produzidos pelo setor público, em situação de irregularidade ou de degradação" (DENALDI, 2013, p. 99).

b) Identificar os agentes envolvidos no processo de requalificação urbana e os mecanismos utilizados no reassentamento das famílias localizadas na área da Favela da Rocinha no Bairro Lagoa Grande.

c) Elaborar um cenário propositivo acerca dos entraves e desafios da intervenção urbana no Bairro Lagoa Grande.

A questão central desta pesquisa é investigar de que forma o Estado interfere na configuração socioespacial da cidade de Feira de Santana a partir de intervenções como a requalificação urbana tomando como referência o Bairro Lagoa Grande, objeto de intervenção urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010.

A cidade de Feira de Santana, segundo Santo (2003), por apresentar localização geográfica privilegiada e características físicas importantes como os aspectos geomorfológicos e geológicos que favorecem o surgimento de lagoas e nascentes tornou-se um atrativo para a ocupação humana, desencadeando uma expansão urbana sem a instituição de um plano que pudesse orientar sua ocupação até 1968 quando foi criado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), além de sérias implicações ambientais:

> A cidade, apesar de poder utilizar algumas de suas lagoas como centro de lazer, vem utilizando-as como depósito de lixo ou áreas alternativas para ocupação humana, sendo que diversas dessas lagoas foram ocupadas, aterradas e loteadas para abrigar a população de baixa renda. (SANTO, 2003, p. 14).

Contudo a ocupação de áreas irregulares como nas proximidades de lagoas e nascentes revelam um problema relevante que é a questão habitacional, pois para amenizar essa situação muitas famílias tomam a iniciativa e constroem suas casas em lugares impróprios e de risco como uma forma de sanar a falta de acesso à moradia e de políticas para a população de baixa renda e capaz de atender a dinâmica populacional da cidade, pois de acordo com Oliveira (2010, p. 85), “Por iniciativa própria, as famílias carentes, na tentativa de resolver o problema de moradia, ocupam terrenos, tanto públicos quanto de propriedade privada, localizados quase sempre em áreas remanescentes de conjuntos habitacionais”.

O Bairro Lagoa Grande teve sua ocupação iniciada na década de 1970 nas proximidades da Lagoa Grande. Entretanto, é importante destacar que assim como outras ocupações feitas no mesmo período o poder público municipal incentivou a ocupação de determinadas áreas da cidade com a criação do Plano Municipal de Habitação Popular

(PLANOLAR)[3] na tentativa de resolver o problema habitacional da cidade. Dita iniciativa, no caso do Bairro Lagoa Grande, acabou se transformando em um atrativo para as famílias que viviam em moradias de aluguel e começaram a se estabelecer nessa área que ficou conhecida como Favela da Rocinha, a qual atualmente abriga 11.362 habitantes e se constitui como um dos maiores assentamentos subnormais de Feira de Santana (CONDER, 2008).

A referida ocupação foi acompanhada de sérios danos ambientais porque uma parte considerável da população deste bairro que vive na Favela da Rocinha se estabeleceu na área da planície de inundação da lagoa e posteriormente avançou para o interior da mesma através do processo de soterramento do corpo hídrico para a edificação de novas moradias, alocação de lixo e esgotos domésticos configurando um espaço acentuadamente antropizado, provocando danos ambientais como prejuízos à fauna, à flora local e contaminação da água que pode atuar como vetor de doenças entre outros problemas.

Diante desse panorama, as ações que foram previstas para a requalificação urbana do bairro Lagoa Grande consistiram na recuperação ambiental da Lagoa Grande, implantação de uma área de lazer para a população feirense, a construção de um conjunto habitacional para o reassentamento de 690 famílias que habitam nas proximidades ou e em partes soterradas da lagoa, que de acordo com o Código Florestal lei nº 4.771/65 e o Código Municipal de Meio Ambiente de Feira de Santana, Lei Complementar nº 1. 612/1992 é considerada Área de Proteção Permanente (APP).

Assim, tomando por base a concepção de Santos (2002) ao discutir sobre espaço do cidadão, cabe questionar o direito de morar das famílias que serão reassentadas, pois:

> E o direito de morar? Confundido em boa parte da literatura especializada com o direito a ser proprietário de uma casa, é objeto de um discurso ideológico cheio, às vezes, de boas intenções e mais frequentemente destinado a confundir os espíritos, afastando cada vez para mais longe uma proposta correta que remedeie a questão. (SANTOS, 2002, p. 45).

Entretanto é preciso deixar claro que a intervenção urbana é necessária devido às fragilidades urbanas e ambientais que caracterizam a ocupação nas proximidades da Lagoa Grande onde se identificou um número considerável de famílias habitando de forma

[3] Iniciativa municipal instituída pela Lei 825/77 que de acordo com o Art. 1º – Fica Criado o Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR), - com a finalidade de proporcionar às famílias de baixa renda, o acesso à casa própria (FEIRA DE SANTANA, 1977).

precária em uma área sujeita a inundações periódicas, sem acesso a serviços fundamentais como saneamento básico e expostas a doenças infecto-contagiosas.

Assim, a pesquisa pretendida é relevante porque busca destacar as transformações do espaço urbano através da abordagem de processos como o de requalificação urbana que implica modificações que não se restringem à funcionalidade do espaço, mas a toda sua estrutura econômica e social que abarca não só as relações sociais de produção como também as relações simbólicas, a subjetividade dos indivíduos que constroem e reproduzem o espaço habitado.

Considerando que o espaço urbano é o resultado das relações desenvolvidas por um conjunto de agentes que perpassam as mais variadas escalas e instâncias sociais, as intervenções urbanas sejam elas de requalificação[4], renovação[5], reabilitação[6], revitalização[7] não devem ser apenas compreendidas como melhorias e soluções dos problemas urbanos (especialmente a construção de moradias), mas, merecem ser investigados os agentes que estão envolvidos e quais os interesses que prevalecerão, pois, apesar da condição política democrática, observa-se a ação de um Estado neoliberal a serviço dos interesses capitalistas.

É a partir dessa premissa que se faz necessário pensar criticamente sobre a postura do Estado com a sociedade civil frente aos entraves urbanos que demandam a elaboração, efetivação de políticas e projetos urbanos descentralizados condizentes com o contexto local de muitas cidades brasileiras.

Nesse sentido, a ciência geográfica permite a análise e compreensão de fenômenos espaciais, como aqueles desencadeados por intervenções como a requalificação urbana, que não devem ser reduzidos a uma visão economicista e tecnocêntrica, mas dissecados em todas as suas dimensões (sociais, econômicas, culturais e ambientais) levando em consideração os subconjuntos das normas, os agentes envolvidos, os arranjos sociais que são formados e as consequências socioespaciais produzidas.

---

[4] Alteração em uma área urbana com o fim de conferir-lhe nova função (ou novas funções), diferente(s) daquela(s) pré-existente(s) (DUARTE, 2005, p. 2).

[5] Substituição das formas urbanas existentes por outras modernas. Ela pode ser pontual, geralmente fruto da iniciativa privada, ou difusa, comumente pela ação planificada do Estado, quando abrange uma área ampla e totalmente alterada, inclusive no tocante à sua malha urbana (DUARTE, 2005, p. 2).

[6] Recuperação de determinadas áreas urbanas com o objetivo de "[...] salvaguardar, implicando o restauro de edifícios e a revitalização do tecido econômico e social, no sentido de tornar a área atrativa e dinâmica, com boas condições de habitabilidade." (DUARTE, 2005, p. 2).

[7] Termo pouco utilizado nas discussões urbanas, Pois pode provocar uma interpretação equivocada significando dar a vida a um espaço que estava "morto" (DUARTE, 2005).

No que se refere à organização, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: A introdução que contextualiza e destaca a importância da pesquisa e de seus respectivos objetivos que foram delimitados. O capítulo 1 apresenta as escolhas metodológicas e os pressupostos teóricos e conceituais que nortearam a discussão e serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo 2 faz uma abordagem sobre a requalificação urbana no Brasil e os rebatimentos socioespaciais desse processo tomando por base as intervenções voltadas para os assentamentos precários através de mudanças significativas no cenário político urbano a partir de um recorte temporal. Já o capítulo 3 dedica-se à cidade de Feira de Santana com uma explanação sobre seu contexto histórico e de sua relevância urbano-regional para que se possa compreender a formação socioespacial do Bairro Lagoa Grande. Nos capítulos 4 e 5 tem-se o escopo da pesquisa através do estudo do processo de requalificação urbana do Bairro Lagoa com a caracterização social e ambiental do objeto de estudo, a análise do Projeto de Requalificação Urbana e do processamento de reassentamento de algumas famílias, bem como a identificação dos agentes envolvidos com destaque para a ação do Estado, os princípios utilizados para justificar esse tipo de intervenção e o capítulo 6 com os entraves e desafios que envolveram o processo de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande.

Nas considerações finais buscou-se elaborar um cenário propositivo a partir dos desafios e entraves encontrados nas análises que foram desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa com o objetivo de indicar alternativas e sugestões. Almeja-se contribuir com outros estudos sobre intervenções urbanas, para que possam levar em consideração os contextos locais em que serão implantados.

1 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Para que uma investigação científica seja coerente e precisa, é necessário o delineamento de um caminho metodológico e conceitual que possibilite o seu desenvolvimento de forma que possa fornecer elementos que deem subsídio à problemática suscitada. Assim, no decorrer do amadurecimento de uma pesquisa percebe-se que a escolha dos aportes teóricos, metodológicos e conceituais merece maior atenção de modo a evitar equívocos e prover os mecanismos adequados para sua execução.

1.1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

As escolhas metodológicas definem o caminho que o trabalho científico deve percorrer para atingir seus objetivos. Desse modo, a concepção de Deslandes (2008), explicita que a metodologia não é uma simples descrição formal de métodos e técnicas que podem ser utilizados, mas destaca as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo.

Assim, o método de abordagem utilizado para a investigação do objeto de estudo desta pesquisa é o dialético que de acordo com Minayo (2008a, p. 24), busca "[...] analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais".

Do mesmo modo, Lakatos e Marconi (2012, p.110) conceituam o método dialético como aquele que permite uma maior compreensão do fenômeno, ou processo a ser estudado porque "[...] penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade". Contudo torna-se necessário pontuar que nenhum método de abordagem exclui o outro, mas apresenta suas diferenças, particularidades e especificidades que culminam no mesmo objetivo que é dar base para o desenvolvimento do problema que foi levantado e alcançar a finalidade da pesquisa.

Assim, o arcabouço metodológico nos permite analisar os fenômenos, processos ou eventos cabendo ressaltar o importante papel da ciência geográfica possibilitando uma releitura dos mesmos levando-nos à compreensão da variabilidade temporal dos elementos no espaço, pois não se pode tomar tudo como verdades absolutas, mas relativas, uma vez

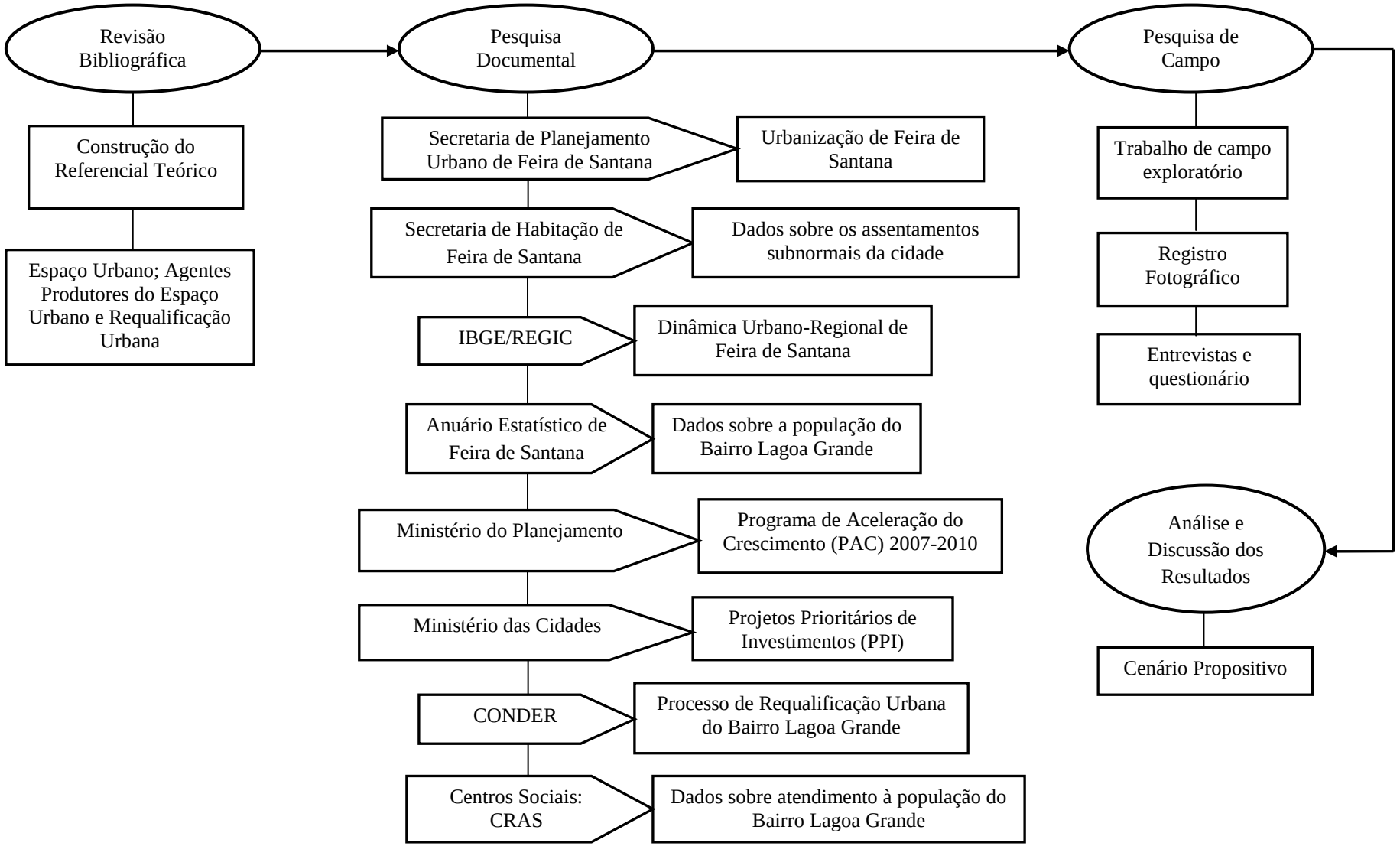
que, os eventos são dinâmicos “Diante da nova história e da nova geografia é o nosso saber que também se dissolve, cabendo-nos reconstituí-lo através da percepção do movimento conjunto das coisas e dos eventos.” (SANTOS, 2002, p. 117).

Portanto, os procedimentos metodológicos que foram adotados para alcançar o objetivo deste estudo podem ser visualizados esquematicamente através do fluxograma na figura 1 e no final deste capítulo encontra-se o quadro síntese metodológico.

O desenvolvimento desta pesquisa baseou-se em quatro importantes etapas como descrito no fluxograma metodológico (Figura 1). Sendo assim, a primeira corresponde à revisão bibliográfica que consistiu na consulta de livros, artigos, teses e dissertações para a elaboração do referencial teórico. Desta forma, para o desenvolvimento da discussão proposta neste trabalho foi importante a apropriação de conceitos, enquanto construções teóricas sobre determinado fato ou fenômeno e de sua capacidade de atender, em princípio, a perspectiva de investigação e análise do tema em questão.

A construção do embasamento teórico apoiou-se nos conceitos de espaço urbano e seus agentes produtores com destaque para a ação do Estado, pois além de interventor e regulador do uso do solo urbano é um importante agente no planejamento territorial, devido ao seu poder político que é exercido através da criação de estratégias e programas que implicam rebatimentos socioespaciais que devem ser investigados. Assim, outro conceito que fundamentou o estudo pretendido foi o conceito de requalificação urbana que se trata de uma estratégia ou instrumento fundamentado pelo Estado para recuperação de áreas urbanas degradadas, sejam elas centrais ou de importância histórica por meio de intervenções que possam valorizar aspectos sociais, históricos, econômicos e melhoria das condições de moradia da população.

Figura 1 – Fluxograma metodológico



Fonte: Elaboração da autora desta pesquisa (2013).

As concepções teóricas adotadas, em que no Quadro 1 foram destacados os principais autores e suas contribuições, além de subsidiarem o corpo teórico da pesquisa, demonstram a importância da análise geográfica para a compreensão do espaço urbano sob o viés dos processos de requalificação urbana e o delineamento dos entraves e desafios existentes no que tange à problemática urbana como a criação dos espaços segregados e a discussão sobre a importação e implantação de projetos urbanos apresentados com a proposta de "bem-estar para todos", porém desconectados da realidade local.

Quadro 1 – Principais autores e suas contribuições teóricas

CONCEITO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO
Espaço Urbano	Carlos (1999)	Permite compreender o espaço urbano em um contexto capitalista a partir das relações sociais que envolvem diferentes dimensões (sociais, econômicas, culturais e política).
	Corrêa (1989)	Também conceitua o espaço urbano pelo viés do sistema capitalista de produção definindo-o como um espaço de luta que ao mesmo tempo é fragmentado e articulado.
Agentes Produtores do Espaço Urbano	Corrêa (1989)	Aponta os agentes produtores com destaque para o Estado, e como estes atuam na formação socioespacial urbana.
	Lefebvre (2001)	Na sua concepção de cidade em sua obra "O Direito À Cidade" faz uma pontuação sobre a atuação de agentes históricos e sociais como ação desses grupos gera um resultado (produto) e um meio para que isso se manifeste (o espaço urbano).
REQUALIFICAÇÃO URBANA	Caldas (1998)	Foca na modificação de alguns problemas urbanos que afetam elementos importantes que compõem o cotidiano das pessoas como habitação e lazer, ou que possam impedir ou dificultar a realização das atividades humanas.
	Magalhães (2013)	A requalificação urbana deve ser compreendida como a revalorização do espaço urbano em todas as suas dimensões.
	Duarte (2005)	Destaca enquanto um processo que implica dar uma nova funcionalidade para recuperação de determinados espaços substituindo antigas formas e funções que já não são compatíveis com a dinâmica espacial do tecido urbano ao qual pertence.
	Bonates (2009)	Uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes.

Fonte: Elaboração da autora desta pesquisa (2014).

A segunda etapa deste trabalho corresponde à pesquisa documental a partir da obtenção de dados secundários através do acesso a informações de instituições que

serviram de base para a realização da pesquisa através de documentos estatísticos, informativos e jurídicos. Desse modo os dados solicitados à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), responsável pela execução das obras inerentes à requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande foram fundamentais. Sendo assim, tentou-se estabelecer uma análise acerca das informações e materiais cartográficos disponibilizados tendo como foco principal o Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental que norteia o processo de requalificação urbana, principalmente no que tange ao aspecto social do projeto onde estão especificadas as medidas tomadas para o reassentamento de 690 famílias do Bairro Lagoa Grande localizadas em uma área de assentamento subnormal conhecida como Rocinha.

Destarte, pretende-se em conformidade com os objetivos estabelecidos neste estudo de caso, analisar se o projeto de requalificação urbana proposto para o Bairro Lagoa Grande levou em consideração o contexto social, histórico, econômico e ambiental da localidade, além de identificar os agentes envolvidos no processo e os mecanismos utilizados no reassentamento das famílias. Do mesmo modo, investigar-se-á a ação do Estado através das intervenções urbanas de forma a constatar se tais processos intervencionistas não são apenas projetos de visão economicista, de modo a assegurar a equidade na distribuição dos investimentos, assim como nortear medidas voltadas para melhorias na qualidade de vida da população.

Foi necessário lançar mão também dos dados de centros sociais de atendimento à população como o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS)[8], uma unidade estatal que busca oferecer serviços de proteção e atendimento às famílias situadas em áreas identificadas como de vulnerabilidade e risco social[9]. O dado dessa instituição é imprescindível para entender a dinâmica do Bairro Lagoa Grande e a situação das famílias ao identificar os motivos que as levam a procurar atendimento nesta unidade.

[8]Também tentou-se obter informações junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que se configura como uma unidade estatal que tem por objetivo a oferta de serviços a famílias e pessoas em situação de risco e violação de seus direitos, sejam eles físicos ou psicológicos. Entretanto o aceso aos dados necessitaria de um tempo maior para liberação e análise dos mesmos, pois além da política de sigilo das informações sobre as famílias que recorrem a essa unidade e não possui os dados estatísticos específicos do Bairro Lagoa Grande tabulados. Nota da autora.

[9]A definição de vulnerabilidade e risco social constituem novas expressões para denominar e incluir uma multiplicidade de manifestações das desigualdades sociais, superando a noção de pobreza como exclusivamente ausência ou precariedade de renda, para ser compreendida como um fenômeno multidimensional e com diferentes modos de expressão (TEIXEIRA, 2010, p. 287).

Para tanto, a realização de consultas à Secretaria de Planejamento de Feira de Santana é mister para a aquisição de fotografias aéreas, mapas e dados estatísticos sobre a urbanização da cidade e do objeto e estudo desta pesquisa e à Secretaria de Habitação para compreender a situação dos assentamentos precários e de maneira específica, a Favela da Rocinha situada no Bairro Lagoa Grande, por meio das informações do Estudo de Hierarquização dos Assentamentos Subnormais de Feira de Santana.

Outra ferramenta de grande importância é o banco de dados oferecido pelo Anuário Estatístico de Feira de Santana que reúne dados importantes com base em fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e busca divulgar informações importantes que auxiliam no processo de pesquisas ao disponibilizar informações sobre o número de habitantes do Bairro Lagoa Grande, grupos de idade e situação dos domicílios, por exemplo. Do mesmo modo, a utilização das informações fornecidas pelo estudo desenvolvido pelo IBGE intitulado Região de Influência das Cidades (REGIC) é imprescindível para compreender a dinâmica e importância urbano-regional de Feira de Santana, na qual a área de estudo desta pesquisa está inserida, para entender sua área de influência e os municípios que a compõe.

A apropriação dos dados oriundos do Ministério do Planejamento sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010 foi necessária para o desenvolvimento da análise do Eixo de Infraestrutura Social e Urbana em que está inserida a ação de Requalificação Urbana do Bairro Lagoa Grande, e do Ministério das Cidades que integra o Eixo Social e Urbano do PAC através dos Projetos Prioritários de Investimentos (PPI), de responsabilidade do referido ministério, e que disponibiliza recursos que se destinam a intervenções em favelas para melhorias habitacionais, saneamento e inclusão social para que se possa estabelecer uma análise acerca dos desdobramentos das ações do PAC permitindo uma aproximação dos objetivos propostos nesta pesquisa.

Por conseguinte, tem-se a pesquisa de campo como uma forma de aproximar o pesquisador à realidade a ser estudada. Essa fase tem por objetivo promover a interação com os atores que fazem parte dessa realidade, bem como a construção do conhecimento empírico (MINAYO, 2008a, 2008b). Buscou-se, nessa etapa, a caracterização da área de estudo através da pesquisa de campo exploratória que consiste na investigação empírica para que o pesquisador tenha mais conhecimento com o seu ambiente de estudo, fato ou fenômeno (MARCONI, 2006). A coleta de dados primários foi estruturada a partir da

realização de entrevistas, que segundo Marconi (2006) consiste em um encontro entre duas pessoas para obter informações sobre determinado assunto por meio de conversação e também por meio da aplicação de questionários em que o entrevistado responde a um conjunto de perguntas por escrito sem necessariamente a presença do pesquisador.

Para tanto, o tipo de entrevista que mais se adéqua ao estudo pretendido é a entrevista focalizada, que de acordo com Gil (2008), permite que o entrevistado possa:

> [...] falar livremente sobre o assunto, [...]. E pode ser utilizado em [...] situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. Também é bastante utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica, [...] (GIL, 2008, p.112).

Logo, a realização de entrevistas, enquanto uma técnica de observação direta e intensiva, segundo Lakatos e Marconi (2012), e a utilização de questionários "constituídos por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador" (LAKATOS; MARCONI, 2012, p. 111), são fundamentais para que se possa ter um maior conhecimento e fidedignidade nos resultados das análises.

Dessa forma, as técnicas citadas possibilitam a obtenção de informações sobre os principais problemas do bairro, enfrentados pelos moradores, e como ocorreu a implantação das ações de requalificação urbana; como foi realizado o reassentamento de algumas famílias e se buscou de fato beneficiar a população que habita em áreas de risco e em situação precária, como é o caso da Favela da Rocinha, no Bairro Lagoa Grande, ou se foi apenas a retirada de parte da população para dar uma nova funcionalidade urbana àquele determinado espaço de forma a contribuir para a estética urbana e a especulação imobiliária. Além de verificar como foi a participação da população nesse processo e indagar de que forma ocorreu, ou seja, se tal participação se deu no plano teórico e prático, pois é importante enfatizar que reassentar famílias significa retirá-las do seu lugar, o que torna a situação muito complexa.

De acordo com Fonseca (2001, p. 98), "[...] o lugar é o conhecido, o experenciado e dotado de valor". E à medida que os indivíduos estabelecem e perpetuam os laços de afetividade com determinada localidade, evidencia-se o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao lugar. Neste caso, as famílias reassentadas, ou melhor, retiradas do seu lugar, têm o sentimento de pertencimento comprometido.

Foi necessária a utilização de entrevistas focalizadas em que foram escolhidos, de acordo com os objetivos desta pesquisa, três grupos de pesquisados. Sendo que o primeiro grupo corresponde aos representantes locais que tiveram importante desempenho na organização e representação social do Bairro Lagoa Grande, como os Agentes de Saúde (Apêndice A), presidentes de associação comunitária ou outra forma de representação social (Apêndice B), dos interesses dos moradores e por conhecerem os principais problemas enfrentados no bairro onde vivem. O segundo grupo é formado pela Coordenação Social[10] (Apêndice C) e pela liderança política (Apêndice D) para que se possa compreender os entraves e desafios, principalmente os relativos à dimensão política e social desta intervenção urbana, e os princípios e ações utilizadas para o reassentamento das famílias que deixaram o Bairro Lagoa Grande, como parte do processo de requalificação urbana, e foram reassentadas no Bairro Conceição no Conjunto Habitacional Núcleo Conceição.

Na escolha do terceiro grupo, optou-se pelos primeiros moradores reassentados (Apêndice E) e, de maneira específica, os classificados como de prioridade (idosos, aposentados por invalidez ou que apresentem alguma outra debilidade) para que se tenha uma maior compreensão sobre de que forma se iniciou o processo de reassentamento e por terem um tempo maior de vivência no conjunto habitacional buscar entender as mudanças na qualidade de vida desses moradores. Os primeiros ocupantes do conjunto habitacional foram 55 famílias. Aqui se trabalhou com sete famílias (escolhendo um morador em cada unidade habitacional) representando 12,7% das famílias que inicialmente foram relocadas.

Para a realização das entrevistas, primeiramente foi necessário estabelecer um roteiro, posteriormente a efetivação do mesmo, com os grupos de pesquisados previamente escolhidos e por fim a transcrição dessas entrevistas, ou seja, análise minuciosa das informações como uma das etapas mais importantes para alcançar os objetivos da pesquisa e responder as indagações que foram levantadas. Desse modo, foi feita a devida apresentação dos objetivos e pretensão do trabalho científico naquele momento, bem como, sua importância e a necessidade da realização de entrevistas com os grupos já destacados. E para tentar demonstrar a realidade do processo estudado com fidedignidade foi respeitada a vontade de alguns entrevistados em não revelar seus nomes. Por conseguinte, achou-se melhor a utilização a não identificação dos nomes dos entrevistados,

[10] Responsável pelo processo de reassentamento das famílias como parte das ações que constituem o processo de requalificação do Bairro Lagoa Grande.

exceto no caso da liderança política, como uma forma de assegurar que exposições prejudiciais das falas dos pesquisados fossem feitas. Sendo assim, as transcrições foram procedidas da seguinte forma: Para identificação das falas dos grupos a que pertencem, conforme delimitados, foram utilizadas as seguintes designações - Grupo 1: Representante Comunitário Local 1, Representante Comunitário Local 2, Representante Comunitário Local 3 e Representante Local Agente Comunitário de Saúde; Grupo 2: Coordenação Social do Projeto, Liderança Política; Grupo 3: Morador 1 (M1), Morador 2 (M2) sucessivamente de acordo com o número de entrevistados.

Assim o tipo de amostragem adotado foi a não probabilística que depende de critérios adotados pelo pesquisador e devido ao conhecimento prévio da população da área de estudo pode-se selecionar subgrupos constituindo uma amostragem não probabilista por tipicidade ou intencional.

Desse modo, a gravação das entrevistas e a aplicação e o uso de questionário foram realizados com a devida autorização dos participantes. Em seguida, prosseguiu-se com a transcrição das informações, no caso as entrevistas, e a análise de questionário. Posteriormente tem-se a discussão dos resultados, em que se objetivou um diagnóstico sobre a ação do Estado a partir das intervenções urbanas, as implicações do processo de requalificação urbana e os princípios utilizados para justificar esse tipo de intervenção buscando destacar seus rebatimentos socioespaciais. Para tanto, elaborou-se um cenário propositivo com o objetivo de indicar alternativas e sugestões a partir dos desafios e entraves encontrados de acordo com os resultados das análises desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa.

Desse modo, para investigar o caso do Bairro Lagoa Grande foi preciso lançar mão de um arcabouço metodológico (Quadro 2) que permitiu a delimitação de conceitos-chaves para a discussão pretendida e o desenvolvimento de uma base metodológica para que se pudesse compreender a dinâmica urbana e regional da cidade em que o objeto de estudo está inserido, a formação socioespacial do Bairro Lagoa Grande e o processo de requalificação urbana proposto para o mesmo.

Quadro 2 – Síntese metodológica

OBJETO DE ESTUDO	BASE METODOLÓGICA					
	CONCEITOS BASE	AUTORES	FONTE DOCUMENTAL	UTILIDADE	INSTRUMENTOS	PARA QUE?
Bairro Lagoa Grande, em Feira de Santana – Bahia	Espaço Urbano Agentes Produtores do Espaço Urbano Requalificação Urbana	Minayo (2008a, 2008b) Lakatos e Marconi (2012) Fonseca (2001)	REGIC ANUÁRIO ESTATÍSTICO CONDER PAC SEPLAN Sec. de Habitação de Feira de Santana CRAS Ministério das Cidades	Dinâmica urbano-regional de Feira de Santana. Número de habitantes do Bairro Lagoa Grande, grupos de idade. O Projeto de Requalificação Urbana do Bairro Lagoa Grande. Análise do Eixo de Infraestrutura Social e Urbana. Aquisição de fotografias aéreas, mapas e dados estatísticos sobre a expansão urbana da cidade. Assentamentos subnormais da cidade. Entender a dinâmica do Bairro Lagoa Grande e a situação das famílias ao identificar os motivos que as levam a procurar atendimento nesta unidade. Projetos Prioritários de Investimentos (PPI).	Entrevista Questionário	Identificar os principais problemas enfrentados pelos moradores do bairro. Saber como ocorreu à implantação das ações de requalificação urbana. Saber como foi realizado o reassentamento de algumas famílias e se buscou de fato beneficiar a população que habita em áreas de risco e em situação precária. Verificar como foi a participação da população nesse processo.

Fonte: Elaboração da autora desta pesquisa (2013).

1.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

1.2.1 O Espaço Urbano e seus Agentes Produtores

O conceito de espaço urbano de acordo com a concepção de Carlos (1999, p. 90) pode ser compreendido como o "[...] produto, condição e meio do processo de reprodução da sociedade urbana". Dessa maneira, a relação homem-natureza através do trabalho gera um produto que é o espaço, o qual é ao mesmo tempo condição e meio para que essa relação aconteça, uma vez que funciona como instrumento para a realização do trabalho. Dessa forma, o espaço urbano é resultado da produção da sociedade urbana, ou seja, na medida em que a sociedade adquire hábitos urbanos, é o espaço urbano que se está construindo.

A mesma autora salienta também que "O espaço urbano é o espaço de reprodução das relações sociais que envolvem várias dimensões da vida humana." (CARLOS, 1999, p.91). Nessa perspectiva é no espaço urbano que se desencadeia uma série de relações sociais dos mais variados tipos, como relações de trabalho, culturais, comerciais, econômicas e políticas.

Logo, o espaço urbano abarca um conjunto de relações cuja inteligibilidade é cada vez mais complexa, pois é impossível apreendê-lo sem destacar as novas dinâmicas do espaço geográfico impulsionadas pelo modo de produção capitalista. Dessa maneira, torna-se imprescindível destacar as transformações em que o espaço é caracterizado de meio técnico-científico e informacional, conceituado por Santos (1998), e a globalização da economia que por meio das técnicas e da informação irrompem fronteiras e muitas vezes desencadeiam movimentos de resistência. É nesse contexto que Harvey (1993) vai pontuar que estamos diante também da supressão espaço-tempo com os avanços na comunicação e a diminuição das distâncias espaciais.

Assim, de acordo com Bueno (2010):

> No contexto contemporâneo mundial atual, o urbano está fundamentado em fatores como a economia globalizada, o meio técnico-científico e as novas atividades de (re) produção do capital. [...]. Essas estratégias de intervenção do homem no espaço, tiveram como resultado, rápidas transformações sócio-espaciais, que se processaram de forma acentuada, principalmente nos centros urbanos onde as relações comerciais e financeiras inter-regionais são mais intensas. Por isso nota-se a inserção de novos agentes espaciais que redefinem o lugar, impondo ao meio urbano uma constante reformulação e readaptação através das formas e das funções dadas aos objetos dispostos no território. (BUENO, 2010, p. 1-2).

Entretanto as repercussões espaciais dos processos citados também revelam uma globalização tendenciosamente homogênea para atender a seus interesses, uma vez que as técnicas, o acesso a bens e serviços não são distribuídos equitativamente no espaço geográfico, pois, de acordo com a concepção de Harvey (2005), o capitalismo necessita da desigualdade para sobreviver e se reproduz através de crises cíclicas.

Dessa maneira, a cidade, expressão suprema do espaço urbano, com suas diferentes formas de uso, apropriação e vivência torna-se consequentemente um espaço híbrido composto de interesses contraditórios, uma vez que "O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social." (CARLOS, 2007, p. 23).

As diferenciações do espaço urbano devem ser compreendidas a partir da dimensão social, pois os elementos que a compõem são determinantes e produtores da heterogeneidade espacial que se reflete muitas vezes na formação de um tecido socioespacial fragmentado revelando os enclaves do cotidiano urbano e principalmente a necessidade de políticas e outros dispositivos de gestão urbana eficaz, pois "No espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade." (CARLOS, 2007, p. 26).

O espaço urbano se traduz em relação complexa entre os diferentes agentes que o (re)produzem. Dessa forma, há uma divergência de interesses que resulta em formas diferenciadas de vivenciar o urbano que acaba se transformando em um espaço de lutas porque as reivindicações e poder de ação de cada agente que o constitui é desigual demonstrando que a cidade não é usufruída e construída da mesma forma.

Na reflexão apresentada por Lefebvre (2001) sobre a cidade, o mesmo ressalta a ação de determinados agentes no seu processo de produção:

> Se se considera a cidade como *obra* de certos "agentes" históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu "produto". Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma "natureza", um campo e um meio. (LEFEBVRE, 2001, p. 48).

A cidade analisada pelo viés dos agentes sejam eles sociais ou históricos, é necessário pensar nos desdobramentos das ações desencadeadas por tais agentes, como se materializam, visto que, suas ações resultam na produção do espaço que também se constitui como meio para sua manutenção. É importante refletir sobre os tipos de agentes e de seus rebatimentos socioespaciais que determinam as formas de apropriação do espaço e suas morfologias.

O estudo do espaço urbano é desafiador. Para tanto, cabe questionar sobre os agentes que estão envolvidos em sua (re)produção, pois segundo Corrêa (2011):

> Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intra-urbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento. (CORRÊA, 2011, p. 44).

Os agentes sociais são a base da formação e consolidação do processo socioespacial e que dão forma ao urbano (conexões, fluxos urbanos) e atuam como elementos modeladores que ditam o ritmo à dinâmica das relações socioespaciais implicando novas funcionalidades do espaço urbano.

Tomando-se por base a abordagem de Corrêa (1989):

> O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheios de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, engendrada por agentes que produzem e consomem espaço. (CORRÊA, 1989, p. 11).

Segundo o autor, o espaço urbano é articulado e fragmentado, indica contradição de acordo com interesses de seus agentes refletindo e reproduzindo a situação da sociedade capitalista, levando-se em consideração as relações sociais de produção, e de maneira específica o modo de produção capitalista, que além da divisão social em classes, consiste na formação desigual do espaço onde os diversos grupos sociais lutam por condições próprias para sobreviverem segundo suas expectativas e isso implica a produção do espaço (CORRÊA, 1989). Além disso, o espaço urbano reflete a produção do espaço em diferentes momentos históricos, já que as mudanças sociais não se restringem somente a um aspecto (o social), mas ao espaço em que está inserida.

Assim, dentre os agentes responsáveis pela (re)produção do espaço urbano destacam-se, segundo Corrêa (1989), os proprietários dos meios de produção, os

proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, além dos grupos sociais excluídos. Todos esses agentes atuam na produção e consumo do espaço urbano em diferentes escalas de ação, cujo produto depende do tipo de agente envolvido. No caso do agente imobiliário e dos grupos excluídos, a apropriação da terra não se dará sob as mesmas condições, restando a este último os espaços desvalorizados, e até mesmo impróprios para habitação. Todavia, o Estado sempre será o agente maior, intrínseco da sua soberania, e que sua relação com os demais agentes não ocorre de maneira equilibrada, mas de acordo com os interesses capitalistas o que se torna evidente com as desigualdades socioespaciais.

1.2.2 O papel do Estado na Produção do Espaço Urbano

Porque dentre os agentes produtores do espaço urbano o Estado se destaca em relação aos demais agentes?

O Estado torna-se relevante principalmente por ser o único capaz de mover os outros agentes na organização espacial e ordenamento territorial (SILVA, O., 2008). Portanto, ao se analisar a produção do espaço urbano pode-se perceber que o mesmo é o resultado das relações desenvolvidas por um conjunto de agentes que perpassam as mais variadas escalas e instâncias sociais. Assim, a regulação e normas que regem o espaço urbano são cada vez mais híbridas, devido ao crescimento da organização da sociedade civil e das empresas; no entanto o Estado possui uma relevante influência no estabelecimento das normas e disponibilização da infraestrutura o que o diferencia dos demais agentes.

Dessa forma, na concepção de Corrêa (1989), o Estado atua essencialmente:

> [...] e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. (CORRÊA, 1989, p. 26).

A partir da concepção do referido autor, entende-se que quando os ideais capitalistas passam a ditar as regras, observa-se a existência de um Estado mercantilizado e comandado por uma mentalidade competitiva, cujo resultado é a produção de lucro a serviço de interesses capitalistas e consequentemente verifica-se uma deficiência na distribuição dos recursos orçamentários e a concentração dos mesmos, contribuindo para a promoção de desequilíbrios relativos à:

> [...] existência de vantagens, sobretudo, econômicas, comparativamente mais favoráveis a determinadas regiões como decorrência de fatores locacionais e de

> interação, associados a questões econômicas, políticas, sociais e culturais. (SILVA, O., 2008, p. 17).

Logo, a importância de analisar a ação do Estado, enquanto produtor e modificador do espaço através de intervenções urbanas está ligado ao fato de que "[...] ele dispõe de um conjunto significativo de recursos capazes de mover os demais agentes sociais no sentido de concretizarem planos e programas de governo." (SILVA, O., 2008, p. 90).

Diante da complexidade que envolve a produção do espaço torna-se necessário, neste estudo, focar e estabelecer uma análise acerca de que forma ou quais princípios são utilizados pelo Estado no processo de intervenções por meio de ações estratégicas e quais são os reflexos na configuração do espaço urbano. Sendo assim, será tomada por base a ação do Estado a partir do seu poder político com o estabelecimento de políticas territoriais que implicam ações diretas no espaço, por meio de estratégias que resultam em intervenções de rebatimento territorial com a utilização de mecanismos concretos como o Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 promovido pelo Governo Federal, criado em 2007 com o intuito de promover o crescimento econômico e social com equidade a partir de investimentos em infraestrutura através de um conjunto de medidas político-econômicas e conceituado como:

> [...] um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além de diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. (SIGPLAN, 2013).

Sendo assim, de acordo com Leitão (2009), o PAC tem um forte rebatimento territorial:

> [...] a despeito de ser voltado ao crescimento da economia nacional, sintetiza, a estratégia do governo para o desenvolvimento territorial no país ao prever a realização de obras infraestruturais, com impactos potenciais sobre o território nacional e suas regiões. (LEITÃO, 2009, p. 217).

A abordagem de Leitão (2009) deixa claro que o PAC é uma política territorial de grande repercussão espacial, pois busca garantir o crescimento da economia brasileira através de estratégias que implicam modificações não somente na dimensão econômica, mas sobretudo socioespacial. Por ser um programa de abrangência nacional, é relevante destacar seu papel para o desenvolvimento urbano e habitacional com ações de

requalificação urbana que buscam a recuperação social e ambiental de áreas carentes de infraestrutura, serviços, moradias precárias e de degradação ambiental acentuada. Desse modo, é necessário questionar sobre seus impactos reais, tal como se pretendeu nesta pesquisa com o estudo de caso do Bairro Lagoa Grande, na cidade de Feira de Santana.

1.2.3 Requalificação Urbana

Segundo Caldas (1998), a requalificação deve consistir em intervenções no "espaço construído" que possam superar as necessidades e fragilidades que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas, de maneira que possa transformá-lo em um espaço propício para habitação. No que se refere à requalificação urbana, esta deve focar em questões infraestruturais urbanas que afetam elementos importantes que compõem o cotidiano das pessoas, como habitação e lazer, ou que possam impedir ou dificultar a realização das atividades. Entretanto cabe saber se o objetivo da requalificação tem se manifestado no espaço urbano, ou se apenas está sendo utilizado como uma expressão para camuflar os entraves urbanos que mudam de aparência (forma) e localização espacial.

Tavares (2008 apud MAGALHÃES, 2013), discute o conceito de requalificação no contexto europeu e destaca a importância de se requalificar os centros urbanos portugueses enquanto uma forma de revitalização das cidades. Dessa forma, a discussão proposta pelo referido autor sobre requalificação toma por base a concepção de Magalhães (2013, p. 10):

> A requalificação permite recuperar espaços desqualificados e desvalorizados, através de uma intervenção que tem de ser integrada, abrangendo vários componentes da vida urbana, trata-se de recuperar o valor patrimonial da cidade, que se associa à própria noção de urbanidade, a qualidade da cidade enquanto tal.

A contribuição de Magalhães (2013) na conceituação da requalificação deixa claro que esse processo deve proporcionar a integração espacial da cidade a partir da revalorização de áreas urbanas como também uma forma de proteger elementos de importância histórica de forma que contemple o conjunto de diferentes dimensões que compõem a vida urbana como os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

De acordo com as contribuições teóricas de Baltrusis e Mourad (2012, p. 90), o emprego de terminologias como requalificação, reabilitação, renovação "[...] encobre de fato um processo de higienização social e expulsão da população pobre, ampliando dessa forma a desigualdade sócio-espacial em nossas cidades." É nesse contexto que compete

justificar a ação do Estado que se distingue dos demais agentes por atuar diretamente no estabelecimento das normas e disponibilização de infraestrutura juntamente com a especulação imobiliária responsável pela supervalorização de terrenos e acentuação da segregação espacial.

Duarte (2005) faz uma abordagem sobre a requalificação urbana e destaca que a mesma também é uma forma de atrair investimentos, principalmente para o mercado imobiliário, através da recuperação de áreas urbanas degradadas, e discute a existência de confusões no emprego das terminologias reabilitação e requalificação urbana. Assim, Duarte (2005) ressalta que a requalificação urbana pode ser entendida como um processo que modifica uma determinada área urbana com o objetivo de dar uma nova função, diferindo da que era exercida anteriormente, enquanto o conceito de reabilitação urbana é compreendido também como um processo que visa a recuperação de áreas urbanas de maneira integrada em que:

> [...] se pretende salvaguardar, implicando o restauro de edifícios e a revitalização do tecido econômico e social, no sentido de tornar a área atrativa e dinâmica, com boas condições de habitabilidade. (DUARTE, 2005, p. 2).

A Carta de Lisboa (1965 apud BONATES, 2009, p. 106) ressalta que:

> […] uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes […]. Além disso, uma parte suficiente de créditos previstos para a construção de habitações sociais deveria ser destinada à reabilitação de edificações antigas.

Dessa maneira, percebe-se que as terminologias reabilitação e requalificação são usadas como sinônimos e que ambas resultam de uma estratégia que se reflete em ações capazes de promover a melhoria das condições de vida da população a partir de melhorias de infraestrutura e provisão de créditos para o setor habitacional.

É necessário enfatizar que processos de requalificação urbana não devem apenas consistir na recuperação de áreas degradadas, mas devem ultrapassar as barreiras tecnicistas por parte daqueles que elaboram e executam tais projetos, pois:

> O primeiro significado que pode ser atribuído à questão das áreas urbanas degradadas é para engenheiros e arquitetos ou urbanistas, o de caráter físico. Dessa forma são apenas identificadas questões como construção de casas, de infraestrutura, de vias, de equipamentos públicos ou quaisquer outro elemento material da cidade e de utilização humana. Tratando somente desses aspectos físicos da cidade não resolvemos todos os problemas, pois muitos são de origem social, psicológica, política, econômica, financeira, gerencial ou administrativa. Se resolvermos somente

> os problemas materiais ou físicos podemos estar criando outros para uma vida humana ou social mais ampla. (SCHWEIZER, 1993, p. 115).

Desse modo, na elaboração de alguns programas e projetos de requalificação urbana, as transformações impelidas ultrapassam as transformações físicas do espaço, ou seja, vão além da instalação de equipamentos urbanos, construção de habitações, mas tocam em aspecto de suma importância que é o acesso e o direito do cidadão de usufruir determinados espaços, equipamentos, serviços e os laços de afetividade que de acordo com Maricato (2001), nos casos de ocupação de áreas ambientalmente fragilizadas nota-se que pode ocorrer a seguinte situação:

> [...] os moradores já instalados nessas áreas, morando em pequenas casas onde investiram suas parcas economias enquanto eram ignorados pelos poderes públicos, lutam contra um processo judicial para retirá-los do local. Nesse caso eles são vistos como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente. (MARICATO, 2001, p. 165).

Assim, o estudo do espaço urbano por meio da abordagem do processo de requalificação urbana se faz pertinente, pois estes muitas vezes são acompanhados de um discurso de melhoria da qualidade de vida da população que reside em áreas impróprias ou irregulares, assim como, a recuperação de centros históricos; de áreas urbanas centrais; e intervenções em aglomerados urbanos que apresentam condições precárias de habitação, ausência de infraestrutura básica, e que e que nesse caso merece ser melhor investigado sobre os possíveis rebatimentos socioespaciais, o que será feito no próximo capítulo.

2 IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NO BRASIL A PARTIR DE 2000: UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Ao discutir sobre o processo de requalificação urbana e seus rebatimentos socioespaciais é necessário situá-los no contexto da produção do espaço urbano capitalista e das mudanças significativas no cenário político brasileiro a partir de 2000. Desta feita, busca-se compreender o novo arranjo das políticas públicas que passam a propor ações para tratar de temáticas urbanas fundamentais como a formação de espaços segregados, em algumas situações localizados em área de risco, caracterizados pela desigualdade de acesso a serviços e equipamentos urbanos elementares, como os chamados assentamentos precários[11] com propostas de intervenções que buscam a requalificação desses espaços.

É na cidade que a produção capitalista encontra as condições fundamentais como, mão de obra e meio técnico necessários para seu desenvolvimento tornando-a um atrativo para muitos com a idealização da oferta de trabalho e melhoria das condições de vida, porém com acessibilidade socioespacial adequada para poucos, porque a mola propulsora do sistema capitalista é o aprofundamento das diferenças espaciais, sociais e econômicas, em que a cidade deixa de funcionar como uma égide para grande parte de seus cidadãos.

Assim, a expansão urbana brasileira destaca cenários antagônicos que expressam as fragilidades e a ausência das políticas urbanas e habitacionais, ou mesmo, revelam o papel e interesse do Estado através da distribuição desigual de serviços, infraestruturas, equipamentos urbanos e pelas formas de apropriação e uso do solo urbano, em detrimento de agentes como os proprietários dos meios de produção e os agentes imobiliários, tendo como um dos resultados a (re)produção de espaços segregados, que segundo Carlos (2007):

> As desigualdades não podem mais ser ignoradas, não se pode mais governar forjando uma unanimidade. O acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira. (CARLOS, 2007, p. 83).

O Estado desempenha o principal papel em relação aos demais agentes, isto se deve a sua capacidade de ação a partir de um aparato institucional singular que lhe confere a

[11]Essa categoria engloba diversas tipologias de assentamentos, incluindo cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais produzidos pelo setor público, em situação de irregularidade ou de degradação (DENALDI, 2013, p. 99).

soberania de agir, normatizar e controlar o território nacional diferindo-o de qualquer outra instância social. Mas sua atuação na configuração do espaço urbano, de acordo com Corrêa (1989) está intrinsecamente ligada a sua capacidade de "[...] atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e alvo dos chamados movimentos sociais urbanos." (CORRÊA, 1989, p. 24).

Para fundamentar algumas alterações significativas no quadro político urbano é necessário destacar alguns antecedentes importantes tomando por base as contribuições de teóricos como Maricato (2011) ao abordar os impasses da política urbana no Brasil chamando a atenção para a década de 1970, marcada por transformações significativas no cenário político impulsionado pelos "movimentos urbano e operário" em que os esforços desse período resultaram no surgimento em 1987 do Fórum Nacional de Reforma Urbana com o objetivo de estabelecer de forma integrada exigências ou reivindicações em escala municipal que se refletiram da seguinte maneira:

> Nos governos municipais muitas experiências inovadoras construíram um conjunto do que poderíamos chamar, com alguma cautela, uma "nova escola de urbanismo": urbanização de favelas, requalificação de áreas regularização urbanística e fundiária, assistência jurídica gratuita e novas formas de segurança na posse do imóvel, construções individuais ou coletivas com assistência técnica de arquitetos e engenheiros, abertura de canais participativos na gestão urbana [...]. (MARICATO, 2011, p. 101).

A formação de movimentos urbano e operário foi um passo importante em meados de 1970 para a política brasileira com importante papel para a formação de uma agenda política urbana e de projetos inovadores que focavam na criação de ações para as cidades de forma que abarcasse diferentes problemas como a necessidade de melhorias em áreas caracterizadas por aglomerações subnormais[12] e outros problemas habitacionais que vão além da construção de casas, mas da e a participação da sociedade civil nas questões urbanas.

Segundo Kowarick (1979), a década de 1970 era marcada por uma "sociedade amorfa", em que a sociedade civil não tinha espaço político (mecanismos legais) para se organizar e reivindicar seus interesses coletivos:

[12]É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010).

> Assim, parece ser necessário pôr em xeque a questão da sociedade civil e de suas relações com o Estado, fundamentalmente no que diz respeito ao papel a ser desempenhado pelas classes subalternas no quadro necessariamente complexo, contraditório e conflitante desse relacionamento. Estas não podem mais ser equacionadas como mera mercadoria que se vende no mercado de trabalho a preços geralmente irrisórios. É preciso retomar nessa equação a tradicional questão da cidadania, entendida na sua acepção clássica, isto é, o conjunto de direitos e deveres de participar não só na criação das obras sociais como no controle dessas obras. Ou seja: a ampliação e garantia dos direitos e deveres no exercício da cidadania supõem, de imediato, a possibilidade não só de usufruir dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento, como também, sobretudo, a de interferir nos destinos desse desenvolvimento. (KOWARICK, 1993, p. 30).

Para tanto, deve-se levar em consideração que a análise feita pelo referido autor remonta o contexto social, político e econômico vivido na década de 1970, mas é necessário enfatizar que essa situação ainda é concebida nos dias atuais, pois se assim não fosse não haveria tantas manifestações da sociedade por meio de movimentos e organizações sindicais para assegurar seus direitos, ou melhor, o exercício da cidadania ao cobrar transparência nos gastos das obras públicas, reforma urbana e das políticas habitacionais, melhores condições de trabalho, saúde, educação e segurança.

Sendo assim, é importante fazer algumas ponderações a partir do ano 2000 devido a importantes avanços no cenário político brasileiro que marcam um novo olhar sobre as políticas públicas, principalmente para o setor urbano e habitacional (Quadro 3) com intervenções urbanas voltadas principalmente para os denominados assentamentos precários a partir de ações que buscam requalificar esses espaços.

Quadro 3 – Políticas urbanas e habitacionais no cenário brasileiro a partir de 2000*

ANO	MARCO	OBJETIVO	DESDOBRAMENTOS
2000	Lançamento do Projeto Moradia.	Elaborar estratégias visando sanar os problemas habitacionais em prazo a ser definido com a implantação de uma Política Nacional de Habitação (PNH).	Fomentou a criação do Sistema Nacional de Habitação (SNH) e a necessidade da criação de um Ministério das Cidades para dar suporte ao SNH. Proposição de Planos Locais de Habitação para inserção de Estados e municípios ao SNH.
2003	Criação do Ministério das Cidades.	Superar o tratamento setorial de questões habitacionais, de saneamento, mobilidade urbana, uso e ocupação do solo. Assim como, instituir uma política de longo prazo e subordinar os financiamentos às diretrizes da política de desenvolvimento urbano.	Contribuir para a definição de uma de uma política nacional de desenvolvimento urbano juntamente com os municípios, estados, apoio estatal através do poder Legislativo e Judiciário, participação da sociedade para garantir investimentos e ações de forma integrada visando à redução das desigualdades sociais e à sustentabilidade ambiental nas cidades.
2004	Criação do Conselho das Cidades. Aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH) pelo Conselho nacional das Cidades.	Faz parte da estrutura do Ministério das Cidades com o objetivo de estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), bem como acompanhar a sua execução a partir de uma gestão democrática. Retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população. Promover condições de acesso à moradia principalmente para população de baixa renda.	Participação de agentes sociais no processo de tomada de decisão sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades e a promoção de debate a longo prazo sobre a política urbana no Brasil. Desenvolvimento de uma matriz institucionaliza para definir as formas, ações, agentes e instrumentos que nortearão o planejamento habitacional no Brasil.
2005	Aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)	Implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda. Centralizar os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Habitação de Interesse Social, inseridos no SNHIS.	Centralização de todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social. Aplicação dos recursos em: aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais, a produção de lotes urbanizados para fins habitacionais, a regularização fundiária e urbanística de áreas de interesse social, ou a implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas de habitação de interesse social.
2007	Elaboração Plano Nacional de Habitação (PlanHab) Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento PAC	Viabilizar a implementação da PNH, organizar os agentes do setor de habitação e universalizar o acesso à moradia digna articulado aos planos plurianuais. Promover o crescimento econômico e social com equidade a partir de investimentos em infraestrutura através de um conjunto de medidas político-econômicas composto por três eixos: Infraestrutura Logística; Energética; Social e Urbana.	Retomada do planejamento habitacional através de estratégias a longo prazo marcadas pela participação da sociedade civil e pela realização de estudos importantes que antecederam e serviram de base para a elaboração do PlanHab, como os levantamentos sobre a situação dos assentamentos precários no Brasil. Um dos desdobramentos sociais foi a inserção dos assentamentos precários e a requalificação urbana desses espaços através do PAC Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) em parceria com o Ministério das Cidades, como no caso do bairro Lagoa Grande, na cidade de feira de Santana abordado nesta pesquisa.
2009	Lançamento do Programa minha casa Minha Vida (MCMV).	Dar acessibilidade ao financiamento da casa própria a famílias com variações de faixa de renda.	Construção de habitações em larga escala de forma a auxiliar o PlanHab.
2011	Lançamento do PAC 2	Complementar as ações e a execução das obras do PAC 2007-2010 e redefinição dos eixos que compõem o programa: Transportes; Energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e, Água e Luz para Todos.	Incorporação do programa Minha Casa Minha Vida e aumento dos investimentos no setor habitacional.

Fonte: Elaboração da autora desta pesquisa (2013).
Nota: * A sistematização das informações resultam da consulta à base de dados on-line do Ministério das Cidades disponível em: <http://www.cidades.gov.br>, e pelos estudos desenvolvidos por Magalhães (2013).

O Quadro 3 pontua os avanços frente à problemática urbana e habitacional do país, entretanto é apresentada uma síntese, pois não é o foco deste trabalho fazer uma análise sobre as políticas públicas com vistas à problemática urbana e habitacional no Brasil. Desta feita, observou-se o início do amadurecimento sobre os principais problemas urbanos com a criação do Ministério das Cidades que, de acordo com Cordeiro (2009) buscou pensar em programas de intervenções nos espaços urbanos por meio da articulação entre as políticas de forma a sanar os principais gargalos do tripé habitação, saneamento ambiental, e mobilidade no Brasil.

A campanha política do Partido dos Trabalhadores (PT) e a eleição em 2002 do Presidente da República oriundo da classe operária, de acordo com Maricato (2011) proporcionou a estruturação do Ministério das Cidades como ferramenta essencial para a construção de uma Política Nacional de Habitação e funcionou como uma resposta aos movimentos sociais urbanos nesse período:

> Impossível não reconhecer que se constituiu algo novo na gestão de muitas cidades brasileiras por meio de um conjunto de práticas e programas urbanos que buscavam requalificar áreas de moradia precária (envolvendo arquitetura, urbanismo, saneamento, meio ambiente, assistência social) e produzir novos espaços de inclusão social e política. (MARICATO, 2011, p. 144).

Em 2007, ocorreu um avanço nas políticas públicas em macroescala, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), durante o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em que um de seus objetivos é voltado para o desenvolvimento do espaço urbano por meio de projetos que visam não somente à implantação de infraestruturas, mas gerar novas funcionalidades com a requalificação de determinadas áreas urbanas como, por exemplo, a urbanização de favelas prevista no Eixo de Infraestrutura Social e Urbana do PAC e sob responsabilidade do Ministério das Cidades com a execução de projetos de requalificação urbana, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa, o Bairro Lagoa Grande, que será analisado no capítulo 4.

As mudanças mais recentes do panorama das políticas públicas urbanas manifestam-se na forma de intervir no espaço urbano. É nessa perspectiva que cabe pontuar o processo de requalificação urbana definido por Caldas (1998, p. 14), como "[...] a possibilidade de se intervir em um dado local visando alterar a situação atual de modo que, do ponto de vista qualitativo, se possa obter uma melhor qualidade do ambiente construído."

A requalificação urbana tem sido utilizada como ferramenta de intervenção sob três aspectos. Sendo que o primeiro se refere à recuperação de áreas centrais, o segundo remete-se aos projetos urbanos oriundos dos chamados Grandes Projetos Urbanos (GPUs), que são intervenções urbanas em larga escala que produzem cenários urbanos competitivos e o terceiro é a requalificação urbana sugerida em programas federais que têm como foco os chamados assentamentos precários, como no caso da Favela Rocinha no Bairro Lagoa Grande objeto de estudo deste trabalho.

Rolnik e Botler (2004) afirmam que o ano de 2000 foi marcado pela inserção da discussão da reabilitação urbana (projetos de requalificação, reabilitação, revitalização, dentre outros termos utilizados) nos programas em nível federal. Neste momento, os chamados sítios históricos ganharam destaque com programas de revitalização, mas de forma pontual o que revelou:

> [...] a ausência de uma política de reabilitação nacional e a fragmentação das articulações em torno do tema permitiu apenas o aparecimento de um formato voluntarioso de ação, sem que se alcançasse a consolidação de uma estrutura capaz de balizar uma relação "contratual", como normalmente requer um programa federal de políticas públicas, entre esferas de governo federal, estadual e municipal. (ROLNIK; BOTLER, 2004, p. 4).

Portanto, os esforços teóricos de Maricato (2011), Rolnik e Botler (2004) concordam que uma nova perspectiva de intervenções para o espaço urbano foi marcada pela construção de:

> [...] uma política de reabilitação articulada foi aberta a partir do início do novo governo, a criação do Ministério das Cidades e de uma abertura inédita por parte dos gestores dos diferentes programas (Monumenta/ PRSH/Ministério das Cidades) em construir de forma articulada um programa de Reabilitação de áreas Centrais, incluído no programa do Governo Federal e no seu Plano Plurianual 2004/2007. (ROLNIK; BOTLER, 2004, p. 4).

Observa-se que alguns esforços têm sido feitos no que se refere à implementação de uma política específica para processos de intervenção urbana denominados de requalificação ou reabilitação urbana impulsionada pelo Ministério das Cidades com a criação do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais que visa:

> A Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais por meio da recuperação do estoque imobiliário subutilizado promove o uso e a ocupação democrática dos centros urbanos, propiciando o acesso à habitação com a permanência e a atração de população de diversas classes sociais, principalmente as de baixa renda, além do estímulo à diversidade funcional recuperando atividades econômicas e buscando a complementaridade de funções e a preservação do patrimônio cultural e ambiental (www.cidades.gov.br/index.php/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais).

Para tanto, o programa de reabilitação proposto pelo Ministério das Cidades apoia-se em três vertentes principais como: a) Apoio direto através de recursos financeiros; b) Disponibilização de imóveis públicos; c) Coordenação setorial e fomento às ações federativas.

Os recursos são disponibilizados pela União para subsidiar os estados e municípios na elaboração de planos de reabilitação de suas áreas centrais, com recursos solicitados diretamente ao Ministério provedor, que os direciona para os projetos de infraestrutura e requalificação de espaços de uso público em áreas centrais, em que nesse caso, os recursos são provenientes de emendas parlamentares.

Já os denominados Grandes Projetos Urbanos (GPUs), Vainner (2013) ressalta que essa forma de intervenção busca atender ao mercado imobiliário com a elaboração de cenário urbanos que favoreçam à valorização fundiária:

> Uma *família* de intervenções urbanas que atualiza e operacionaliza as concepções e modelos de cidade do planejamento estratégico através das práticas concretas de planejadores-urbanistas, promotores financeiros-imobiliários e tomadores de decisões urbanas. (VAINNER, 2013, p. 141-142).

E nesse processo o Estado tem um papel singular, pois sua participação não se limita a provedor financeiro, mas o de criar "legitimamente" um espaço favorável aos interesses dos GPUs:

> Mas a intervenção do Estado vai muito além da participação financeira; ela é decisiva ao produzir exceções ou renúncias legais, que oferecem ao GPU um espaço desregulado ou, se preferir, um espaço legal formatado segundo suas necessidades. É aqui, talvez, em que mais se explicite a flexibilidade dos novos modelos de planejamento. (VAINNER, 2013, p. 143).

Sendo assim, os desenhos urbanos refletem o resultado de planejamentos flexíveis ao capital imobiliário em que o Estado providencia todo aparato legal para satisfazer aos interesses desses grupos fomentando a criação de espaços competitivos.

As intervenções urbanas através da implantação de projetos de requalificação urbana que buscam intervir principalmente nos assentamentos precários foram desencadeadas de esforços acadêmicos e importantes avanços na política urbana brasileira por uma nova forma de enxergar os problemas urbanos, principalmente os de habitação em lugares de risco e precários:

> O universo da moradia precária é estratégico para denunciar o conjunto da produção da cidade no capitalismo periférico e por meio dele denunciar também as

> especificidades desse processo de acumulação. Um mercado formal restrito que ignora a grande maioria da população, uma taxa de lucro baseada na renda fundiária, uma força de trabalho barata que, excluída do mercado formal e das políticas públicas, produz boa parte da cidade às condições dessa produção. (MARICATO, 2011, p. 105).

Assim, na tentativa de construir uma base de dados para auxiliar a Política Nacional de Habitação (PNH) e a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que se constitui em um instrumento para sua implementação, foi preciso fazer estudos sobre a demanda de moradias e caracterização e localização dos assentamentos precários[13] no Brasil que contribuíram para a aprovação do PlanHab em 2007 e o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC):

> No estágio atual de sua implementação, a Política Nacional de Habitação – PNH- conta com programas de abrangência nacional e porte inédito: o Programa de aceleração do crescimento (PAC) – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) – encarregado de promover a implantação de infraestrutura adequada nos assentamentos precários do país; e o Programa Minha casa Minha Vida (MVMV), criado para ampliar a oferta de moradia acessível. (MAGALHÃES, 2013, p. 15).

Assim, o PAC está estruturado em três eixos estratégicos (logístico, energético e social urbano), mas o que tem maior interesse para este trabalho é o Eixo de Infraestrutura Social e Urbana, que de acordo com o Manual do PAC (2007), as ações que compõem esse eixo estão também inseridas nos Projetos Prioritários de Investimento (PPI) de responsabilidade do Ministério das Cidades e têm por finalidade a intervenção em assentamentos precários[14] como objetivo de executar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social. Desse modo, as ações se dão em duas vertentes: a) Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil habitantes; b) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários.

Assim, de acordo com o manual de instruções do PAC, tais ações devem promover a:

[13] Ver "Assentamentos Precários no Brasil Urbano", estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos da Metrópole/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/Cebrap) para a Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, em 2007.

[14] Caracterizado pela Urbanização de Assentamentos Precários (PAC) pela "[...] irregularidade fundiária e/ou urbanística; pela deficiência da infraestrutura; pela ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; pelos altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; pelas enormes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; além da insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde. (BRASIL, 2010, p. 11).

> [...] implantação de ações necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social. (BRASIL, 2007, p. 3).

Desse modo, as políticas públicas voltadas para a implementação do PNH proporcionaram ações e investimentos (Tabela 1) para a urbanização de assentamentos precários, objetivando a requalificação urbana desses espaços e incorporado ao PAC (2007-2010) no Eixo de Infraestrutura Social e Urbana que trata desse tema como fator condicionante ao desenvolvimento urbano e socioambiental.

Tabela 1 – Distribuição de recursos para intervenção em Assentamentos Precários por região

REGIÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	INVESTIMENTO (R$ milhões)
Norte	30	2.145,93
Nordeste	90	4.544,60
Centro-Oeste	36	1.132,94
Sudeste	114	11.909,30
Sul	53	1.737,25
TOTAL	**323**	**21.470,02**

Fonte: Brasil (2010).
Nota: Elaboração da autora desta pesquisa (2013).

Essa intervenção busca a requalificação de aglomerados urbanos caracterizados como precários conferindo-lhes habitação de qualidade, regularização fundiária e saneamento ambiental de forma integrada. Assim, é importante destacar aqui como é pensada a requalificação urbana disseminada pelo PAC para que se possa compreender seus rebatimentos socioespaciais e identificar os entraves e desafios da prática desse processo, como no caso do Bairro Lagoa Grande, tomado como referência neste estudo abordado nos capítulos seguintes.

De acordo com documento intitulado “Urbanização de Favelas: a experiência do PAC” demonstra que a requalificação urbana concebida pelas novas políticas públicas é definida como um “[...] conjunto de ações suficientes para fazer frente a todas as carências diagnosticadas na área de intervenção e necessárias à elevação dos patamares de qualidade urbanística.” (BRASIL, 2010, p. 13). Para tanto, essa intervenção resultante das concepções

do cenário político que vem se desenhando a partir do ano de 2000 são idealizadas em programas como o PAC, que no caso de assentamentos precários devem ser requalificados tomando por base os seguintes aspectos: Integração Urbana; Moradia Digna; Regularização Fundiária; Inclusão Social; Componente Ambiental.

A integração urbana busca integrar os assentamentos precários ao tecido urbano da cidade com adoção de melhorias do sistema viário dando a maior acessibilidade aos serviços públicos e à implantação de infraestrutura básica no local. Quanto à moradia, torna-se uma questão mais complexa, pois implica reordenamento espacial e em alguns casos a necessidade de retirada parcial ou total das famílias do seu lugar de moradia, quando são identificadas as seguintes circunstâncias:

> [...] riscos de incêndio, inundação, desabamento, deslizamento, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próximas a áreas insalubres, em áreas de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística, para implantação de infraestrutura ou sistema viário, ou, ainda, em áreas não passíveis de regularização. (BRASIL, 2010, p. 14).

Já a questão da moradia consiste no reordenamento do espaço ocupado e que pode implicar remanejamento[15] ou reassentamento[16] de famílias, mas essa alternativa deve ser adotada somente se for constatado que:

> [...] estiverem expostas a riscos de incêndio, inundação, desabamento, deslizamento, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próximas a áreas insalubres, em áreas de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística, para implantação de infraestrutura ou sistema viário, ou, ainda, em áreas não passíveis de regularização. (BRASIL, 2010, p. 13).

A remoção de famílias só deve ocorrer em situações que não são passíveis de mantê-las em seu local de moradia devido tanto aos riscos ambientais quanto à legalidade da terra requerida, seja, em obediência à constituição ambiental ou por se tratar de área pública. Quando é necessária a aplicação dessa alternativa é preciso que:

> O local de reassentamento deverá ser, sempre que possível, próximo à área original, em respeito aos laços de vizinhança e trabalho já estabelecidos. Deverá, ainda, ser servida de infraestrutura básica e equipamentos comunitários, que atendam à demanda da comunidade reassentada (BRASIL, 2010, p. 14).

[15]Reconstrução da unidade habitacional no mesmo perímetro da área que está sendo urbanizada (BRASIL, 2010, p. 13).

[16]Reassentamento de famílias para outras áreas, alterando seu local atual de moradia (BRASIL, 2010, p. 13).

O reassentamento das famílias não deve se tratar apenas da execução de obras com implantação de infraestruturas e equipamentos, mas se deve ter o cuidado em amenizar os impactos causados por esse processo de mudança que deve ser acompanhado pela execução de serviços como o bom funcionamento de transportes, acesso à educação, serviços médicos e sociais, áreas de lazer e um espaço de segurança de forma que não possa reproduzir as antigas instalações e formas de habitabilidade, como nos assentamentos precários em que viviam.

Outro componente relevante é a regularização fundiária, constituindo-se na parte que demanda maior tempo para ser realizada, pois o processo de intervenção só poderá ser iniciado mediante identificação e comprovação de títulos da área para posteriormente definir como será assegurada a propriedade dos lotes ou unidades habitacionais. Contudo o objetivo que se quer alcançar é garantir a propriedade ou posse da terra e proporcionar que os assentamentos precários estejam de acordo com a legislação urbana e ambiental.

Sendo assim, a regularização deve ocorrer concomitante à execução das obras habitacionais e de infraestrutura por se tratar de um processo que requer um tempo maior para que todo levantamento fundiário seja feito. Para operacionalizar essa etapa conta com o apoio do município através das prefeituras e dos cartórios de registros de imóveis buscando facilitar à tramitação judiciária (BRASIL, 2010).

A inclusão social consiste na realização de trabalho social na área de intervenção sendo fundamental para garantir que a implantação de projetos como o de requalificação no assentamento precário da Rocinha, no Bairro Lagoa Grande, seja acompanhada pela comunidade, além fomentar a organização e formação de lideranças locais, desenvolvimento socioeconômico através de ações socioeducativas, qualificação profissional e identificação das potencialidades locais. Sendo que, após a execução das obras, o trabalho social media todo o processo de intervenção urbana, prologando-se ainda o acompanhamento das famílias por um determinado período (seis meses a um ano) (BRASIL, 2010).

O aspecto ambiental é tratado com a adoção de medidas que visam a recuperação de áreas ambientalmente frágeis através de saneamento básico, despoluição de mananciais hídricos e implantação de parques multiuso juntamente com o desenvolvimento de atividades ambientais educativas que possam mobilizar a comunidade local e garantir uma convivência ambientalmente equilibrada com os elementos naturais (fauna e a flora) local.

Tais ações só são permitidas com a apresentação de licenças e autorizações ambientais dos órgãos competentes responsáveis pela intervenção; no caso do município, compete à secretaria de meio ambiente fiscalizar a implantação de projetos como, por exemplo, em áreas de Proteção Permanentes (APP).

Essas ações pretendem integrar os espaços "a margem" das políticas públicas urbanas e habitacionais à dinâmica urbana da cidade, através da requalificação urbana materializada com a execução de projetos. A partir dos aspectos apresentados, pode-se perceber que os rebatimentos socioespaciais abarcam dimensões distintas e que o desenvolvimento dessas variáveis de intervenção dependerá do contexto em que se encontram e da capacidade de ação dos agentes envolvidos. Porém nem sempre os projetos de intervenção urbana como requalificação e reabilitação estão engajados com o contexto das áreas em que serão implantados, ou estão em desconexo com as reais necessidades da população.

Para este trabalho e devido à amplitude das intervenções urbanas no Brasil serão destacadas as contribuições teóricas de Duarte (2005) com o estudo de caso do Rio de Janeiro e Baltrusis e Mourad (2012) sobre o Pelourinho em Salvador buscando demonstrar o que está por trás desse processo e como se expressam material e simbolicamente na vida dos cidadãos diretamente atingidos.

Duarte (2005), ao realizar um estudo sobre os processos de reabilitação e renovação na cidade do Rio de Janeiro, destaca um importante agente que é o papel desempenhado pelo capital imobiliário impulsionado pelo processo de globalização da economia que se reproduz a partir da criação de espaços competitivos e não homogêneos, uma vez que as técnicas, o acesso a bens e serviços não são distribuídos equitativamente no espaço geográfico, que por sua vez têm barreiras e restrições, pois de acordo com a concepção de Harvey (2005) o capitalismo necessita da desigualdade para sobreviver. Dessa forma, torna-se indispensável salientar que:

> Se acrescentarmos a isso o papel cada vez mais importante do capital imobiliário no processo geral de reprodução do capital, a crescente competição entre os lugares no processo de atração de investimentos e de moradia da população de maior nível de renda e a maior preocupação com a preservação da memória arquitetônica temos o fundamento para entendermos todo leque de processo de recuperação de áreas urbanas degradadas, conhecidos como revitalização, renovação, requalificação ou reabilitação urbanas. (DUARTE, 2005, p. 2).

A partir da concepção apresentada, pode-se observar que tais processos resultam em intervenções urbanas influenciadas pelo capital imobiliário que contempla em sua grande parte a população de maior poder aquisitivo e redesenha um espaço urbano segregado, pois se criam bairros ou se supervalorizam determinadas áreas que dispõem de infraestrutura para atrair uma parcela específica da sociedade. Sendo assim, é importante destacar que o capital imobiliário age em unissonância com o Estado, pois:

> A capacidade que o Estado tem de impor divisões de status no espaço sobre os seus residentes pode ter origem no simples controle da força física [...] ou então o Estado pode, ele mesmo, atender aos desejos dos detentores de poder político e econômico, desejos que se refletem de modo semelhante nos padrões de mercado paralelos que não estão ligados ao aparelho do estado. Em ambos os casos, o papel do Estado no estabelecimento de linhas de divisão involuntárias que reflitam status/poder é fundamental ao processo ativo que denominamos repartição. (MARCUSE, 2004, p. 28).

A discussão levantada por Marcuse (2004) destaca o Estado como agente principal no processo de segregação e pode utilizar o uso da força de forma legítima para atender seus interesses e da parcela da sociedade dominante e detentora do poder e que atua de forma direta na apropriação e organização do espaço.

Assim, é importante destacar o estudo realizado por Baltrusis e Mourad (2012) sobre a realização de intervenções no Centro Histórico de Salvador em meados de 1990 com a intenção de:

> [...] fragmentar, esconder ou afastar os moradores pobres de seu território. Territórios esses que foram apropriados, ao longo do tempo, pela população pobre e onde se sobrepuseram o seu modo de vida em relação ao ambiente construído. Essas intervenções foram pensadas e executadas de acordo com um tipo de urbanismo excludente, que privilegia as intervenções-cenários voltadas ao turismo em contraposição à manutenção dos moradores tradicionais. (BALTRUSIS; MOURAD, 2012, p. 2).

Pode-se perceber, então, que esses processos de intervenção urbana podem ocultar um lado perverso, excludente em que muitas famílias são privadas, ou melhor, retiradas do seu lugar, um espaço de vivência dotado de relações simbólicas, o que torna a situação muito complexa.

Assim, os processos como requalificação e reabilitação urbana, dentre outras nomenclaturas para definir tais processos intervencionistas enquanto produtos de grandes projetos urbanos podem provocar:

> [...] rupturas, conflitos e impactos territoriais, sociais, políticos, econômicos e ambientais. Impulsionados pela introdução de novos objetos, cada lugar é alvo de um processo de valorização e desvalorização contínua, de diferenciação do espaço a partir da expansão econômica e da produção e reprodução de relações simbólicas. (MOURA, 2011, p. 9-10).

Mesmo com os atuais avanços com o crescimento de movimentos sociais no Brasil e com a elaboração de planejamento participativo oriundos de algumas iniciativas do governo (federal, estadual e municipal), é preciso repensar a relação do Estado com a sociedade civil. Todavia, apesar de tais esforços principalmente na elaboração teórica e inovadora sobre a questão das cidades, a realidade continua sendo a mesma. Segundo Maricato (2011), desde 1975 até 2010 os desafios continuam presentes e em desenvolvimento, como a questão da moradia precária e das periferias como territórios da pobreza urbana, pois:

> Por outro lado, as periferias ou regiões que circundam as grandes cidades brasileiras passaram por mudanças determinadas pela reestruturação produtiva ou globalização: elas continuam apresentando os bairros pobres periféricos sem urbanização (fontes perenes da relação de dependência clientelista) e ganharam, nos últimos 25 anos, a companhia de "loteamentos" ou condomínios fechados que lembramos subúrbios americanos. (MARICATO, 2011, p. 104).

A partir do contexto da globalização, percebe-se que ocorre uma acentuação das problemáticas urbanas que acaba por ditar novos ajustes espaciais e fomentar a expansão capitalista das relações de produção e do Estado que "aparentemente" atua de forma mínima como interventor, refletindo em crescimento econômico em desconexo com o desenvolvimento social. Desse modo, os problemas de ordem estrutural não serão facilmente resolvidos por determinadas gestões de governos.

O Estado demonstra "aparentemente" não atuar em determinados processos, mas como bem ressaltou Santos (2002) a ação estatal é a principal força de grande repercussão, estando todos os agentes submetidos a ela:

> [...] pelo seu "uso legítimo da força", encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é por natureza, grela. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do estado sobre outras macroorganizações. Nem sempre as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares. (SANTOS, 2002, p. 121).

A análise do espaço urbano sob o viés dos processos de requalificação e reabilitação urbana demonstra os entraves e desafios existentes no que tange à problemática urbana e que se materializam através da criação ou acentuação de espaços segregados, valorização

fundiária e expulsão da população de determinados locais, sendo que, tal ação é legitimada pela implantação de projetos que na teoria deveriam requalificar e reabilitar determinadas áreas urbanas.

Entretanto, outro fator que necessita ser pontuado é a importação e implantação de modelos arquitetônicos apresentados com a proposta de "bem-estar para todos" desconectado da realidade local, ou de acordo com a expressão de Maricato (2001) demonstram "as ideias fora do lugar e o lugar foras das ideias" para que não se possa incorrer em uma higienização ou formação de um cenário de *apartheid* urbano, em que nem todos os espaços podem ser usufruídos ou dotados de infraestrutura conforme a necessidade dos cidadãos.

3 A CIDADE DE FEIRA DE SANTANA: LOCALIZAÇÃO, CONTEXTO HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA URBANO-REGIONAL

A cidade de Feira de Santana é a segunda mais importante do Estado Bahia e constitui a sede distrital do município apresentando em 2010, uma população de 499.672[17], localizando-se a 105 km da capital Salvador, apresenta uma posição geográfica estratégica, fator preponderante não só para a ocupação dessa região como também para o desenvolvimento urbano-regional, situando-se em um dos mais importantes acessos entre o norte e o nordeste do país através da BR 324 e BR 116.

Enquanto município (Figura 2) sua abrangência territorial é de 1.337,993 km^2 (IBGE, 2010). Administrativamente é composta pela sede e pelos distritos de Governador João Durval Carneiro, Bonfim de Feira, Maria Quitéria, Humildes, Tiquaruçu, Jaíba, Jaguara, Matinha limitando-se com os municípios de Santa Bárbara e Santanópolis (Norte), São Gonçalo dos Campos e Antonio Cardoso (Sul), Coração de Maria (Leste), Anguera e Serra Preta (Oeste).

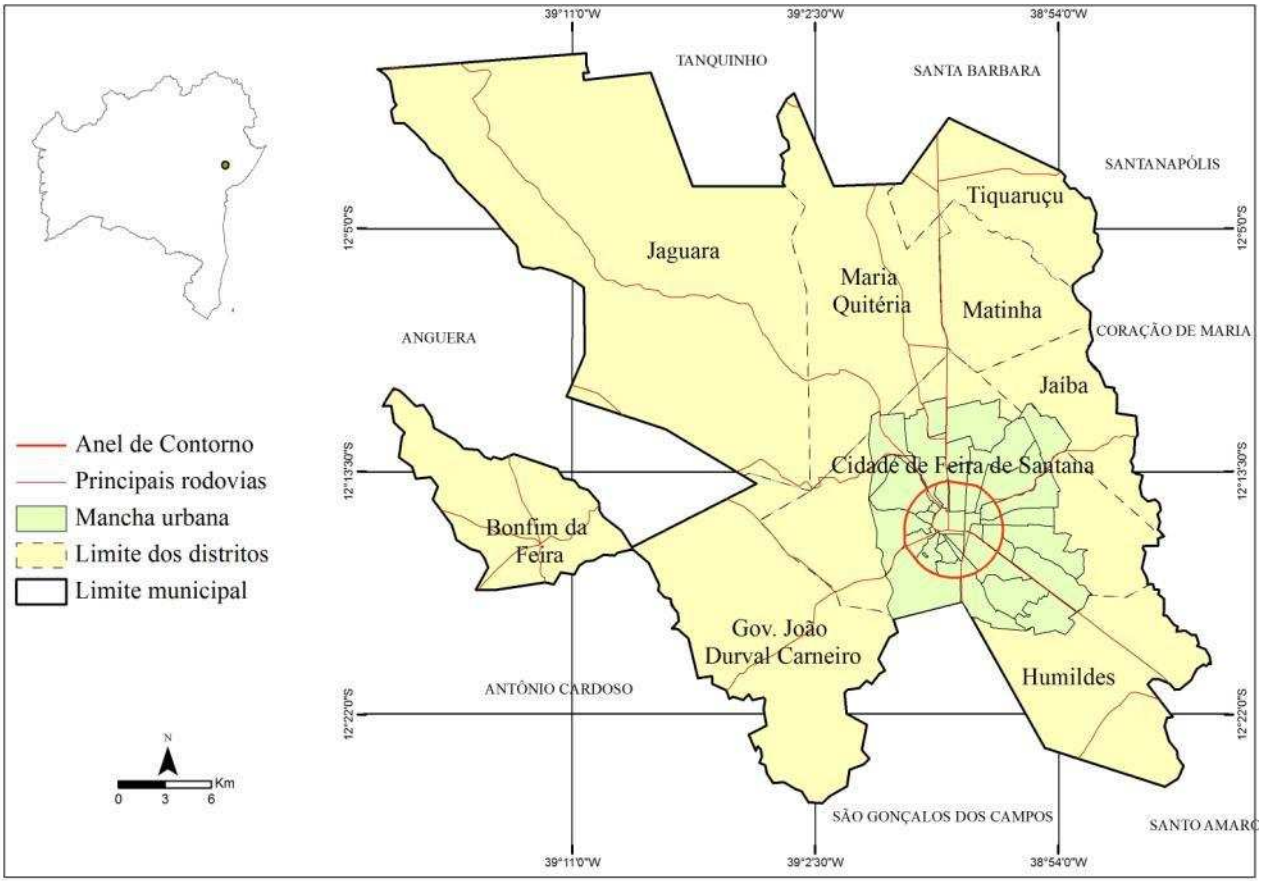
Por ser localizada em faixa de transição que abrange o agreste, sertão e litoral, Feira de Santana recebei o nome de "Princesa do Sertão". Apresenta clima com variação entre seco a subúmido e semiárido; a vegetação predominante é a caatinga. Seu relevo é aplainado e levemente ondulado. A hidrografia que compõem a região de Feira de Santana é composta por lagoas, nascentes e rios de grande importância como o Jacuípe, Pojuca e o

[17] População da cidade de Feira de Santana (distrito sede) com base em informações do Anuário Estatístico (2012) a partir dos Censos Demográficos do IBGE (2010).

Subaé, deste a nascente localiza-se nesta cidade. A precipitação nessa região costuma ocorrer entre os meses de abril a junho, com uma pluviosidade que pode alcançar anualmente uma média de 867 mm podendo sofrer períodos de estiagem prolongada (seca) (FEIRA DE SANTANA, 2009).

Quanto às atividades econômicas, destacam-se o comércio, os serviços e a indústria. A criação do Centro Industrial do Subaé (CIS) em 1970, conferiu uma nova dinâmica ao setor econômico da cidade, tornando-se um importante polo atrativo de investimentos nesse setor, além de promover alterações no ritmo populacional, pois no período de sua construção e consolidação, entre 1970 e 1980, registrou-se, também, um aumento do contingente populacional de Feira de Santana (OLIVEIRA, 2010).

Figura 2 – Localização do Município de Feira de Santana



Fonte: IBGE (2010).

Para compreender sua formação, é necessário retomar o contexto econômico do século XVI, que de acordo com Silva, Silva e Leão (1985), neste período foram formados os primeiros estabelecimentos e núcleos de ocupação na região de Feira de Santana fruto da expansão econômica e territorial iniciada na faixa litorânea nordestina. Nesse momento, existiam aglomerações urbanas que apresentavam estruturas e funções de acordo com a forma de ocupação estratégica empreendida no litoral se expandindo posteriormente para áreas interioranas com o objetivo de ocupar e conquistar novos espaços para a expansão econômica e consequentemente a ocupação de Feira de Santana:

> Ao findar o século XVI já existia, no Recôncavo, um embrião de cidade em expansão, dotada de funções cumulativas-político-administrativas, religiosas e comerciais – e um apêndice manufatureiro, estrategicamente implantado em uma área da costa, com o máximo de utilidade locacional. O centro econômico expandia-se e organizava-se para empreender a conquista de novas fronteiras de recursos. Tal empreendimento ocorreu ao longo do século XVI com as doações das terras do interior. É neste momento que se dá a ocupação efetiva da atual região de Feira de Santana. (SILVA; SILVA; LEÃO, 1985, p. 249).

Aos poucos foram surgindo pequenos aglomerados humanos, na região de Feira de Santana, que foram se estruturando nas proximidades da Capela conhecida como Santana dos Olhos D'Água pertencente a uma das fazendas que existiam naquele período:

> Em pouco tempo, as pessoas começaram a se fixar na região, visando o pequeno comércio oriundo da passagem dos vaqueiros, surgindo assim, uma feira de gado e um comércio paralelo de alimentos e outros produtos essenciais à sobrevivência dos viajantes, durante o seu longo percurso e dos moradores da região. (SANTO, 1995, p. 20).

Nos séculos XVI e XVII a efetivação da ocupação territorial se deu com o desenvolvimento de atividades agropecuárias, fixação da população no campo e organização de cidades, sobretudo na faixa costeira para posteriormente a ocupação do interior (sertão nordestino) com a pecuária (ROSS, 2006).

Nesse contexto, a região de Feira de Santana (Quadro 4) desempenhava um papel muito importante, pois, além de ser uma área utilizada para criação bovina com o estabelecimento de fazendas, também servia como rota dos tropeiros que conduziam as boiadas e aproveitavam os fatores ambientais favoráveis para se fazer as negociações da venda de gado.

Quadro 4 – Formação da região de Feira de Santana

PERÍODO	CARACRETIZAÇÃO	REGIÃO DE FEIRA DE SANATNA	INTERESSES ECONÔMICOS
Século XVI	Ocupação da faixa litorânea nordestina, expansão dos interesses econômicos e conquista de novas fronteiras e recursos.	Doação de terras no interior e ocupação da região de Feira de Santana.	Criação de gado: implantação dos currais e fazendas. Domínio dos D'Avila.
Século XVII	Consolidação dos primeiros núcleos de povoamento através das chamadas "fazendas de gado".	Fazendas, escravos, casas de sobrado e uma igreja.	Pecuária e formação de um pequeno comércio local oriundos dos subprodutos da pecuária e da lavoura de subsistência.
Século XVIII	Diversificação e regionalização da economia baiana. Aumento na produção de açúcar, expansão da lavoura fumageira, algodoeira, cultivo de lavouras alimentares, pesca. A movimentação das boiadas contribuiu para formação de uma rede de caminho conectando a área de produção com o centro econômico. Surgimento de povoados e vilas na costa e em direção ao interior e o consequente aumento do número de núcleos urbanos. No final deste século as vias marítimas dinamizaram ainda mais a economia com destaque para Salvador e Cachoeira, que funcionava como entreposto fluvio-marinho do sertão e para onde as boiadas e tropas eram conduzidas.	Formação dos povoados de Santa Ana da Feira, São José das Itapororocas (Feira de Santana), Serrinha, São Gonçalo dos Campos e Tucano. Santa Ana da Feira e São José das Itapororocas constituíam uma das vias de acesso mais importantes para a feira de Capuame onde era feita o registro do gado para depois ser deslocado para Salvador.	A pecuária era o carro-chefe da região. E o povoado de São José das Itapororocas (atual Feira de Santana) já apresentava um número considerável em termos de população para aquela época. Em 1759 sua população era de 5.017 habitantes e Salvador com 40.263.
Século XIX **Segunda metade do século XIX**	Estruturação e expansão urbana de Salvador. Forte inserção da agricultura no interior e abertura de novas fronteiras de povoamento. Surgimento de novos núcleos urbanos e os núcleos mais antigos se transformavam em cidades. Implementação dos transportes marítimos e terrestres. Intensificação das relações intra e inter-regionais com as melhorias dos meios de transporte.	Em 1819 Feira de Santana passou de um lugarejo simples e ganhou destaque com a mudança da Feira de Capuame para Santana dos Olhos d'Água. Projetos rodoviários ligando Feira de Santana a Cachoeira. Feira de Santana torna-se centro de convergência dos produtos agrícolas regionais, sobretudo das boiadas advindas de distantes lugares do país e do estado.	Feira de Santana passou a abrigar em 1828 a mais importante Feira de Gado da província da Bahia. Alguns povoados da região cultivavam fumo e algodão. Surgimentos de casas comerciais. Exportação de fumo e indústrias de beneficiamento desse produto. Aumento do número da área de lavouras e crescimento da agricultura de subsistência não somente para abastecimento local como regional. Em 1872 Feira de Santa teve um grande aumento em sua população em 138% perdendo apenas para Salvador, Santo Amaro, São Felix e Irará. Redistribuidora de bens com função de centro coletor-distribuidor. Importante subsistema regional ficando abaixo apenas de Salvador que lidera o sistema regional.

Fonte: Silva, Silva e Leão (1985).
Nota: Elaboração da autora desta pesquisa (2013).

A partir da análise do Quadro 4, pode-se inferir que a pecuária teve grande relevância na ocupação da região de Feira de Santana como uma das formas de povoar o interior do nordeste brasileiro, refletindo a forma política e administrativa daquele período, que consistia na doação ou venda de terras com baixo custo, visando incentivar sua ocupação e principalmente garantir a expansão da economia com a incorporação de novas áreas para exploração e descoberta de recursos.

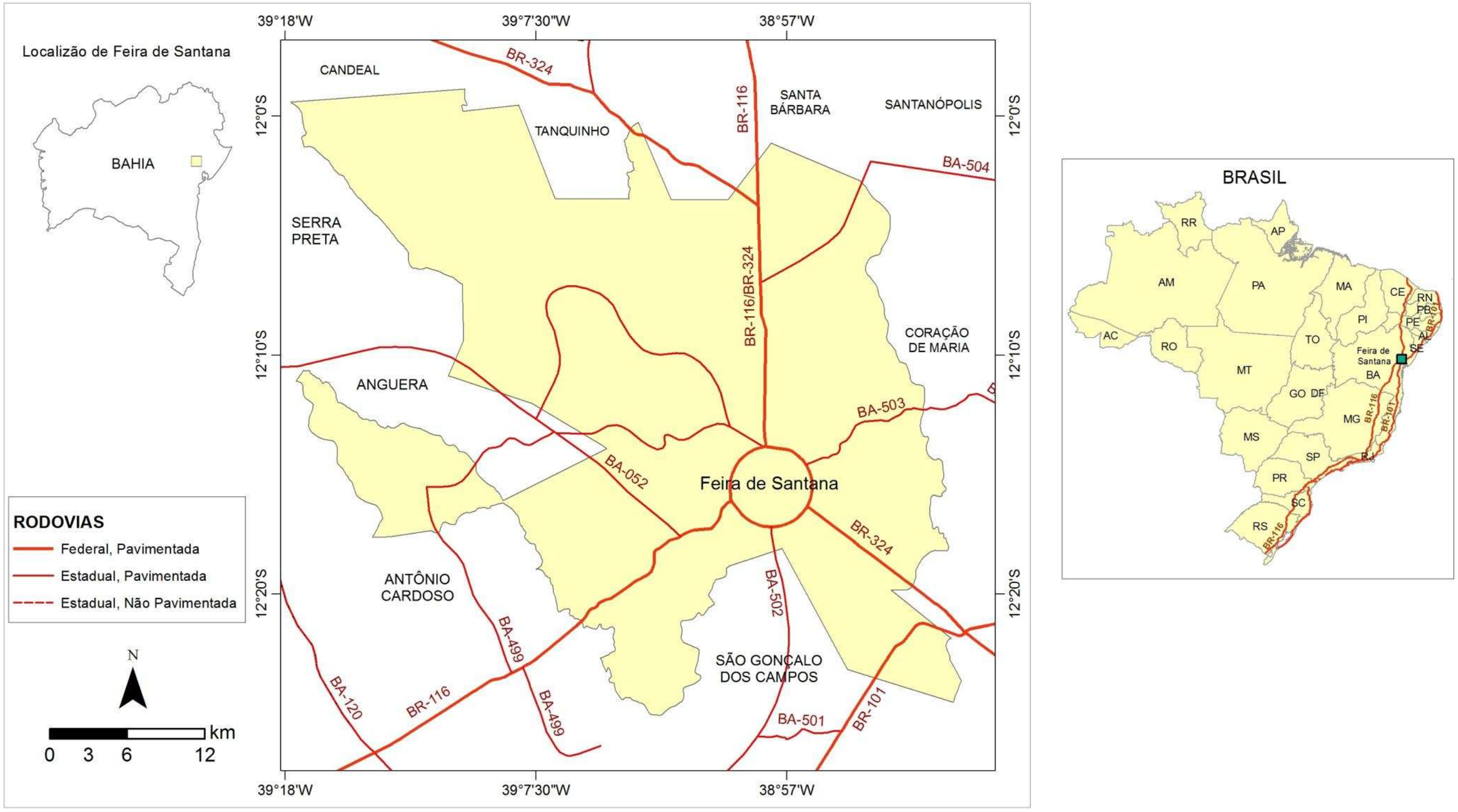
Do mesmo modo, pode-se definir que a feira de gado e depois a implementação dos transportes terrestres e marítimos impulsionaram o surgimento de um comércio e a formação de uma estruturação urbana importante conferindo uma dimensão econômica a Feira de Santana, que passou a se destacar em relação as outras cidades que a circundam, prenunciando também o surgimento de uma relação urbano-regional destacada nos estudos de Silva, Silva e Leão (1985) que realizou uma análise[18] tomando por base três elementos importantes (população, circulação e economia). A obra em questão fornece dados importantes para compreender os fatores que contribuíram para a origem, desenvolvimento e o papel urbano-regional de Feira de Santana.

A abertura de vias (Figura 3) como a BR 324, BR 116, BR 101 que interligam as regiões norte, nordeste e sul do país, em que a BR 324 atua como via de acessibilidade às demais rodovias federais, estaduais de Feira de Santana foram notórias para o seu desenvolvimento urbano-regional. A construção desses eixos rodoviários revela o papel do Estado e sua interferência na configuração do espaço urbano por meio de sua Política de Integração Nacional:

> Mas, é no quadro de uma política de integração nacional, por meio de rodovias asfaltadas e de uma política industrial que devemos situar o crescimento de Feira de Santana e seu novo relacionamento com a metrópole regional. [...] Esta nova política de transportes integrou o Nordeste e o Sudeste do país via Feira de Santana, com a conclusão da Rio – Bahia (BR 116) em 1949, mas só asfaltada em 1962-63. Este papel de entroncamento nacional (e não mais regional), fazendo de Feira de Santana um importante centro de serviços de apoio a transporte de carga e passageiros, foi decisivo para introduzir na cidade e na região um relevante fator de crescimento extra-regional. (SILVA; SILVA ; LEÃO, 1985, p. 259).

[18] Ver SILVA, S. C. B. M.; SILVA, B. C. M. N.; LEAO, S. O. *O subsistema urbano-regional de Feira de Santana*. Recife: Sudene, 1985.

Figura 3 – Principais rodovias que conectam Feira de Santana as regiões norte e sul do Brasil



Fonte: IBGE (2010).

A Política de Integração Nacional teve um papel fundamental no desenvolvimento urbano-regional feirense e no contexto baiano como um todo, pois desde as primeiras ocupações o espaço baiano apresentava um modelo de produção, cujas relações comerciais eram voltadas para o exterior e não havia uma relação ou integração nacional. Segundo Santos (2009):

> O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si relação, não sendo interdependentes. (SANTOS, 2009, p. 29).

A partir década de 1950, período em que o Brasil foi marcado pelo processo de industrialização. Na Bahia foi implantada a Refinaria Landulpho Alves (RLAM) em 1950, formação do Centro Industrial de Aratu (CIA) no decênio 1960, e a construção Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) no final da década de 1970, seguido do setor automobilístico que se favoreceu também com esse processo de desenvolvimento econômico alavancado por grandes investimentos na industrialização do país e consequentemente na sua urbanização:

> Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estado. (SANTOS, 2009, p. 30).

Dessa maneira, o território baiano começou a se destacar como um espaço periférico dinâmico. No entanto, o processo de desenvolvimento econômico baiano impulsionado pela industrialização não acompanhou o desenvolvimento social. Dita situação era constatada pelos altos números na economia e baixos números quanto aos indicadores sociais.

Nesse contexto, Feira de Santana além de se tornar um ponto de interligação entre as principais regiões econômicas do país preparava-se para receber o seu centro industrial para atrair capital e diversificar o setor produtivo de acordo coma política industrial da época, em que, "[...] o Brasil tinha como projeto básico construir um parque industrial importante e com isso entrar para o restrito elenco das principais potências mundiais." (BACELAR, 2000, p. 17). Assim, os esforços para o desenvolvimento da indústria no país na década de 1960 contaram com o interesse comum entre as diferentes escalas governamentais (federal, estadual e municipal), em que o planejamento regional que compreendeu os anos de 1960 a 1980, dentre outros aspectos importantes, buscou

principalmente a integração físico-territorial do país, especialmente no setor de transporte e comunicação para o desenvolvimento industrial e também impulsionado por interesses de cunho militar e estratégico. Segundo Bacelar (2000):

> Essa interligação físico-territorial facilitou não apenas a instalação de empresas capitalistas em novos espaços como também abriu fronteiras para fluxos migratórios em busca de terra, recursos minerais, oportunidades de trabalho e melhores condições de subsistência. (BACELAR, 2000, p. 20).

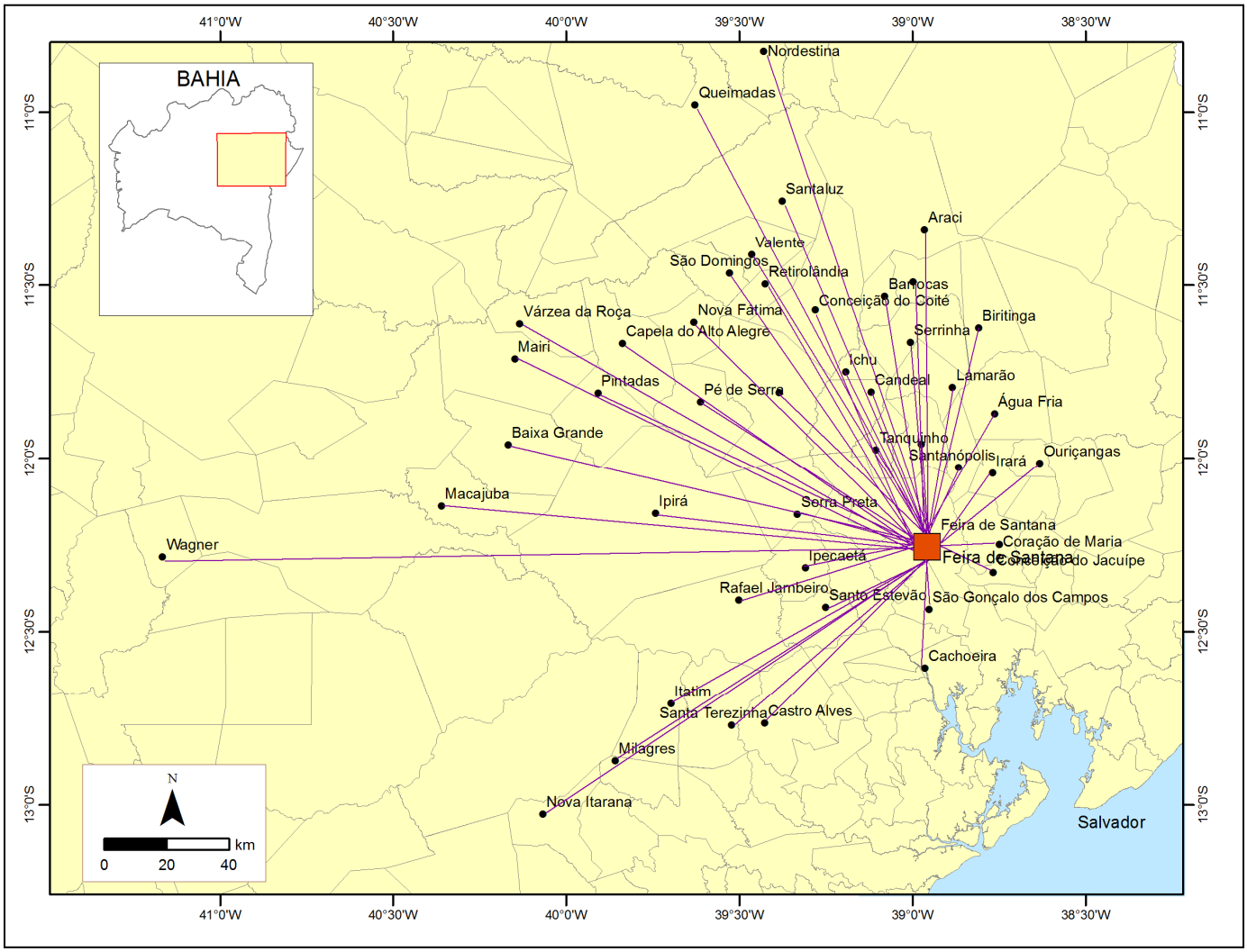
Essas iniciativas do Estado repercutiram no desenvolvimento urbano-regional de Feira de Santana foi contundente com a implantação de rodovias que conectam as principais regiões do país e depois a construção e consolidação do Centro Industrial do Subaé (CIS), entre 1970 e 1980 contribuindo para sua formação como centro de convergência:

> A cidade de Feira de Santana, um centro de convergência regional, pela capacidade de concentração de uma maior quantidade de bens e serviços na região, com ascensão crescente do comércio e a presença de um centro industrial tem seu papel de comando na região, apoiado inicialmente na pecuária e hoje, nos setores secundários e terciários. (FREITAS, 1998, p. 71).

Esses fatores trouxeram implicações econômicas e socioespaciais com a atração de investimentos para os ramos produtivos a serem instalados no CIS, como também para pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida com a oferta de serviços importantes nas áreas de educação, saúde e comércio transformando Feira de Santana em um polo regional segundo Santo (2012).

Sua influência urbana e regional é destacada nos estudos das Regiões de Influências das Cidades (REGIC), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da análise da rede urbana brasileira buscou-se delimitar a região de atuação de cidades que exercem um papel centralizador tomando por base o fluxo de bens e serviços. A Região de Influência de Feira de Santana (Figura 4) é classificada como Capital Regional B "Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, tem área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios." (IBGE, 2007, p. 11).

Figura 4 – Municípios baianos que compõem a Região de Influência de Feira de Santana



Fonte: IBGE (2010).

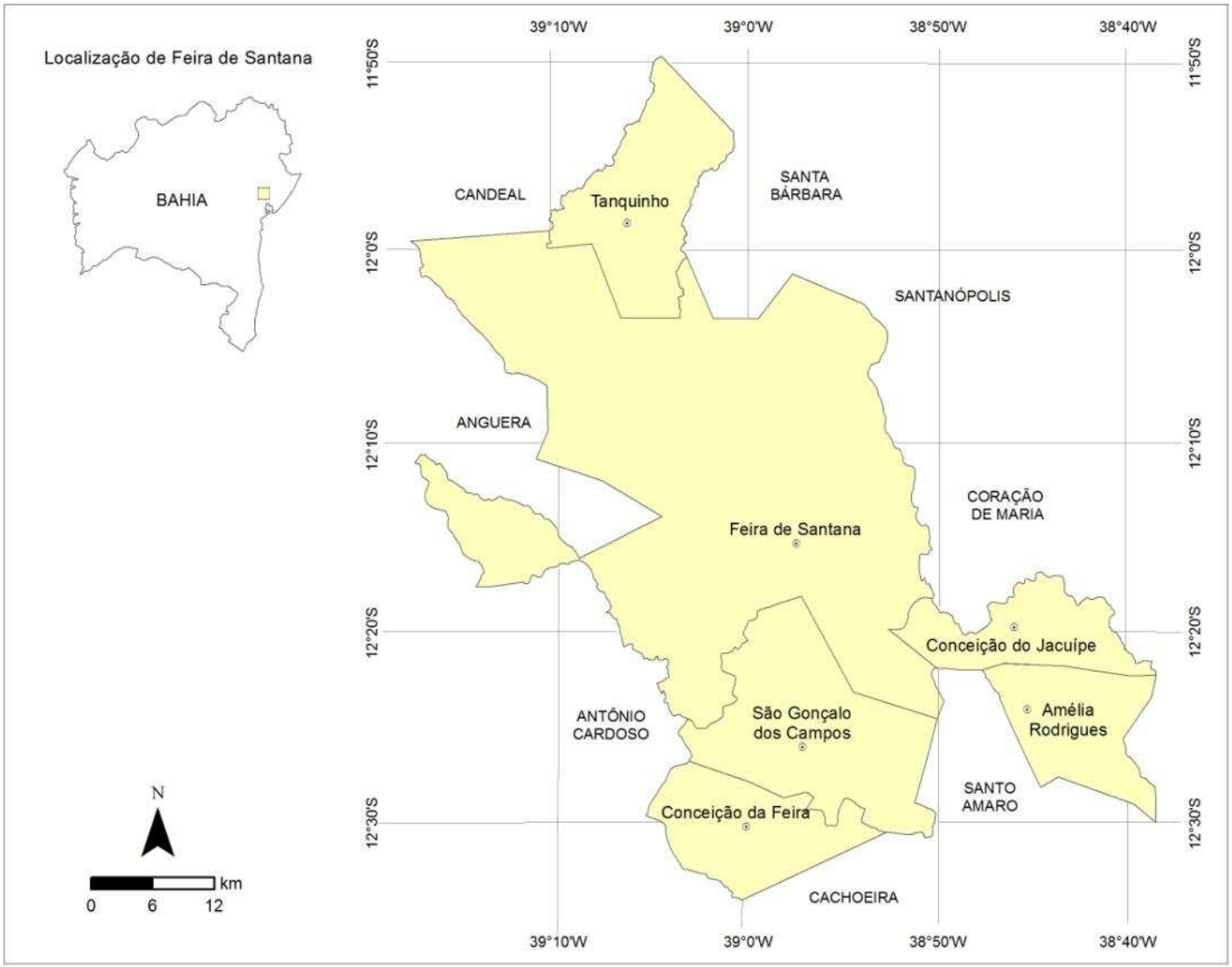
Sendo assim, as cidades que configuram como Capital Regional subdividem-se em três importantes grupos de acordo com o número de cidades, atividades com as quais se relacionam e com número de habitantes que compõe a região de influência. De acordo com essa subdivisão, a cidade de Feira de Santana pertence ao grupo B, formado por mais de 20 cidades brasileiras, e apresenta medianas de 435 mil habitantes e um conjunto de atividades que constituem aproximadamente 406 relacionamentos (IBGE, 2007). Em 2007, o município em análise totalizava uma população de 1.539.959, abrangendo 47 municípios constituindo uma área de influência de 29.818,55 km².

Em 2011 foi sancionado o projeto da criação da Região Metropolitana de Feira de Santana (Figura 5) pela Lei Complementar Estadual n^{o} 35 de 6 de Julho de 2011, art. 2^{o} deve buscar "[...] a promoção do desenvolvimento socioeconômico integrado, equilibrado e sustentável no âmbito metropolitano e a redução das desigualdades entre os Municípios que a compõem." (BAHIA, 2011, p. 1).

Assim, espera-se que a formação dessa região metropolitana possa cumprir com sua finalidade e promover de fato a integração entre os municípios que deverão ser beneficiados com melhorias nos índices sociais e econômicos. Entretanto, como esse arranjo metropolitano ainda está na fase de estruturação, é necessário que estudos sejam desenvolvidos para investigar melhor os rebatimentos socioeconômico e espacial desse processo, o que não cabe ao estudo aqui pretendido.

Não se pretende fazer um estudo aprofundado sobre a Região de Influência e a formação da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), mas a sua breve abordagem foi para que se pudesse compreender o dinamismo urbano e regional do espaço urbano feirense e entender sua configuração espacial e a existência de subespaços em escala intraurbana.

Figura 5 – Municípios que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS)



Fonte: IBGE (2010).

A atual conformação do espaço urbano feirense, que se destaca como um polo regional com a criação de sua própria região metropolitana, sofreu influência direta do Estado com suas políticas territoriais de integração territorial, desconcentração industrial e o processo acelerado de urbanização que marcou a expansão urbana brasileira. Sendo assim, na região de Feira de Santana os efeitos da expansão urbana pode ser observado nas mudanças das taxas da população urbana e rural (Tabela 2). Desse modo, até meados de 1950, a população rural apresentava maior contingente, mas em 1960 o número de pessoas vivendo na área urbana começou a superar a rural passando de 131.720 habitantes com constante aumento nas décadas seguintes, enquanto a população rural manteve um número inferior com 55.570 habitantes apresentando poucas oscilações até o período atual.

Tabela 2 – População rural e urbana residente em Feira de Santana – 1940-2010

ANOS	POPULAÇÃO URBANA*	POPULAÇÃO RURAL*
1940	19.660	63.608
1950	34.277	72.928
1960	69.884	71.873
1970	131.720	55.570
1980	233.905	57.599
1991	348.973	56.875
2000	431.730	49.219
2010	510.637	46.007

Fonte: Anuário Estatístico de Feira de Santana (CDL, 2012).

Notas: * Dados extraídos das estatísticas populacionais do Anuário Estatístico de Feira de Santana (CDL, 2012), elaborado a partir de dados do IBGE (2008) para demonstrar o crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural do município de Feira de Santana.
Adaptação da autora desta pesquisa (2013).

Em 1940, a população urbana era inferior à população rural. Ela representava menos da metade da população rural, que tinha 63.608 habitantes. Entretanto, a partir desse decênio, observou-se uma progressão significativa da população urbana até meados de 1980 constatando-se que Feira de Santana não fugiu à regra do contexto nacional, como pontuou Santos (2009):

> Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é um número quase igual à população total do país em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana de 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total

> terá crescido 26%, a população urbana deve ter aumentado em mais de 40%, isto é, perto de trinta milhões de pessoas. (SANTOS, 2009, p. 32).

Assim, a urbanização apresentou taxas de crescimento significativas como resultado das políticas econômicas adotadas no país buscando desenvolvimento econômico baseado na industrialização e consequentemente a atração das populações para os centros urbanos "Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcançando 68,86%" (SANTOS, 2009, p. 31). A urbanização de Feira de Santana (Tabela 3), em 1940 é compatível com a observação de Santos (2009) atingindo 26,61%, mas em 1980 difere da taxa do país superando o valor estimado naquele momento e alcançando 80,24% e em 2010 chega 91,74%.

Tabela 3 – Taxa de urbanização do município de Feira de Santana – 1940-2010

ANOS	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
1940	23,61
1950	31,97
1960	49,30
1970	70,31
1980	80,24
1991	85,86
2000	89,77
2010	91,74

Fonte: Anuário Estatístico de Feira de Santana (CDL, 2012).
Notas: * Dados extraídos das estatísticas populacionais do Anuário Estatístico de Feira de Santana (CDL, 2012), elaborado a partir de dados do IBGE (2008) para demonstrar o crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural do município de Feira de Santana.
Adaptação da autora desta pesquisa (2013).

A evolução dos números da taxa de urbanização de Feira de Santana reafirmam as mudanças ocorridas em 1960 com aumento progressivo nas décadas seguintes resultante do dinamismo econômico da região com a construção de importantes rodovias e instalação do centro industrial. No período compreendido em 2000 e 2010 observou um crescimento insignificante se comparado às décadas anteriores, visto que a população já era urbana.

A despeito de todo esse contexto, a cidade de Feira de Santana enfrenta sérios problemas urbanos que refletem sua forma de ocupação e de um planejamento que

seja capaz de abranger a complexidade do tecido urbano da cidade por parte do poder público local, pois:

> Até 1968 não houve nenhuma espécie de planejamento integrado para a cidade de Feira de Santana ou para a sua região. Só a partir desta data é que se constatou uma mudança, com a realização do Primeiro Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) (SANTO, 1995, p. 36).

Naquele momento, os investimentos públicos se limitavam em fornecer infraestrutura necessária para a implantação do CIS e na criação de conjuntos habitacionais para atender à população de baixa renda e que também serviria de mão de obra para o centro industrial. No entanto essa ação foi pontual, pois uma parcela da população não recebeu assistência e em consequência começou a ocupar áreas para a construção de habitações sem o devido planejamento (OLIVEIRA, 2010).

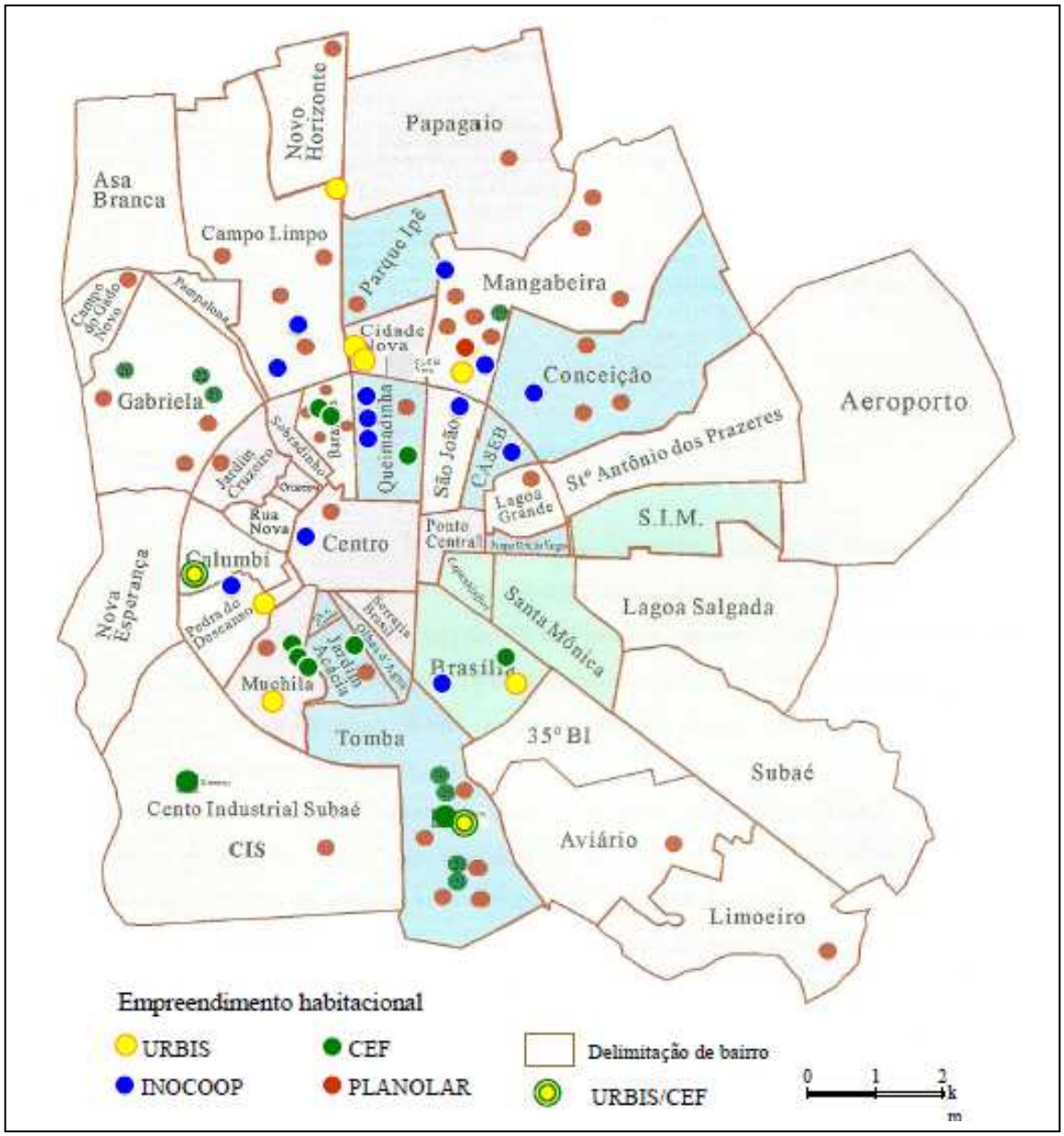
A criação do centro industrial agravou a questão populacional que já se prenunciava na década de 1950. Feira de Santana já se distinguia dos demais municípios baianos como o quarto maior em termos de população (OLIVEIRA, 2010). E em 1960 observou-se uma configuração da especulação imobiliária com o surgimento de bairros distantes da área central da cidade e segundo Freitas (1998), as décadas de 70 e 80 foram responsáveis pela dinâmica habitacional e espacial da cidade:

> Nas décadas de 70 80 foram aprovados vários loteamentos criando 20.000 novos lotes na parte externa do Anela de Contorno Rodoviário contribuindo assim para a expansão destas áreas. Nestas duas décadas foi marcante a evolução urbana da cidade e a construção de vários conjuntos residenciais pela INOCOOP e pela URBIS. [...] (FREITAS, 1998, p. 114).

Mas, nesse estudo é importante destacar o papel do governo municipal como a proposição de iniciativas para tentar amenizar a falta de uma política habitacional com a criação do Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR), o qual foi instituído pela Lei n^{o} 825/77, que buscava facilitar o acesso à habitação para a população de baixa renda a partir da doação de lotes e da implantação de serviços essenciais como o fornecimento de água e energia elétrica para a população. Também esse processo de expansão do espaço urbano pelos loteamentos e conjuntos habitacionais foi destacado por Santo (2012) que tomou por base os estudos de Oliveira (2004) e buscou demonstrar a distribuição espacial do setor habitacional (Figura 6) e das agências ou órgãos financiadores como a Caixa Econômica Federal (CEF), e a Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) em 1965 e o

Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) em 1966 e o PLANOLAR em 1977.

Figura 6 – Distribuição espacial de alguns loteamentos e conjuntos habitacionais em Feira de Santana (2004)



Fonte: Oliveira (2004, 2010 apud SANTOS, 2012).
Nota: Adaptado por Santo (2012).

A partir da Figura 6, percebe-se uma maior atuação e desconcentração do PLANOLAR que interessa a esse estudo, sem desmerecer a atuação dos outros agentes citados[19].

Entretanto o Planolar não conseguiu levar suas ações à frente devido a uma série de acontecimentos e limitações relatados por Oliveira (2010):

> O programa enfrentou grandes problemas, como a escassez de recursos; o clientelismo histórico instituído no poder público, com a falta de critérios rígidos para a prática; o fato de o trabalhador situar-se numa faixa miserável da população, o que o levava a vender o lote e o material de construção, e a elevada valorização dos terrenos mais ao centro da cidade, fatores que determinaram o fim do PLANOLAR. (OLIVEIRA, 2010, p. 94).

A escassez de programas e investimentos por parte dos governos federal e estadual, além da tentativa frustrada do poder municipal em tentar resolver o problema habitacional do município, de forma que pudesse acompanhar a dinâmica populacional, agravaram ainda mais a situação da classe menos favorecida que encontrou como alternativa para morar, a ocupação de lugares tidos como inadequados e irregulares:

> O déficit habitacional [20] do município vem se agravando nos últimos anos com a retração das ações do governo federal no setor habitacional. Por iniciativa própria, as famílias carentes, na tentativa de resolver o problema de moradia, ocupam terrenos, tanto públicos quanto de propriedade privada, localizados quase sempre em áreas remanescentes de conjuntos habitacionais. (OLIVEIRA, 2010, p. 85).

Desse modo, ações de requalificação urbana são importantes principalmente em Feira de Santana, que de acordo com estudos realizados por Oliveira (2010):

> [...] em 2001, 25,74% do estoque de domicílios da cidade de Feira de Santana estavam situados em assentamentos subnormais (favelas e assemelhados). Relevante o total da população que em 2001 residia em assentamentos subnormais, 115.973 mil habitantes quando a população urbana da cidade era de 431.739 mil habitantes (26,86%). Esse quantitativo de moradores em subcondições de moradia aproxima-se do total da população de alguns municípios baianos como Simões Filho com 114.649 mil habitantes e Porto Seguro com 120.649 mil habitantes. (OLIVEIRA, 2010, p. 87).

Sendo assim, fica evidente que o desenvolvimento urbano de Feira de Santana foi marcado pela ação do Estado e favorecida pela sua posição geográfica estratégica, pela forte dinâmica populacional em descompasso com as políticas habitacionais, pela necessidade de

[19] O PLANOLAR contribuiu para a ocupação da área da Lagoa Grande e formação da Favela da Rocinha.

[20] A pesquisa realizada por Oliveira (2010), intitulada "Espaço urbano e o modo de vida na favela: a voz dos moradores da Rocinha em Feira de Santana-Ba" abordou sobre a questão habitacional da cidade de Feira de Santana em que, constatou-se um agravamento da acessibilidade à moradia para a população de menor poder aquisitivo devido a ineficiência das ações do governo federal. Nota da autora.

um planejamento urbano integrado da cidade e também pelo uso e ordenação do solo, fatores que foram incapazes de acompanhar a dinâmica difundida pela demanda de sua população. Para tanto, o setor habitacional ainda é o que apresenta maiores problemas representado pela ausência ou ineficiência de políticas sendo sua constatação visível na apropriação do espaço que de acordo com o estudo realizado pela Secretaria de Planejamento Urbano de Feira de Santana (SEPLAN) em 2001 buscou fazer o levantamento sobre o número e a situação dos assentamentos subnormais da cidade.

Para tanto, foram utilizadas diferentes variáveis para esse estudo como: grau de risco de inundação, situação fundiária, grau de adensamento, dentre outros. Mas, no Quadro 5, somente foi destacado o grau de risco que essas áreas estão sujeitas, como inundações.

A realização deste estudo pretendeu constatar a situação dos assentamentos, bem como suas características socioambientais para que se pudesse fazer uma hierarquização com vistas a contribuir para ações integradas visando à promoção da qualidade de vida da população que habita nessas áreas, pois a urbanização acentuada da cidade revelou um processo de periferização e favelização que também está intimamente ligado à degradação ambiental dos recursos hídricos da cidade como as lagoas "[...] visto que a maioria das favelas encontra-se em áreas de preservação ambiental ou de mananciais hídricos que por sua vez, e, época de chuva intensa estão susceptíveis a inundação e alagamento." (SEPLAN, 2001, p. 7).

Desse modo, de acordo com o referido estudo destacou-se que:

> Existem cerca de 40 invasões espontâneas e mais de 60 loteamentos para moradores carentes, a maioria deles, de acordo com o PDDU/2000. Estas têm sido a principal modalidade de ocupação em Feira de Santana, as invasões e loteamentos clandestinos. Observa-se, então, um processo de periferização e favelização do município [...] (SEPLAN, 2001, p. 5).

A incapacidade do município para resolver as questões habitacionais impulsionou e indiretamente permitiu o surgimento dessas alternativas de moradia denominadas de loteamentos e favelas, enquanto formas encontradas pela população de baixa renda para sanar o problema habitacional oriunda das ações ineficazes e até mesmo omissivas do governo federal, estadual e de maneira específica o poder público municipal, como demonstrado na criação e rebatimentos espaciais provocados com a implantação do PLANOLAR.

Quadro 5 – Assentamentos Subnormais de Feira de Santana

ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS[21]	**LOCALIZAÇÃO**	**GRAU DE RISCO**
Fonte de Lili	Bairro Queimadinha	Alto
Invasão Tanque do Urubu	Bairro Jardim Cruzeiro	Alto
***Av. Anchieta*	Bairro Conceição e Conjunto ACM	Alto
**** *Rocinha***	***Bairro Lagoa Grande***	***Alto***
Invasão Gabriela I, II e III	Bairro Gabriela	Baixo
Invasão Santo Antônio dos Prazeres	Bairro Santo Antonio dos Prazeres	Médio
Invasão Parque Ipê I e II	Bairro Parque Ipê	Médio
Prato Raso	Bairro Queimadinha	Alto
Invasão Feira VI	Conjunto Feira VI	Médio
Três Riachos	Bairro Nova esperança	Médio
Invasão Feira V	Conjunto Feira V	Médio
Invasão Santa Mônica I e II	Bairro Santa Mônica	Médio
Invasão Novo Horizonte	Bairro Novo Horizonte	Médio
Invasão Feira IX	Conjunto Feira IX	Médio
Sete de Setembro (Buraco Doce)	Proximidades do Conjunto Wilson Falcão	Médio
Invasão feira VII	Conjunto Feira VII	Baixo
Ruas: Paulo Afonso, Itambé e Lençóis	Bairro Jardim Cruzeiro	Médio
Invasão Feira X	Conjunto Feira X	Médio
Invasão Avenida Canal	Avenida Canal	Médio
Jussara	Bairro Pedra do Descanso	Médio
Irmã Rosa e Fonte do Mato	Jardim Acácia	Médio
Parque Panorama	Panorama	Baixo
São João do Cazumbá	-	Baixo
Terra Dura	Bairro Terra Dura	Baixo
Estação Nova	Bairro Estação Nova	Baixo
SIM	Bairro SIM	Baixo
Pau da Miséria	-	Baixo

Fonte: SEPLAN – PMFS (2001).

Notas: * Removida a partir da ação Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em um acordo iniciado em 2008 com o objetivo de requalificar a área com a proposição de projeto de transferência das famílias executado pela CONDER.

* *Área de estudo

Elaboração da autora desta pesquisa (2013).

É nesse processo de apropriação do espaço urbano que se faz mister frizar o papel do Estado no desenho urbano da cidade revelado pelas formas de uso e ocupação do solo feirense e de maneira específica, o caso do Bairro Lagoa Grande, antes denominado de Rocinha e que a partir dos estudos de Santo (1995) intitulado de *"A Água em Feira de*

[21] O estudo realizado pela SEPLAN utiliza o termo subnormal, mas que em sua caracterização assemelha-se a concepção de assentamento precário destacado no capítulo 2. Nota da autora.

Santana: uma análise do bairro Rocinha", pode-se observar que a atuação do Estado foi contundente na cidade e no bairro em questão:

> Uma das principais formas de sua atuação é permitir que os indivíduos de baixa renda estabeleçam-se em locais insalubres, seja através de conjuntos habitacionais ou através da permissão da apropriação de áreas públicas para construção de favelas, como no caso deste estudo, onde o Estado, através da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS), permitiu a implantação de uma favela dentro da área de interferência de uma lagoa (Lagoa Grande). (SANTO, 1995, p. 7).

A partir da reflexão de Santo (1995), percebe-se que a ação do Estado se deu a partir das intervenções municipais favorecendo a ocupação e legitimando o uso de áreas inapropriadas para habitação, ocasionando danos ambientais como a poluição e o soterramento da lagoa. Assim, é preciso demonstrar as duas faces do mesmo agente, o Estado, que atua através de mecanismos institucionalizados e em outras vezes pode se mostrar omisso como na situação da Favela da Rocinha, cuja ocupação foi permitida pelo poder público municipal. Entretanto, ao mesmo tempo, observa-se também um Estado ausente denunciado pelas condições precárias de moradia, uma vez que todos têm o direito a ter acesso com equidade aos serviços e aos equipamentos urbanos e comunitários.

Nos próximos capítulos será feita a caracterização do bairro Lagoa Grande e de maneira específica, da área de intervenção urbana no Assentamento da Rocinha e a análise do processo de requalificação urbana empreendido no mesmo buscando compreender os mecanismos utilizados, os agentes envolvidos, os possíveis rebatimentos socioespaciais e a identificação dos entraves e desafios que permeiam tal processo.

4 BAIRRO LAGOA GRANDE

O Bairro Lagoa Grande, do ponto de vista do estudo pretendido, é uma área complexa que necessita ser entendida por três vias: habitação, proteção ambiental e segregação socioespacial. A partir da compreensão de sua formação pode-se entender a estruturação do espaço urbano feirense e a atuação do Estado, seja ele através de suas ações diretas ou omissivas, o que não deixa de ser uma forma de agir.

Sua origem remonta um período em que a demanda populacional na cidade tornava-se cada vez mais acentuada pela falta de políticas habitacionais que pudessem acompanhar esse processo. Nesse momento, observou-se a formação de um padrão de ocupação do espaço a partir da apropriação de áreas, em algumas situações ambientalmente frágeis para construção de moradias. Tal realidade denota aspectos importantes como a necessidade de um planejamento integrado, de fiscalização por parte dos órgãos ambientais competentes, e a ação do poder público, e de maneira específica, o municipal que teve papel relevante na ocupação inicial do Bairro Lagoa Grande com a adoção de um plano habitacional, o PLANOLAR, frente aos desafios do período em que foi elaborado, caracterizado pela doação de lotes a partir de um sistema de autoconstrução.

Entretanto a alternativa municipal de criação de loteamentos posteriormente favoreceu ao surgimento de ocupações “ilegais” no seu entorno e no caso do Bairro Lagoa Grande acabou gerando problemas ambientais como construção de habitações na planície de inundação da lagoa, adentrando para seu interior, e a formação do maior assentamento subnormal da cidade de Feira de Santana, que foi se desenvolvendo ao longo das últimas décadas.

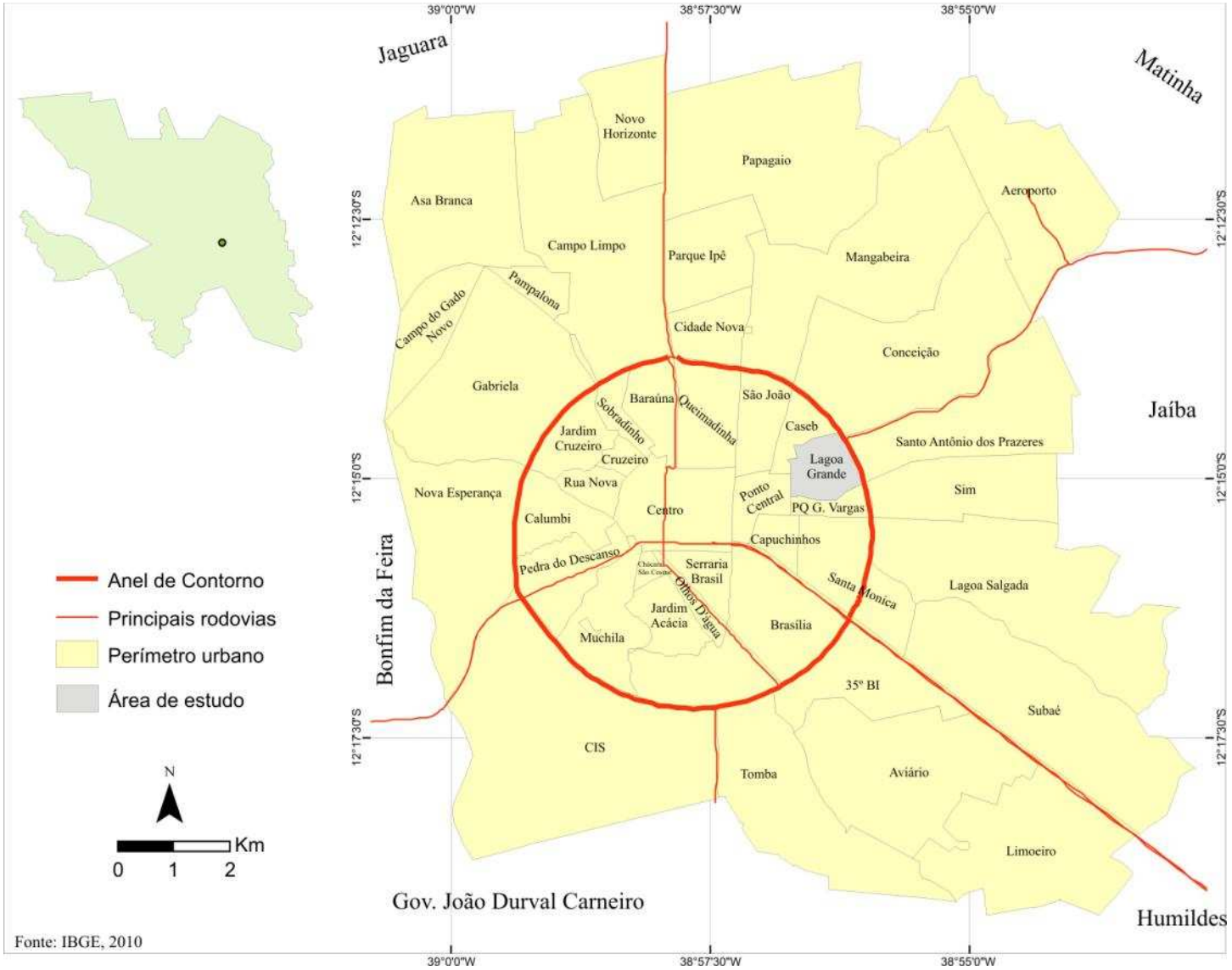
4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Localizada a leste do centro comercial da cidade de Feira de Santana, o Bairro Lagoa Grande (Figura 7) limita-se com os bairros Caseb, Santo Antônio dos Prazeres, Parque Getúlio Vargas e Ponto Central, tendo como principais vias de acesso as avenidas João

Durval Carneiro, Getúlio Vargas e Eduardo Fróes da Mota, conhecida como Avenida de Contorno[22].

[22]Destinada à circulação de veículos na periferia das áreas urbanas, de modo a evitar ou minimizar o tráfego no seu interior, circundando completamente a localidade.

Figura 7 – Localização do Bairro Lagoa Grande – Feira de Santana - Ba



Fonte: IBGE (2010).

A área ocupada pelo Bairro Lagoa Grande (Figura 8) é estrategicamente importante, pois situa-se nas proximidades de vias que dão acesso ao centro comercial, como a Avenida João Durval Carneiro situada a leste e à Avenida Eduardo Froes da Mota a oeste (conhecida como Avenida de Contorno) que serve como ponto de ligação a outra avenida de grande importância comercial, a Avenida Getúlio Vargas, e como ponto de conexão entre as rodovias que cortam Feira de Santana. As avenidas citadas dinamizam o fluxo de veículos e pessoas aos principais serviços concentrados na área central da cidade como agências bancárias; administração municipal; escolas (rede pública e privada); secretarias municipais; assistência jurídica pública como: Ministério Público, Justiça do Trabalho, Fórum; terminal rodoviário; serviços de saúde público como os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS).

Figura 8 – Área do Bairro Lagoa Grande

Fonte: Arquivo da SEPLAN (2008).

Sendo assim, com base em trabalhos de campo e outras pesquisas realizadas e que tiveram como objeto de estudo o referido bairro pode-se observar a presença de serviços e estruturas elementares à população como posto de saúde, Centro de Referência e

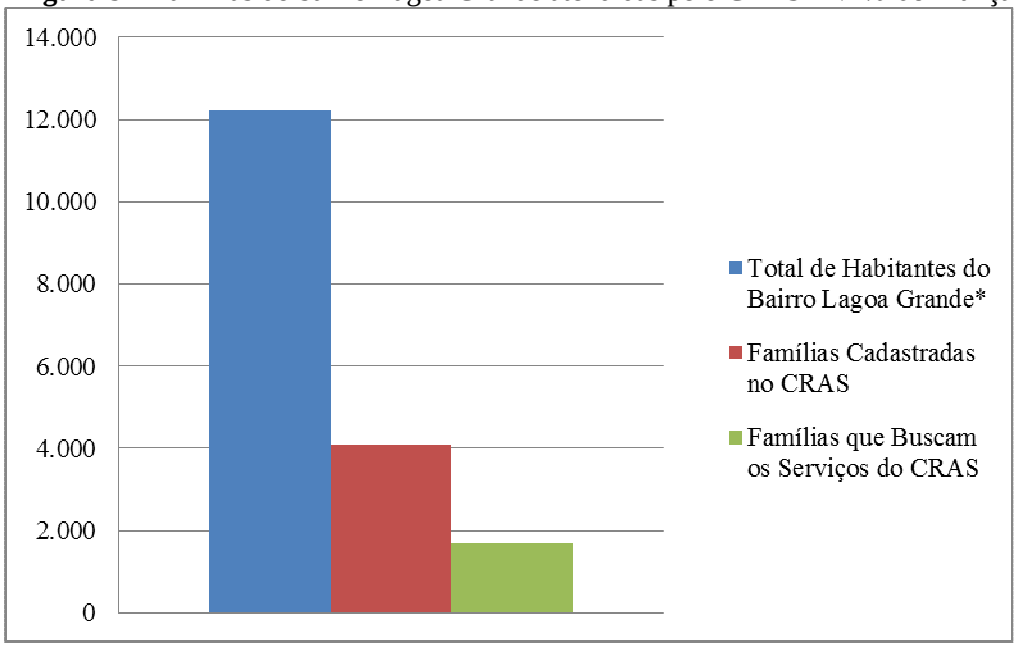
Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializada e Assistência Social (CREAS), ruas pavimentadas e rede elétrica e casas com estrutura de alvenaria. Porém, à medida que se adentra para as proximidades da Lagoa Grande, corpo hídrico que deu origem ao nome do bairro, o cenário é modificado pela existência de um espaço de segregação em que a área de influência da lagoa foi utilizada para construção de moradias sem nenhuma intervenção do poder público, seja de ordem municipal, estadual ou federal, sobre esses tipos de ocupações espaciais os quais não se pode definir como desordenado, pois segue uma ordem, ou seja, a apropriação de áreas que não interessam ao mercado imobiliário agravado pela vontade política e ausência de uma política urbana e habitacional integradora e consolidada.

A ocupação no entorno do manancial hídrico representa a parte mais fragilizada do bairro Lagoa Grande marcada pela degradação ambiental, e onde se desenvolveu o assentamento conhecido como Rocinha, que foi beneficiado diretamente pelo projeto de requalificação urbana que será discutido no próximo capítulo. E, de acordo com dados do Plano Anual de Ações do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), no bairro Lagoa Grande foram identificados os seguintes problemas:

> [...] a falta de suporte educativo, o baixo nível de escolaridade, desqualificação profissional, dificuldades de acesso ao trabalho e moradia, desestruturação familiar, ausência de organização da comunidade e situações de risco e vulnerabilidade social como: violência doméstica, urbana, abuso de substâncias psicoativas, fragilidades psíquicas, limitações físicas, emocionais, dificuldades relacionais, etc. (PMFS, 2014, p. 1).

De acordo com a coordenação do CRAS, os serviços são procurados principalmente para inserção no Programa Bolsa Família e no Programa Minha Casa Minha Vida, participação nos Grupos de Convivência e Oficinas Produtivas para inclusão no mercado de trabalho, além de contar com atendimento psicossocial. No entanto se observa que o número de famílias ainda é pequeno (Figura 9).

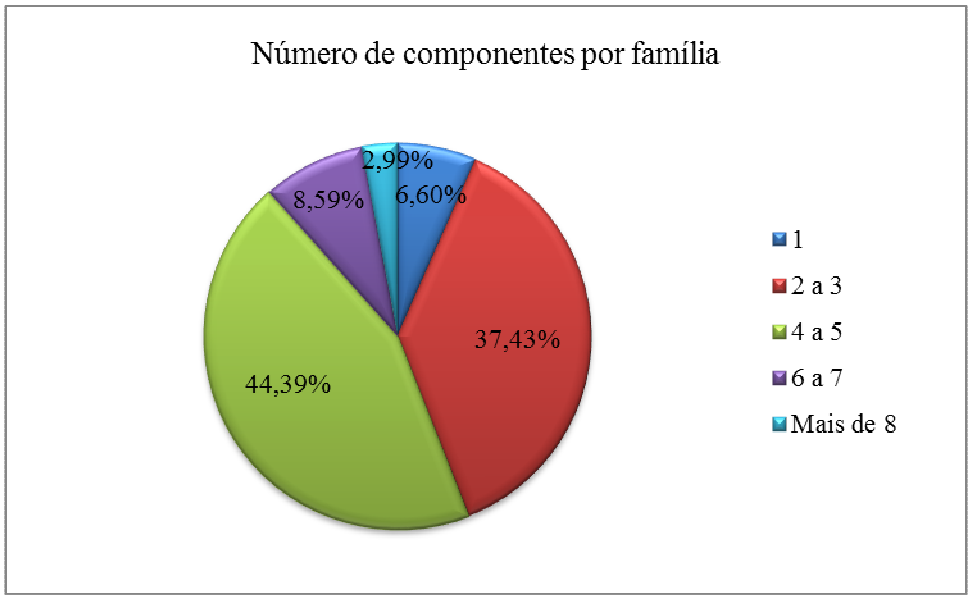
Figura 9 – Famílias do bairro Lagoa Grande atendidas pelo CRAS – Vivaldo França



Fonte: Relatório Trimestral, 2013 – CRAS Vivaldo França (2013).
Notas: * Número total de habitantes do bairro com base em dados do IBGE 2010 disponibilizados no Anuário Estatístico de Feira de Santana – 2012 (CDL, 2012).
Elaboração da autora desta pesquisa (2013).

Segundo dados do levantamento socioeconômico realizado pela CONDER em 2007, foram identificadas 3014 famílias que constituem um total de 11362 habitantes. Uma parte considerável dessas famílias, 44,39%, é formada por mais de três membros (Figura 10). Quanto às responsabilidades e despesas com o orçamento doméstico, 75,51%, são chefiadas por homens, e 24,49% por mulheres.

Figura 10 – Distribuição das famílias por número de componentes - Bairro Lagoa Grande



Fonte: Cadastro Sócio Econômico, GECAP/ CONDER - 2007.
Nota: Elaboração da autora desta pesquisa (2014).

No aspecto educacional, observa-se que dentre os moradores maiores de 18 anos (Tabela 4) apenas 19,79 possuem o ensino médio (2º grau) completo; os menores valores percentuais identificados correspondem ao acesso ao ensino superior, sendo que só 0,59% chegaram a concluir. O quesito educação é diretamente proporcional aos desafios atuais para inserção no mercado de trabalho que exige mão de obra com nível de instrução cada vez maior.

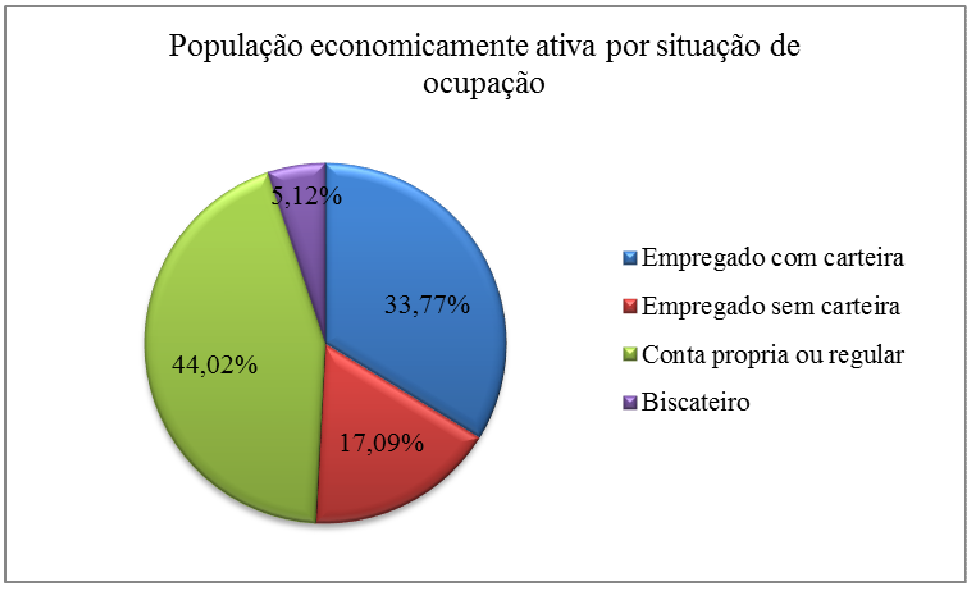
Para identificar a população economicamente ativa do Bairro Lagoa Grande (Figura 11) foram utilizadas quatro categorias para classificação. Sendo assim observa-se que apenas 33,77 possuem carteira assinada, e 44,02% exercem atividades de forma autônoma. Porém, 17,09%trabalham privados de seus direitos trabalhistas constitucionais ou vivem de pequenos serviços denominados de biscate, 5,12%.

Tabela 4 – Grau de instrução da população acima de 18 anos - Bairro Lagoa Grande

INSTRUÇÃO	Nº	%
Analfabeto	**946**	**13,71**
Alfabetizado	217	3,14
1ª a 4ªsérie (1º grau)	1549	22,45
1ºgrau incompleto	1418	20,54
1ºcompleto	709	10,27
2º incompleto	539	7,81
2º completo	1366	19,79
Superior incompleto	40	0,58
Superior completo	40	0,58
Não informou	78	1,13
Total	6902	100

Fonte: Cadastro Sócio Econômico, GECAP/ CONDER - 2007.
Nota: Elaboração da autora desta pesquisa (2014).

Figura 11 – População economicamente ativa por situação de ocupação - Bairro Lagoa Grande

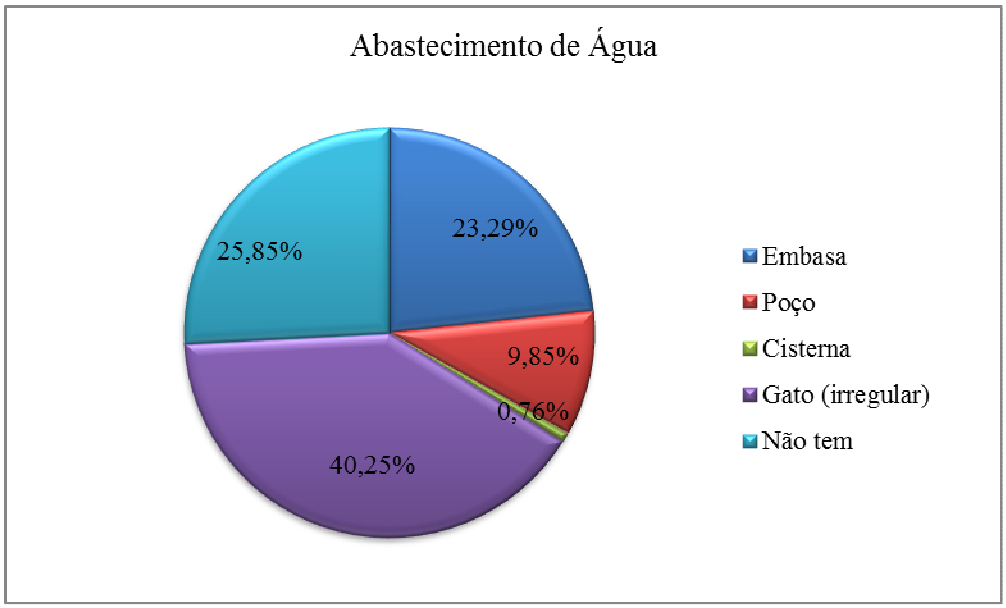


Fonte: Cadastro Sócio Econômico, GECAP/ CONDER - 2007.
Nota: Elaboração da autora desta pesquisa (2014).

Outros dados relevantes também foram levantados pelo estudo socioeconômico como o acesso à água para consumo humano (Figura 12), forma de descarte de resíduos sólidos (13) e utilização de banheiro (Figura 14).

Na Figura 12, observa-se que a maior parte das famílias, 40,25% utilizam forma clandestina para ter acesso denominado de "gato", 23,29% tem acesso à água encanada regular (Embasa). Porém o preocupante, por representar riscos à saúde, é que 25,85% não utilizam água regular ou de forma irregular (gato) e 9,85% utilizam água de poço e que não foi especificado no diagnóstico sobre a situação da mesma para consumo humano, pois pode se tratar de poços ainda em funcionamento desde o período em que a Lagoa Grande abastecia a cidade e Feira de Santana por meio de perfurações para ter acesso ao lençol freático da lagoa que se encontra poluída.

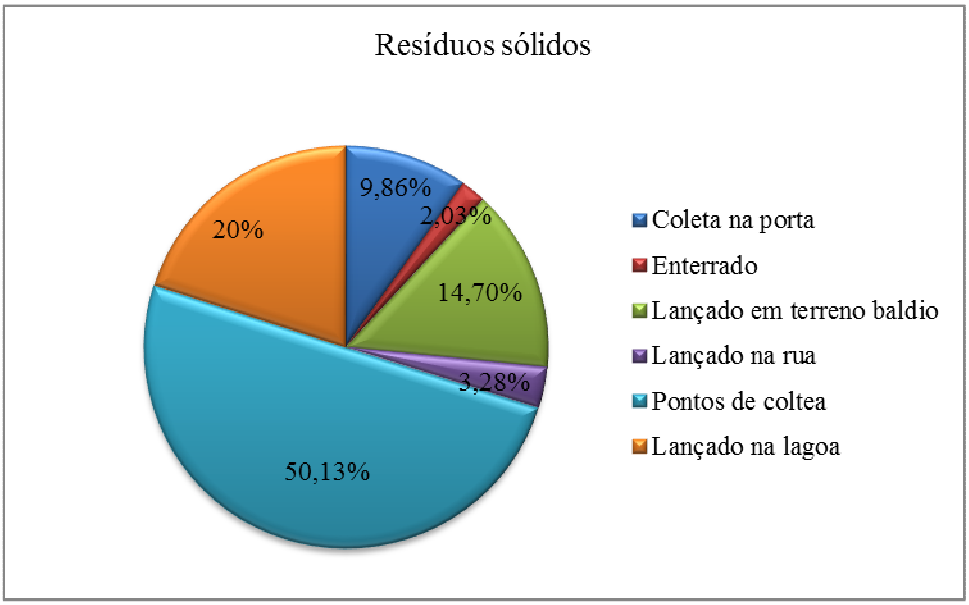
Figura 12 – Acesso à água para consumo humano - Bairro Lagoa Grande



Fonte: Cadastro Sócio Econômico, GECAP/ CONDER - 2007.
Nota: Elaboração da autora desta pesquisa (2014).

A maioria dos moradores para descartar os resíduos sólidos (Figura 13) utiliza o sistema de coleta em pontos específicos do bairro (50,13%), ou nas residências (9,86%). O restante, para o descarte dos resíduos sólidos utilizam um modo inapropriado como o lançamento dos resíduos em terreno baldio (14,70%), na rua (3,28%) ou enterrado (2,03%), causando poluição do solo e do manancial hídrico.

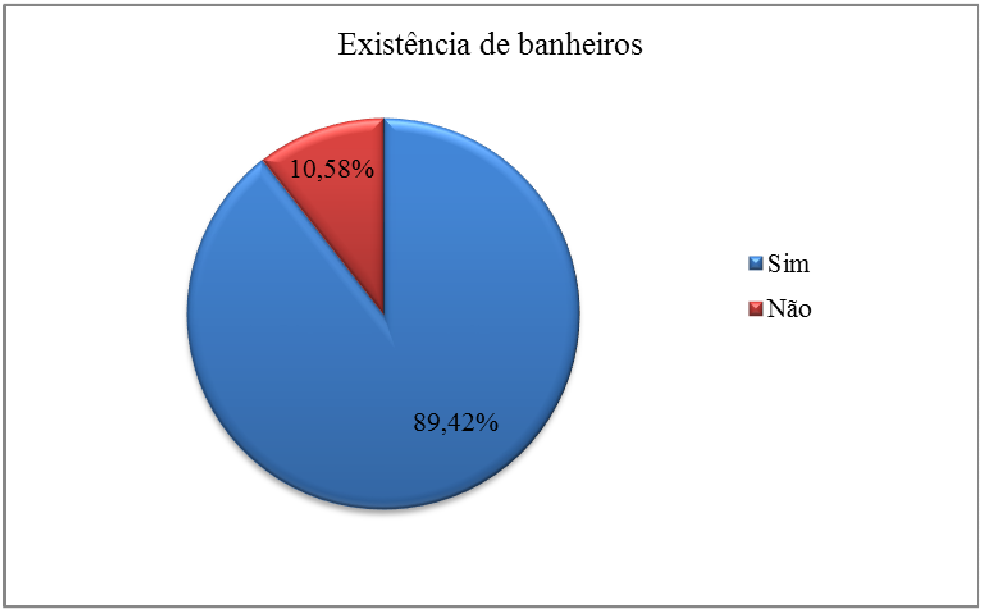
Figura 13 – Forma de descarte de resíduos sólidos - Bairro Lagoa Grande



Fonte: Cadastro Sócio Econômico, GECAP/ CONDER - 2007.
Nota: Elaboração da autora desta pesquisa (2014).

A falta de saneamento básico agrava esta situação, em que 10,58% não dispõem de banheiro (Figura 14), o que causa a poluição do meio ambiente e disseminação de doenças.

Figura 14 – Existência de banheiros nas residências - Bairro Lagoa Grande



Fonte: Cadastro Sócio Econômico, GECAP/ CONDER - 2007.
Nota: Elaboração da autora desta pesquisa (2014).

Na formação socioespacial do Bairro Lagoa Grande, o assentamento precário da Rocinha apresenta uma organização carente em serviços e infraestrura urbana e habitacional que foram se desenvolvendo em direção à área de proteção permanente da lagoa e pela existência de moradias precárias, cujo percentual de habitações em risco nessa área varia de 31 a 60% (SEPLAN, 2001).

A partir das explorações de campo[23] foi possível ratificar as fragilidades espaciais urbanas nas proximidades da Lagoa Grande. Na Figura 15, observa-se a ausência de rede de esgoto, que corre a céu aberto em valas abertas pelos próprios moradores, bem próximo às casas, para facilitar o escoamento para a Lagoa Grande. A Figura 16 destaca a falta de pavimentação das ruas e o acúmulo de água que dificulta o acesso e a circulação de veículos e pessoas dentro do bairro e a pavimentação das ruas. A Figura 17 denota que mesmo com a pavimentação é necessário um sistema de drenagem para escoamento da água superficial.

Figura 15 – Esgoto a céu aberto - Rocinha

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

[23] Reconhecimento e caracterização da área de estudo. Nota da autora.

Figura 16 – Rua parcialmente inundada – Rocinha

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

Figura 17 – Rua pavimentada e parcialmente inundada

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

Quanto à existência de áreas de lazer, apenas foi encontrado um lugar conhecido como Praça da Caixa D'Água, Figura 18, remanescente do período em que a Lagoa Grande abastecia a área urbana de Feira de Santana, com algumas ruas pavimentadas em suas proximidades e onde também se encontra a única creche que atualmente está desativada e atendia as crianças do bairro, cujo funcionamento era mantido por entidade religiosa. (Figura 19 e 20).

Figura 18 – Praça da Caixa D'Água - Rocinha

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

Figura 19 – Parte externa da Creche desativada - Rocinha

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

Figura 20 – Parte interna da Creche desativada - Rocinha

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

No que se refere à educação e outros problemas enfrentados na Favela da Rocinha é explícito no discurso de um dos representantes locais que mora há 14 anos no bairro Lagoa Grande:

> [...] crianças que tinham e têm vontade de brincar nas suas portas, até quando não pode? [...]. Se as crianças, se os pais quiserem levar seus filhos para a escola têm que ir para o Caseb (bairro vizinho) porque não tem. O posto de saúde, hoje, atende no Caseb. Agora que colocaram [...] esse posto na Rua Miracatu e agora está na Visconde de Mauá, mas graças a Deus que o atendimento do posto melhorou depois que o prefeito José Ronaldo tomou posse. E tem também aqui o CRAS da Lagoa Grande que [...] assisti aqui as pessoas, os pais trazem suas crianças que são bem assistidas aqui por essa equipe. Então, o problema da Rocinha é esse aí – é água na porta das pessoas, água de esgoto, que as pessoas procuram as autoridades principalmente no meio da Conder (órgão responsável pela execução da obra de requalificação urbana), mais até agora não tem servido a resolver nada (Grupo1/ Representante Comunitário Local 1).

A partir da análise do discurso do representante local 1 ficou evidente os problemas infraestruturais do bairro Lagoa Grande como a ausência de pavimentação, esgotamento sanitário, drenagem, além da implantação de uma escola no bairro voltada principalmente ao atendimento de crianças (ensino infantil) para melhorar a habitabilidade dos moradores da Rocinha. Desse modo, existe uma cobrança por parte da população sobre as melhorias propagadas no projeto de requalificação urbana executado pela CONDER, o que será aprofundado nos próximos capítulos.

A existência de posto de saúde para atender os moradores da Lagoa Grande pode ser compreendida como uma ferramenta valiosa, por se tratar de uma área com sérios problemas de infraestrutura e ausência de serviços, presença de esgotos a céu aberto,

inundações, ou seja, a falta de saneamento básico[24] contribui para o aparecimento de doenças como verminoses e diarréia, transmitidas pela falta de infraestrutura necessária que, de acordo com a Agente de Saúde Comunitária, hoje ocorre com menor intensidade:

> Ainda tem, mas não com a intensidade que tinha antes; ainda tem, agora como antes não. Verminoses eram mais nas partes [...] próximas à lagoa. É por isso que hoje em dia eu digo a você que hoje em dia não é mais com a mesma intensidade. Em grande parte são crianças com diarréia (Grupo 1/Representante Local Agente Comunitário de Saúde).

De acordo com relatos da agente comunitária de saúde, no início da ocupação do bairro as doenças parasitárias que causam diarréias e tem como vetor principal de transmissão a água apresentavam uma estatística relevante, mas sofreram uma redução dos casos registrados no bairro devido principalmente ao trabalho de mobilização dos agentes de saúde no dia a dia das famílias e com a implementação de melhorias como a pavimentação de algumas ruas. Atualmente as doenças que mais afetam a comunidade são a hipertensão e a diabetes, já as doenças de cunho parasitário apresentam poucos registros na comunidade.

> [...] no momento [...] as principais atribuições em doenças é hipertensão e diabetes. No início [...] do comecinho da fundação do bairro tinha muita verminose, entendeu, por via que as crianças ficavam muito na rua, brincavam muito, tinha muita água parada, não tinha calçamento, então existia. Mas, hoje em dia não, eles estão mais conscientes, as mães tem assim, um certo zelo, cuidado em relação a saúde dos filhos. Então, o que mais abrange mesmo é a hipertensão e diabetes. (Grupo 1/Representante Local Agente Comunitário de Saúde).

Na Rocinha, pode-se perceber que algumas famílias trabalhavam com coleta de material reciclável (Figuras 21 e 22), como uma das formas de obter renda. O material é recolhido do lixo e passa por um processo de seleção manual (que necessita de cuidados com o manuseio dos mesmos, pois podem ser cortantes, ou provocar alguma contaminação para quem está manuseando trazendo riscos a saúde), em uma pequena área improvisada na Lagoa Grande.

[24] O saneamento básico refere-se aos elementos da infraestrutura de uma cidade necessários para a manutenção de boas condições da saúde pública. As redes de água e esgoto são os elementos mais conhecidos e disseminados por todas as cidades. Também pode ser colocada nesse conceito, a canalização (a céu aberto ou subterrânea) de córregos. (SPÓSITO, 2004, p. 73).

Figura 21 – Área improvisada para alocação de material reciclável - Rocinha

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

Figura 22 – Armazenamento de material reciclável - Rocinha

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

Nas áreas mais próximas da lagoa existe uma grande deficiência de estruturas e de serviços essenciais à população e da presença de moradias precárias (bem visíveis antes de começar a remoção das casas e o reassentamento de algumas famílias, como previsto pelo

projeto de requalificação urbana que será discutido no capítulo seguinte) que se encontram em áreas aterradas do corpo hídrico (Figuras 23 e 24).

Figura 23 – Moradias precárias - Rocinha

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

Figura 24 – Infraestrutura habitacional precária - Rocinha

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

Portanto, fica evidente a necessidade de uma intervenção com o objetivo de fornecer uma infraestrutura adequada para os moradores que vivem de forma precária na Rocinha,

na área da lagoa, gerando graves problemas ambientais como a poluição de corpos hídricos, assunto que mereceu destaque no estudo realizado por Santo (2012)[25], que enfatizou não só o processo de expansão urbana na cidade de Feira de Santana e suas implicações sobre os mananciais hídricos, como também ação do Estado neste processo:

> Quanto à Lagoa Grande, serviu de fonte de abastecimento de água para a cidade durante muitos anos, a *posteriori* foi fonte de recreação, já que possui o maior espelho d'água permanente na cidade, e atualmente suas margens são ocupadas predominantemente pela população de baixa renda. Parte dessa ocupação foi realizada com autorização da prefeitura, que principiou a ocupação como uma invasão na Área de Proteção da lagoa (Rocinha) e hoje compõe uma parte formal do bairro Lagoa Grande. (SANTO, 2012, p. 252).

No Bairro Lagoa Grande, a ocupação é mais um reflexo da ação do Estado e da expansão urbana da cidade, que atualmente se destaca como a segunda de maior população do estado da Bahia. Apesar de seu crescimento urbano ser marcado por um forte dinamismo populacional, o planejamento tardio e a ausência de políticas habitacionais impossibilita a população de menor poder aquisitivo de ter acesso à habitação, uma vez que, por não possuir a renda mínima suficiente exigida pelos órgãos financiadores, procura áreas, mesmo que sujeitas a inundações e a outros tipos problemas, para a construção de suas residências. Nos próximos subitens serão destacados a atuação do governo municipal, a ocupação do Bairro Lagoa Grande e a questão ambiental que envolve o mesmo.

4.2 FORMAÇÃO DO BAIRRO LAGOA GRANDE: PASSADO E PRESENTE

O Bairro Lagoa Grande surgiu nas proximidades de uma das lagoas mais importantes de Feira de Santana, a Lagoa Grande, que na década de 1950 servia como fonte de abastecimento de água para a cidade.

> Em 1957, na visita do Presidente da República, Juscelino Kubistcheck à cidade, foi inaugurado o serviço de água encanada procedente da Lagoa Grande. A cidade crescia em alta velocidade e ganhava contornos de cidade grande, atraindo investimentos econômicos de vários setores da economia. (VARGAS, 2008, p. 11).

A Lagoa Grande teve um importante papel no desenvolvimento urbano de Feira de Santana com a implantação, neste local, do primeiro sistema de abastecimento de água da cidade demandado pelo considerável aumento populacional naquele período.

---

[25]Ver Santo, S. M. *A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940-2010).* 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 2012.

Do mesmo modo, além da necessidade do fornecimento de água, a questão habitacional tornava-se também outro fator preponderante que culminou em formações socioespaciais, como a Rocinha, atribuídos à atuação ineficaz ou ausência de políticas habitacionais que pudessem acompanhar as necessidades e o ritmo da ocupação do espaço urbano feirense:

> A falta ou deficiência dessas políticas aliada ao elevado número de pessoas que chega à cidade, diariamente, em busca de emprego e moradia permite o surgimento de assentamentos urbanos clandestinos ou irregulares em áreas de interesse ambiental. Esse segmento da população engorda o mercado informal ou permanece à margem de qualquer atividade econômica, instalando-se, comumente, em locais próximos ao centro urbano, às margens das lagoas, em áreas destinadas por lei, à preservação permanente do ambiente, colocando-as em iminente risco de extinção. (VARGAS, 2008, p.10-11).

O Estado, no processo de ocupação do bairro e de maneira específica nas proximidades da lagoa foi determinante, pois, de acordo com Santo (1995), o bairro Lagoa Grande, antes denominado de Rocinha é de formação recente, datando de 1960, e em 1992 observou-se a o surgimento de uma favela conhecida como Favela da Rocinha, na área da Lagoa Grande. Assim, a formação socioespacial do Bairro Lagoa Grande é reflexo da política habitacional da época condicionada pela ação e omissão do Estado.

Em 1957, a área da Lagoa Grande era quase que totalmente desocupada, o espelho d'água praticamente imperceptível.

A partir do decênio de 1970, com a criação do Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR), instituído pela Lei n^{o}825/77, através de uma ação planejada, o governo municipal, na tentativa de amenizar os problemas de moradia pela falta de uma política de habitação para a população de baixa renda, procedeu à doação de lotes e material para a construção das casas:

> O Plano do município doou lotes e instalou água, energia e viabilizou transporte para vários loteamentos. As famílias construiriam as casas. Entre os núcleos, incluem-se a Rocinha, o Aviário, o Panorama, o Jussara, enfim, foram mais de doze loteamentos implantados seguindo as regras do PLANOLAR. (OLIVIEIRA, 2010, p. 93).

No discurso de um dos moradores do bairro Lagoa grande e responsável pela fundação da primeira associação comunitária no local pode-se perceber que o processo de ocupação relatado, a partir de 1979, contou com apoio e incentivo do poder público municipal:

> Quando eu vim para aqui foi em 1979. Dessa área aqui nós começamos a ajudar, fundamos uma associação, primeiro não era uma associação comunitária era associação de leite, onde eu era a fiscal. Em 1989 nós aí fundamos uma associação do bairro, Associação Menino Jesus que é do bairro. Essa associação é registrada, sem fim lucrativo, porque associação não tem fim lucrativo, associação é uma comunidade toda em comum geral e é o nosso trabalho. Daí a gente sentiu que tinha mais necessidade do bairro evoluir, nós conversamos que na época era Dr. Colbert (Prefeito de Feira de Santana naquele período), aí fomos angariando e aumentando, temos a área aqui atrás onde eu moro, tem a Rua Apolônia, tem uma porção de ruas lá atrás e aí tem a Ulisses Guimarães, Colbert Martins, a gente aumentou, muita gente precisava de casa aí a associação começou se movimentar [...] como não tem sede ela é registrada com o endereço da minha casa e daí a gente começou o trabalho. Quando a gente fazia reuniões a rua fechava, às vezes as pessoas perguntava – "vem cá, o que foi que teve ali? Teve algum acidente alguma coisa?" Não, tinha Deus orientando para alguém ter um lar um teto para botar a cabecinha aí dentro. Então, nós quando começamos lá era setenta e oito lotes, de setenta e oito lotes tem mil e poucas casas. (Grupo 1/Representante Comunitária Local 1).

O programa de habitação daquele período conhecido como PLANOLAR incentivou a ocupação de algumas áreas da cidade de Feira de Santana com a doação de terrenos, dentre elas a do Bairro Lagoa Grande, mas, sem a devida preocupação com as implicações futuras da ocupação. Nesse contexto, nos países de terceiro mundo, de acordo com Spósito (2004), para prover o problema habitacional governo adota o modelo de autoconstrução definido como:

> [...] processo de construção de moradias exercido por pessoas que utilizam seu tempo de descanso (fins de semana, feriados, férias), individual ou coletivamente. Quando a atividade é exercida coletivamente, pode ser chamado de mutirão, que equivale, assim, ao auxílio que se prestam os habitantes de um bairro, reunindo-se todos e realizando a construção de moradia em proveito de um só, que é gratificado, mas que ajudará os outros a fazerem outras moradias para aqueles que participaram da atividade. (SPÓSITO, 2004, p. 85).

A alternativa do governo municipal na tentativa de buscar soluções para atender ao número de moradias (Anexo A) ditado pelo aumento da população foi a elaboração de um plano para a construção de casas e realização de cadastramento das famílias. Contudo essas ações inicialmente planejadas desencadearam ocupações irregulares e vendas de terreno, como no caso da formação da Favela da Rocinha, no Bairro Lagoa Grande, objeto de estudo desta pesquisa.

Em 1993 foi denunciada pela então Secretária de Habitação, Ana Rita Braga, uma invasão e a venda de terrenos na área da lagoa noticiada por um dos meios de comunicação da época, que destacou o posicionamento da Secretaria de Habitação frente à situação observada na Lagoa Grande em que aproximadamente mais de cem famílias já se encontravam morando no local (Anexo B):

> A maior preocupação da Secretaria de Habitação é que além do terreno não poder ser habitado por se tratar de uma área de preservação ambiental, os atuais moradores estão correndo riscos. Enquanto não chove, eles vão passando porque a lagoa está seca, mas quando as chuvas de março chegarem vão ficar em situação complicada, por isso vamos tentar resolver o problema antes que isso aconteça. Ana Rita garantiu que a secretaria vai construir casas populares para deslocar o pessoal da Lagoa Grande. Só estamos aguardando liberação de verbas do governo federal. Na próxima semana vamos continuar o recadastramento dos sem-teto, e esperamos dentro de pouco tempo solucionar esse problema. (SECRETÁRIA..., 1993).

Desde as denúncias de invasão e vendas de terreno para construção de habitações em 1993, somente em 2007 é que o Bairro Lagoa Grande foi contemplado com projeto de requalificação urbana em programa do Governo Federal.

Assim, o que deveria ser uma ocupação regular contribuiu para uma ocupação do espaço irregular. Para Oliveira (2010):

> Boa parte da população ocupa uma área doada pelo PLANOLAR nos anos 80 e 90. A outra parcela é formada pelos que ocuparam gradativamente a área onde estava instalado o sistema de abastecimento de água de Feira de Santana até a década de 70. Os terrenos no entorno também foram invadidos. Nenhum morador tem a posse da terra. (OLIVEIRA, 2010, p. 104).

Mesmo que tardiamente, pois muitas famílias viviam na área "invadida" da Lagoa Grande que se encontra em processo de degradação acentuado, espera-se que as ações de requalificação urbana possam garantir melhorias não somente no campo ambiental, mas em termos de condições dignas de moradias especialmente para a população que vive em partes aterradas da lagoa.

4.3 QUESTÃO AMBIENTAL: A LAGOA GRANDE ENQUANTO UMA ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP)

A situação das lagoas de Feira de Santana merece uma atenção especial. Segundo Santo (2003), por apresentar uma localização geográfica privilegiada e características físicas importantes como aspectos geomorfológicos e geológicos que favorecem o surgimento de lagoas e nascentes, a cidade tornou-se um atrativo para a ocupação humana desencadeando uma expansão urbana sem planejamento até meados de 1968, além de sérias implicações ambientais:

> Recentemente, os ambientalistas constataram que, em apenas uma década, das 68 (sessenta e oito) lagoas existentes em Feira de Santana, 28 (vinte e oito) delas desapareceram. Hoje, apenas 40 (quarenta) lagoas existem na cidade, restando apenas 8 (oito) no perímetro urbano, o que representa uma redução de 40% (quarenta por cento) na quantidade de lagoas da cidade. (MONTEIRO SOBRINHO, 2007 apud VARGAS, 2008, p. 9).

Como já citado anteriormente, a Lagoa Grande localiza-se a leste do centro comercial de Feira de Santana. De acordo com um dos moradores mais antigos do Bairro Lagoa Grande, (1970), que além de representante local também atua como membro no Conselho de meio Ambiente é Conselheiro Social do bairro de Feira de Santana, inicialmente a lagoa era utilizada como fonte de extração de argila:

> A lagoa que eu conheci na minha pré-adolescência era a lagoa onde ela alimentava as olarias que eram quatro ou cinco olarias que existia aqui pelo o manancial a existência da argila, o material da terra que se produz tijolos e telhas. Então, essa lagoa ela é um manancial hídrico de Feira de Santana que também a população que eram poucas pessoas entorno desse manancial foram muito importante no crescimento urbano de Feira de Santana, na produção da matéria prima para construir as casas de alvenaria que naquela época eram muito precárias, eram casas construídas com material chamado adobe, ou seja, as paredes era erguida com o solo produzido do mesmo local e aí começou nesse local, de maneira artesanal, a industrialização dos tijolos e telhas que foram responsáveis pelo crescimento urbano de Feira de Santana. (Grupo 1/Representante Comunitário Local 2).

Além da importância econômica da Lagoa Grande com a extração da argila e produção de materiais importantes da construção civil como tijolos e telhas a lagoa apresentava uma rica fauna e flora que também desempenhavam função social para as pessoas que dependiam daquele recurso hídrico, como alguns ribeirinhos:

> Aqui se produzia pescas, peixes porque criou-se no local das galerias uma cobertura vegetal interessante atraía para aqui pássaros e alguns outros animais que servia também, num havia o controle ambiental como existe hoje as leis que protegem os animais silvestres e esses animais servia também de meios de sobrevivência das pessoas, tanto na sua manutenção de alimentação como processo também de comercialização desses produtos. Então esse local também teve essa função social de manutenção dos ribeirinhos dessa região (Grupo 1/Representante Comunitário Local 2).

Mas, a degradação ambientação da lagoa foi observada a partir de 1990 quando começaram as ocupações e o soterramento de partes deste corpo hídrico para construção de moradias, porque em 1986 a parte da lagoa localizada nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota ainda não apresentava ocupação acentuada, com a exposição de seu espelho d'água como nas Figuras 25 e 27. Já a Figura 28 mostra uma ocupação avançada dentro da lagoa e as Figuras 26 e 29 destacam a intervenção urbana na Lagoa Grande.

Figura 25 – Lagoa Grande nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota - 1986

Fonte: SEPLAN (1986).

Figura 26 – Lagoa Grande em obras nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota - 2014

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2014).

Figura 27 – Lagoa Grande a Oeste da Avenida Eduardo Froes da Mota – 1986

Fonte: SEPLAN (1986).

Figura 28 – Lagoa Grande nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota - 2006

Fonte: Machado (2010).

Figura 29 – Lagoa Grande nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota - 2014

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2014).

Assim, uma parte considerável da população do bairro Lagoa Grande vive em uma área conhecida como Favela da Rocinha, que se estabeleceu na área de influência da lagoa, sujeita a inundações periódicas e que posteriormente avançou para o interior devido ao processo de aterramento para a edificação de novas moradias (Figura 30), e alocação de lixo e esgotos domésticos (Figura 31), o que provocou danos ambientais e se configurou em um espaço com acentuada antropização dentro da área de influência da lagoa.

Figura 30 – Alocação de Lixo dentro da Lagoa Grande

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

Figura 31 – Esgoto e Lixo na área da Lagoa Grande

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

É necessário frisar que a lagoa e todo seu entorno constituem-se em Área de Proteção Permanente (APP) (Figura 32), que de acordo com a legislação ambiental brasileira é prevista pelo Código Florestal, Lei n°4.771/65 e regulamentadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a partir das resoluções 302 e 303 do ano de 2002 e pela resolução 369 mais recente de 2006.

Assim, as áreas definidas como de preservação permanente são previstas pelo Código Florestal Lei n° 4.771/65 especificamente nos artigos 2° e 3°, alterados pela Medida Provisória (2.166) em 2001, que definiu essas áreas como "coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas".

Figura 32 – Delimitação da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Grande

Fonte: Lobão e Machado (2005).

O Código Florestal busca proteger essas áreas ambientais focando preservar não só elementos referentes aos recursos hídricos ou geológicos, mas também levar em consideração a biodiversidade como um todo, além de englobar a situação das populações humanas.

A Resolução CONAMA nº 303 de 2002 apresenta os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP). Tal resolução define como Áreas de Preservação Permanente, os casos das nascentes e lagoas nos quais está previsto que a metragem mínima será de “trinta metros, para as que estejam situadas em áreas urbanas consolidadas e cem metros, para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d’água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros.” (BRASIL, 2002).

A Resolução CONAMA nº 369 de 2006, trata dos “casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP”. (BRASIL, 2006). Desse modo, a referida resolução define sobre as atividades de pesquisa e extração de substâncias minerais, implantação de área verde de domínio público em área urbana, regularização fundiária sustentável de área urbana (defendida no Art. 2o da referida lei) e intervenção ou supressão eventual e de baixo impacto ambiental de vegetação em APP.

Desse modo, cabe pontuar uma questão relevante para essa discussão que se refere às APPs em áreas urbanas. Segundo Servilha (2003):

> As áreas de preservação permanente – as APP, reguladas pelas Resoluções CONAMA, com suas metragens definidas, encontrarão, principalmente nos perímetros urbanos das cidades suas áreas e a maioria dos leitos dos cursos d’águas cimentados, sua vegetação praticamente destruída e desconsiderada pelas autoridades municipais e pela comunidade, que assim como os primeiros colonizadores, as consideram como local insalubre, devendo ser destruídas (SERVILHA, 2003, p. 105).

As APPs situadas nos espaços urbanos merecem atenção especial como destacado por Servilha (2003), pois muitas vezes, as leis não são efetivadas nesses locais onde se observa corpos hídricos em situação degradante como no caso das lagoas em Feira de Santana que, apesar de serem consideradas como áreas de proteção permanente, como a Lagoa Grande destacada nesse estudo, serviram para construção de moradias, alocação de lixo e esgoto ocasionados pela deficiência de uma política habitacional capaz de acompanhar a dinâmica populacional da cidade juntamente com ineficiência dos aparatos jurídicos para conter a ocupação dessas áreas de preservação permanente.

Santo (1995) já constatava a situação do ecossistema da área, antes denominada Bairro Rocinha e atualmente Bairro Lagoa Grande “O ecossistema do bairro Rocinha está sendo totalmente modificado e verifica-se no momento uma clara disputa entre o homem e o meio, na qual o primeiro tenta diminuir a influência do segundo” (p. 10).

Desse modo, fica evidente a necessidade de uma intervenção com o objetivo de não somente fornecer uma infraestrutura adequada para os moradores que vivem de forma precária na área da lagoa, mas principalmente por se tratar de uma Área de Proteção Permanente (APP), pois de acordo com Maricato (2001):

> As áreas ambientalmente frágeis – beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale – que, por essa condição,

> merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que "sobram" para moradia de grande parte da população. As conseqüências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias, etc. (MARICATO, 2001, p. 163).

A análise da ocupação de áreas ambientalmente frágeis não deve se limitar apenas as suas consequências, como por exemplo, no caso da Lagoa Grande, em que deve-se apontar não apenas a poluição do corpo hídrico e as condições precárias de vida da população que vive em um espaço ambientalmente comprometido e socialmente segregado. Mas, devem-se elucidar os fatores responsáveis por esta formação espacial como a falta da efetivação de determinadas legislações ambientais, principalmente em áreas urbanas, pela ineficiência das políticas habitacionais que geram um cenário de ocupação em áreas de lagoa, o desaparecimento da fauna e flora para construção de moradias, contaminação da água que pode atuar como vetor de doenças comprometendo o sistema hídrico, uma vez que a água da Lagoa Grande flui através do Riacho de Santo Antonio (Figuras 33 e 34) e integra um dos principais rios da região, o Pojuca.

Figura 33 – Acesso da Lagoa Grande ao Riacho de Santo Antônio e Rio Pojuca

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

Figura 34 – Riacho de Santo Antônio

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2014).

Vale ressaltar que quando uma Área de Preservação Permanente é ocupada, ela deixa de cumprir sua função, e, portanto, de assegurar sua proteção e preservação provocando danos diretos à lagoa, causando malefícios não somente à mesma, mas também às populações que vivem nas suas proximidades, além de envolver a questão da cultura, uma vez que, as lagoas remontam a história de Feira de Santana. Infelizmente, elas estão sendo sucumbidas por ocupações irregulares, de nada valendo as leis e resoluções que

garantem a sua preservação[26], uma vez que não são cumpridas como o Código Florestal (Lei 4.771/65), as resoluções do CONAMA (302 e 303 do ano de 2002 e pela resolução 369 de 2006), o Código Municipal de Meio Ambiente de Feira de Santana (Lei Complementar nº 1 612/1992) que visa à "administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso, adequado dos recursos naturais no Município de Feira de Santana".

Desse modo, o artigo 37º Código Municipal de Meio Ambiente que trata das áreas de preservação permanente está previsto que para lagoas e lagos ou reservatório de origem natural ou artificial devem abarcar uma área mínima de 30 metros. Nascentes ou olhos d'águas foram instituídos 50 metros.

Espera-se que as intervenções do Estado através da requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande possam favorecer a recuperação ambiental da lagoa e não seja apenas mais um empreendimento que busque melhorar a estética urbana da cidade de Feira de Santana, mas que possa refletir o comprometimento com a qualidade ambiental e social.

A recuperação ambiental deve ser um dos aspectos positivos para a requalificação urbana, porém é preciso se discutir sobre a formação de uma comunidade que se estabeleceu nas adjacências da Lagoa Grande apoiada pelo poder público, segundo Santo (1995), e depois de consolidada ter que passar por um processo de retirada do seu espaço de vivência e se adaptar a uma nova realidade (reassentamento). Para tanto, é necessário investigar como isso tem ocorrido, o que será pontuado nos capítulos seguintes.

[26] De acordo com Meneguzzo e Chaicouski (2010), o termo preservação não deve ser confundido com conservação, uma vez que preservar implica em manter áreas inatingídas por ocupações humanas. Já a conservação permite o uso racional dos recursos naturais em consonância com os dispositivos ambientais legais.

5 A REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO LAGOA GRANDE: AÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL

O estudo do processo de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande busca, de acordo com os objetivos específicos desta pesquisa, analisar se o projeto levou em consideração o contexto social, histórico, econômico e ambiental da localidade, assim como a identificação dos agentes que atuam nesse processo e a verificação dos mecanismos utilizados para o reassentamento das famílias que estavam situadas em área de risco na Favela da Rocinha, na Lagoa Grande. Logo, espera-se com esta abordagem compreender os possíveis rebatimentos socioespaciais desse tipo de intervenção urbana, a identificação dos entraves e desafios e de que forma o Estado tem atuado nesses processos.

Para tanto, neste capítulo é feita uma análise da requalificação urbana que foi proposta pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010 com o objetivo de requalificar os chamados “assentamentos precários” (abordado no segundo capítulo) buscando destacar seu planejamento, ou seja, como foi estruturado, qual a concepção de requalificação urbana utilizada, quais os agentes envolvidos, como foi norteado o processo de reassentamentos das famílias e qual o estágio atual do projeto de requalificação urbana que ainda se encontra em andamento.

5.1 A REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO LAGOA GRANDE: DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO

A intervenção urbana no Bairro Lagoa Grande é complexa e consiste em várias etapas que vão desde a recuperação ambiental da Lagoa Grande até a implantação de infraestruturas com a pavimentação da área, esgotamento sanitário, drenagem, regularização fundiária e o reassentamento de famílias.

É preciso tecer algumas ponderações. De acordo com Oliveira (2010), na área dentro do perímetro do Bairro Lagoa Grande, onde está localizada a Favela da Rocinha, até 2007 constatava-se a ausência de programas e outros tipos de intervenções, mesmo com os resultados preocupantes do estudo de Hierarquização de Assentamentos Subnormais, citado no capítulo 3, realizado pela Secretaria de Planejamento Urbano do município de Feira de Santana em 2001, sendo assim:

> O único projeto elaborado pelo governo feirense que obteve aprovação em 2004, do Ministério das Cidades, foi o da Reurbanização da Fonte de Lili. O Projeto encaminhado para a reurbanização da Rocinha não foi aprovado pelo Ministério das Cidades, mesmo sendo constatada sua urgência e qualidade técnica. Os interesses políticos do município não eram os mesmos do governo federal. Sozinho, o município não poderia fazer frente a tão alto investimento e, assim, providenciou enquadrar a Rocinha no projeto de revitalização das Lagoas de Feira, que foi encaminhado para parecer e apoio do governo federal. (OLIVEIRA, 2010, p. 100-101).

De acordo com oliveira (2010), as divergências políticas podem funcionar como entraves burocráticos para a aprovação de projetos e captação de recursos. Tal situação dificulta a execução de importantes intervenções socioespaciais, como a requalificação de áreas urbanas degradadas e de condições habitacionais sub-humanas privando as populações que vivem nestas áreas de terem acesso a infraestrutura e serviços básicos que deveriam ser disponibilizados e estar ao alcance de todos os cidadãos sem nenhuma distinção.

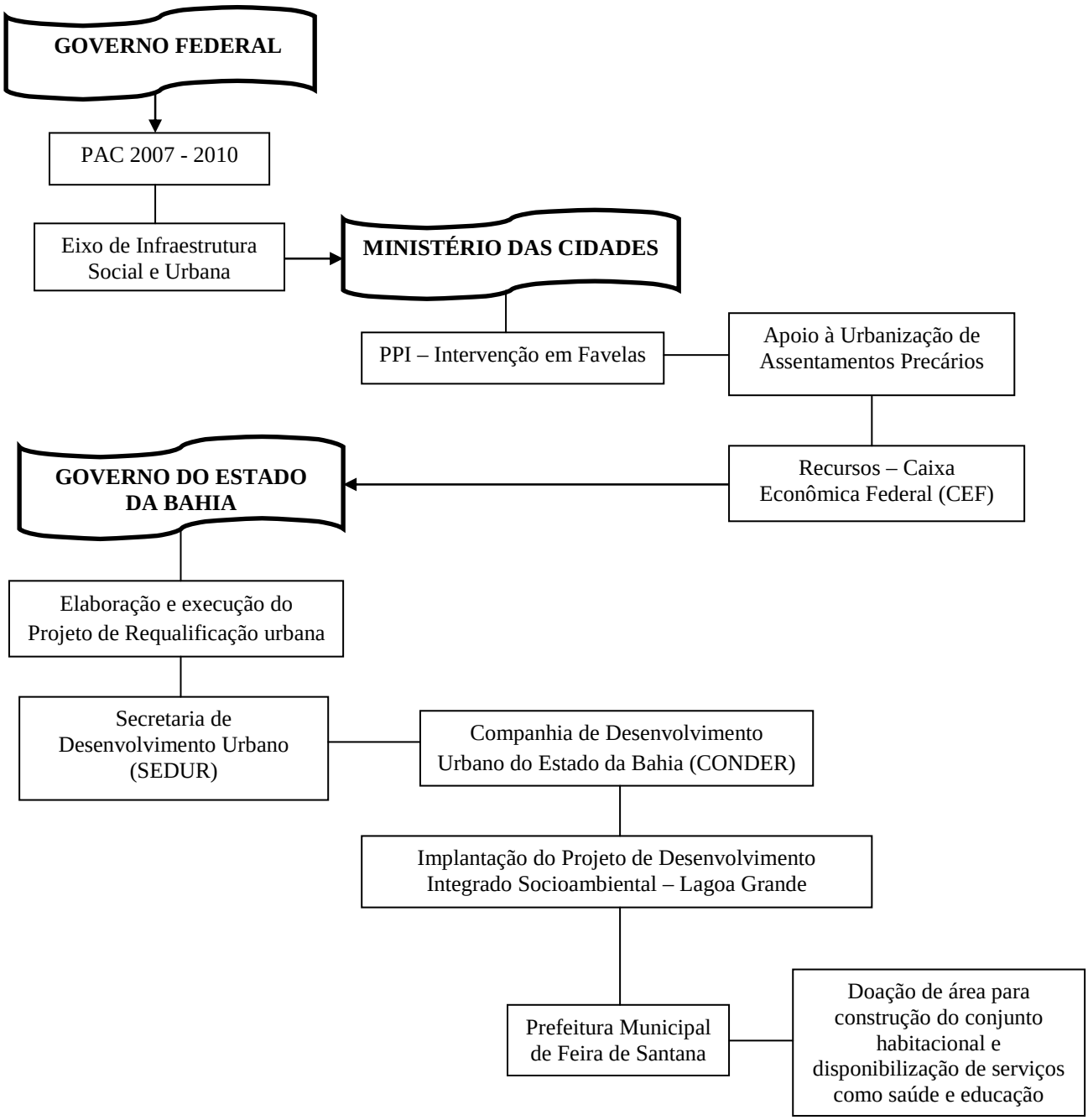
É notório ressaltar que a Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS) já havia elaborado um projeto[27] para a localidade da Lagoa Grande, no entanto, por se tratar de uma intervenção, os recursos do município não poderiam arcar com um projeto dessa dimensão. Em 2007 com o lançamento do PAC (2007-2010), o Bairro Lagoa Grande foi contemplado no Eixo de Infraestrutura Social e Urbana com a ação de urbanização de assentamentos precários (descrito no capítulo 2) com objetivo de intervir nesses espaços conectando-os ao tecido urbano das cidades em que estão localizados e proporcionar melhores condições habitacionais, ambientais e urbanísticas.

Para compreendermos a intervenção urbana do Bairro Lagoa Grande é preciso situá-lo hierarquicamente, ou seja, como está organizado desde sua concepção até sua execução (Figura 35). Observa-se que a requalificação urbana é ditada pelas diretrizes do PAC, de maneira específica no seu eixo voltado para as questões sociais e urbanas. Uma das vertentes de atuação destina-se aos aglomerados urbanos caracterizados como precários que recebe apoio do Ministério das Cidades, através dos seus Projetos Prioritários de Investimento (PPI) que se destinam às intervenções em favelas para melhorias habitacionais, saneamento e inclusão social, e da Caixa Econômica Federal (CEF) responsável por disponibilizar os recursos. A elaboração e execução do projeto de requalificação é de

[27] Informação obtida junto aos levantamentos da pesquisa documental feita à Secretaria de Planejamento da PMFS e por demandar um tempo maior não foi possível a realização de uma análise comparativa entre a intervenção proposta pelo município e a intervenção executada pelo Estado, pois ultrapassaria o tempo estipulado para esta pesquisa.

responsabilidade do Governo Estadual através de seus órgãos responsáveis pelos empreendimentos urbanos e a participação da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS) com a doação da área para construção do conjunto habitacional para as famílias reassentadas competindo-lhe também a disponibilização de serviços básicos aos moradores como educação e saúde.

Figura 35 – Organização Hierárquica da Intervenção Urbana no Bairro Lagoa Grande



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2013).

Os investimentos que foram empregados para essa intervenção urbana foram estimados em R$ 68 milhões, dos quais R$ 55,7 milhões oriundos do Governo Federal, através do PAC e R$ 12,3 milhões do Governo do Estado (BAHIA, 2009). Por ter ultrapassado o tempo compreendido pelo PAC 2007-2010, conhecido como PAC 1, a intervenção da Lagoa Grande atualmente está sob vigência do PAC 2[28] que é a implementação das projeções do primeiro programa e a agregação de novos eixos.

Para nortear o processo de requalificação urbana executado pelo Governo Estadual a partir dos parâmetros do PAC foi elaborado o Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental tomando por base também os estudos realizados pela PMFS sobre a Lagoa Grande. Esse projeto objetivou o desenvolvimento dos trabalhos sociais na área de intervenção que envolve melhorias das condições de moradia, recuperação ambiental e reassentamentos de famílias que foram retiradas do seu espaço de vivência por se tratar de uma área ambiental, sujeita a alagamentos, carência de equipamentos urbanos, infraestrutura precária e inadequada para habitação. Assim, é necessário investigar as implicações socioespaciais provocadas por uma intervenção de grande porte como essa.

5.1.1 Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental – Lagoa Grande

O projeto socioambiental proposto para o Bairro Lagoa Grande destacou a dimensão social da requalificação urbana por meio da elaboração de ações que garantissem a participação dos moradores quanto as mudanças provocadas com a implantação do projeto:

> Através das ações previstas neste projeto a população será trabalhada para adequar-se às transformações que irão ocorrer com a intervenção física. Essas ações sociais serão desenvolvidas antes, durante e após a conclusão da obra, permitindo que os agentes da comunidade participem de todo o processo, constituindo-se uma relação dialética de trocas, aprendizado mútuo, auto-referenciamento e reconhecimento em relação ao novo espaço com os benefícios implantados. (CONDER, 2008, p. 5).

Observa-se que existe uma preocupação quanto aos impactos provocados pelas mudanças infraestruturais chamadas de “intervenção física” em que os moradores através do conjunto de ações sociais devem enquadrar-se às novas condições de moradias partindo do pressuposto de uma interação participativa desde a fase precedente e após a finalização da intervenção urbana.

[28] Não interessa neste estudo fazer uma análise do PAC 2, uma vez que as ações de requalificação urbana previstas para a Lagoa Grande continuam com o mesmo objetivo de intervir em assentamentos precários, apenas localiza-se no Eixo Minha Casa Minha Vida que compõe o atual programa. Nota da autora.

Para a elaboração do projeto foram desenvolvidas ações importantes como a realização de um Diagnóstico Socioeconômico desta localidade realizada pela CONDER nos períodos de 2007-2008. Inicialmente a aplicação do diagnóstico feito em 2007 realizou o levantamento de dados de 3014 famílias do Bairro Lagoa Grande. Em 2008, com a ampliação da poligonal[29] que ultrapassou os limites do bairro beneficiando de forma direta e indireta 7091[30] famílias, foi preciso a complementação dos dados socioeconômicos.

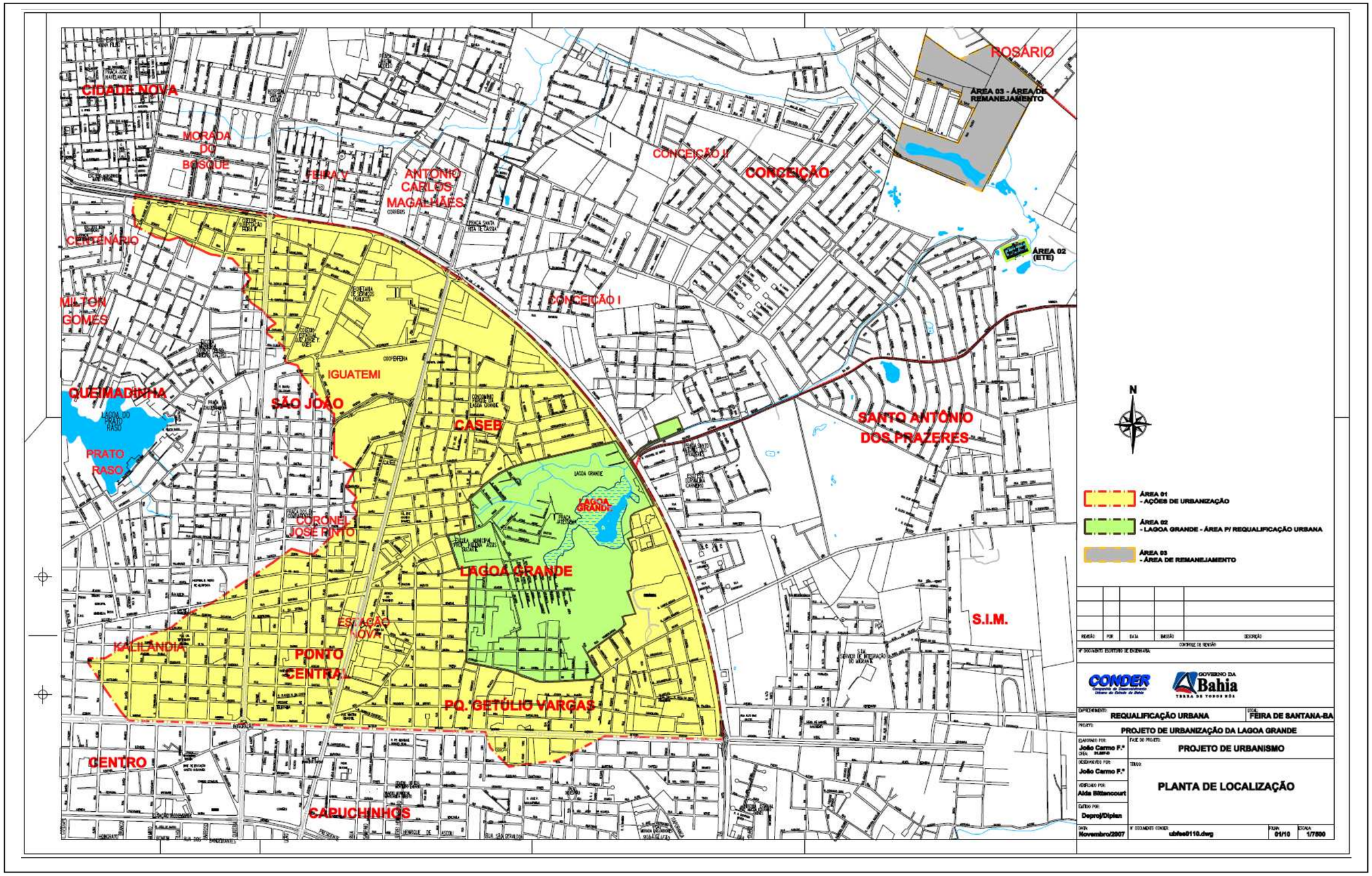
Com a ampliação da poligonal o processo de requalificação urbana não se limita apenas às famílias da rocinha como beneficiárias diretas, mas passa a contemplar alguns bairros vizinhos como o Parque Getúlio Vargas, Ponto Central, Caseb e Santo Antônio dos Prazeres, conforme destacado na Figura 36 que identifica as áreas (escala 1/7500) e os tipos de ações que constituem o processo e requalificação urbana do bairro lagoa Grande.

Para tanto, foram definidas três áreas de ações, a primeira denominada de Área 1 delimita o espaço compreendido pelo projeto com ações de urbanização focadas no saneamento básico que ultrapassa os limites do Bairro Lagoa Grande. A Área 2 corresponde ao espaço de requalificação urbana com a reestruturação socioambiental da área mais desestruturada do bairro que é o assentamento precário da Rocinha, envolvendo o reassentamento de famílias e a manutenção do sistema biológico da lagoa. A Área 3 se refere a regularização fundiária e a delimitação do espaço destinado ao reassentamento de parte das famílias do bairro Lagoa Grande que habitavam as proximidades e áreas soterradas da Lagoa Grande.

[29]Perímetro demarcado em planta que define uma área de intervenção, cujo objeto seja a urbanização (BRASIL, 2012).

[30]De acordo com o Diagnóstico Socioeconômico da Conder realizado em 2008, foram acrescentados dados das "[...] edificações situadas na nova área de abrangência do projeto foram identificadas, seladas e quantificadas, totalizando 4077 imóveis. Foram identificadas, nesta área 401 famílias que habitam em condições precárias, que foram qualificadas através de um levantamento socioeconômico." (CONDER, 2008, p. 4).

Figura 36 – Delimitação da área e identificação das ações de intervenção urbana

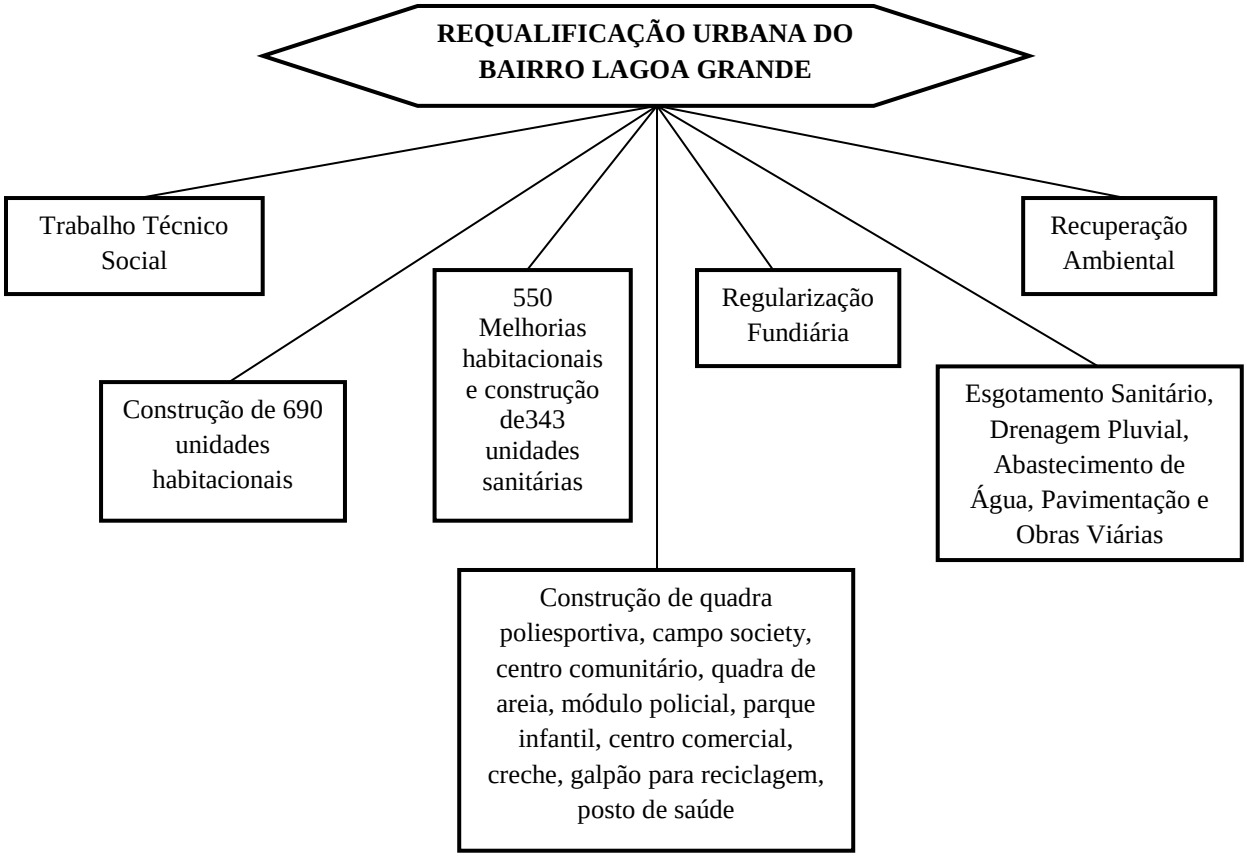


Fonte: CONDER (2007).

A concepção de requalificação urbana esboçada nos resultados do levantamento socioeconômico denota que esse tipo de intervenção trará vida aquele determinado espaço, pois de acordo com Duarte (2005), por conta desse tipo de interpretação é que o termo, revitalização é evitado pelos especialistas do urbanismo, pois existe ali uma organização social, um espaço de vivência em meio às fragilidades urbanas e ambientais identificadas naquele lugar que também refletem a expansão do espaço urbano brasileiro.

Assim, o projeto proposto para a Lagoa Grande está dividido em intervenções físicas e sociais com o trabalho técnico social desenvolvido durante o processo de requalificação urbana (Figura 37).

Figura 37 – Requalificação Urbana do Bairro Lagoa Grande



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2013).

A requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande adotou um conjunto de ações com o objetivo de beneficiar não somente a população local, mas de integrar aquele espaço ao tecido urbano da cidade. Desse modo, os trabalhos estão sendo acompanhados por uma equipe técnica social, na área delimitada como de abrangência do projeto em que serão

feitas melhorias habitacionais; construção de unidades sanitárias; regularização fundiária, no caso das moradias estarem situadas em terras públicas, ou que o morador não tem como comprovar a posse do da área ocupada em que construiu sua casa; implantação de equipamentos comunitários, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, abastecimento de água e maior acessibilidade à área com a pavimentação e realização de obras viárias e a construção de unidades habitacionais para o reassentamento de 690 famílias localizadas no assentamento precário, a Favela da Rocinha, nas áreas identificadas como de risco, sujeita a alagamentos, pois se encontram na planície de inundação da Lagoa Grande que se configura de acordo com a legislação ambiental em uma Área de Proteção Permanente (APP) (explicitado no capítulo 4).

A implantação das ações de requalificação urbana foi estruturada, pela CONDER no projeto socioambiental em duas etapas. A primeira foi a realização do conhecimento prévio da comunidade, o cadastro numérico das unidades habitacionais, a mobilização das famílias buscando a adesão ao projeto e a elaboração do diagnóstico socioeconômico como subsídio para justificar a intervenção e as ações propostas. Na segunda etapa foram apresentados os objetivos e metodologias adotados, assim como as formas de avaliação, os indicadores de resultados e os meios de verificação escolhidos, além de conter a descrição das estratégias para o desenvolvimento integrado local e as fases de execução juntamente com os eixos de intervenção e suas ações específicas.

A realização destas etapas almejou levar em consideração as características sociais, econômicas, históricas, culturais e a participação dos moradores para atingir o desenvolvimento das ações de intervenção que são justificadas pelo contexto da expansão urbana de Feira de Santana e do Brasil em que:

> A ocupação da área de Lagoa Grande produziu uma comunidade, igual a tantas outras no país, desassistida de qualquer infra-estrutura. O ritmo de crescimento da população urbana e a ausência de políticas habitacionais em nível federal, estadual e municipal não criaram as condições mínimas de habitabilidade para as famílias que fugiam da fome e da pobreza rural, agravando os problemas dos centros urbanos. (CONDER, 2008, p. 34).

A ocupação do espaço compreendido pelo Bairro Lagoa Grande deve analisado em um contexto nacional, ou seja, como resultado dos problemas infraestruturais enfrentados no país que teve seu processo de urbanização desacompanhado de políticas habitacionais. Logo, deve ser ressaltada a raiz de todo esse cenário que é a ação do Estado capitalista observado no processo de industrialização do país e a tentativa de descentralização dessa

atividade principalmente a partir de 1960 com Política de Integração Nacional, em que, foram feitos altos investimentos econômicos desconectado das estatísticas sociais produzindo, principalmente nas grandes cidades, a atração de grandes contingentes populacionais.

Nessas condições, as formas de apropriação do espaço urbano revelavam a ação omissa do Estado pela ausência de políticas urbanas capazes de atender as demandas sociais de habitação, infraestrutura e serviços elementares a população preocupando-se com o crescimento econômico a partir da industrialização e a criação de rodovias para sua expansão.

Quanto ao entendimento do processo de requalificação urbana observado na proposta de intervenção do PAC e apresentado pelo projeto socioambiental:

> A intervenção do PAC na Lagoa Grande irá garantir a recuperação e a revitalização da lagoa, beneficiando seu entorno com equipamentos comunitários que assegurem a preservação da área de proteção, transformando um ambiente degradado em local de convivência harmoniosa da comunidade sem prejuízo para o patrimônio sócio-ambiental. O Projeto físico prevê a humanização do Bairro dotando a área de infra-estrutura básica [...]. Concomitantemente à intervenção física, o Projeto de Participação Comunitária promoverá a mobilização e organização comunitária, intervenções efetivas voltadas à educação sanitária e ambiental, além de ações de geração de renda, objetivando conjuntamente a melhoria da qualidade de vida da população local. (CONDER, 2008, p. 34).

Desse modo, a requalificação é uma ação integrada definida em três dimensões, ou seja, uma dimensão ambiental que abarca a degradação da Lagoa Grande; a segunda é estrutural que se refere às carências de equipamentos urbanos comunitários naquela localidade e em suas adjacências; e a terceira dimensão é a social por meio da atuação participativa dos moradores e o desenvolvimento de ações relativas à mobilização sanitária, ambiental, geração de renda e sobre a necessidade do reassentamento de famílias.

Para que as metas da requalificação urbana fossem alcançadas, principalmente em melhorias sociais, econômicas e ambientais foram estabelecidos, de acordo com a CONDER (2008), os seguintes objetivos específicos:

a) Realizar diagnóstico com as famílias a serem reassentadas com vistas à identificação do seu potencial produtivo e vocacional;
b) Propiciar o fortalecimento e desenvolvimento das organizações comunitárias locais, fomentando o exercício da solidariedade e agindo para a inclusão social dos moradores;

c) Manter a comunidade informada das ações do projeto físico social, favorecendo o acompanhamento e a participação na tomada de decisões;
d) Preparar as famílias para o processo de reassentamento ou indenização fornecendo informações necessárias sobre os procedimentos, reforçando a construção de hábitos e comportamentos em relação à convivência comunitária;
e) Contribuir para a adequação e mudanças de hábitos e atitudes da população, mediante o fortalecimento das ações voltadas para a educação sanitária, ambiental e patrimonial da comunidade, visando a conservação, manutenção e preservação da intervenção, dos equipamentos e serviços implantados na localidade;
f) Ampliar as oportunidades de trabalho e renda da população, através da capacitação profissional, do estímulo ao surgimento, potencialidade e fortalecimento de cadeias e unidades produtivas;
g) Realizar avaliação final do empreendimento visando medir os resultados da intervenção.

Percebeu-se que os objetivos específicos buscaram inclusão social, planejamento participativo das ações, mobilização da população local para a manutenção do ambiente e das novas estruturas e serviços implantados, melhorias no aspecto econômico com estímulos voltados para o trabalho e renda, a aferição dos resultados do processo de requalificação urbana. No tocante ao reassentamento das famílias, foi pontuada a preparação destas para o processo de transferência do ambiente de moradia (analisado no próximo item) e a identificação das formas de trabalho e o potencial que pode ser desenvolvido por esses moradores.

Para tanto, observa-se que a intervenção na Lagoa Grande é um projeto de grande porte que envolve as esferas sociais, econômicas e ambientais daquele espaço. Partindo dessa premissa, a metodologia (Figura 38) empreendida foi organizada em três. Entretanto, como o projeto ainda se encontra em andamento, será destacada a fase atual em que se encontra a intervenção.

O projeto é bem estruturado, conceitua requalificação não somente de forma urbanística, mas com um desenvolvimento de trabalho social visando reduzir os impactos das ações e mobilizar os moradores sobre a necessidade da intervenção. Porém, já que área

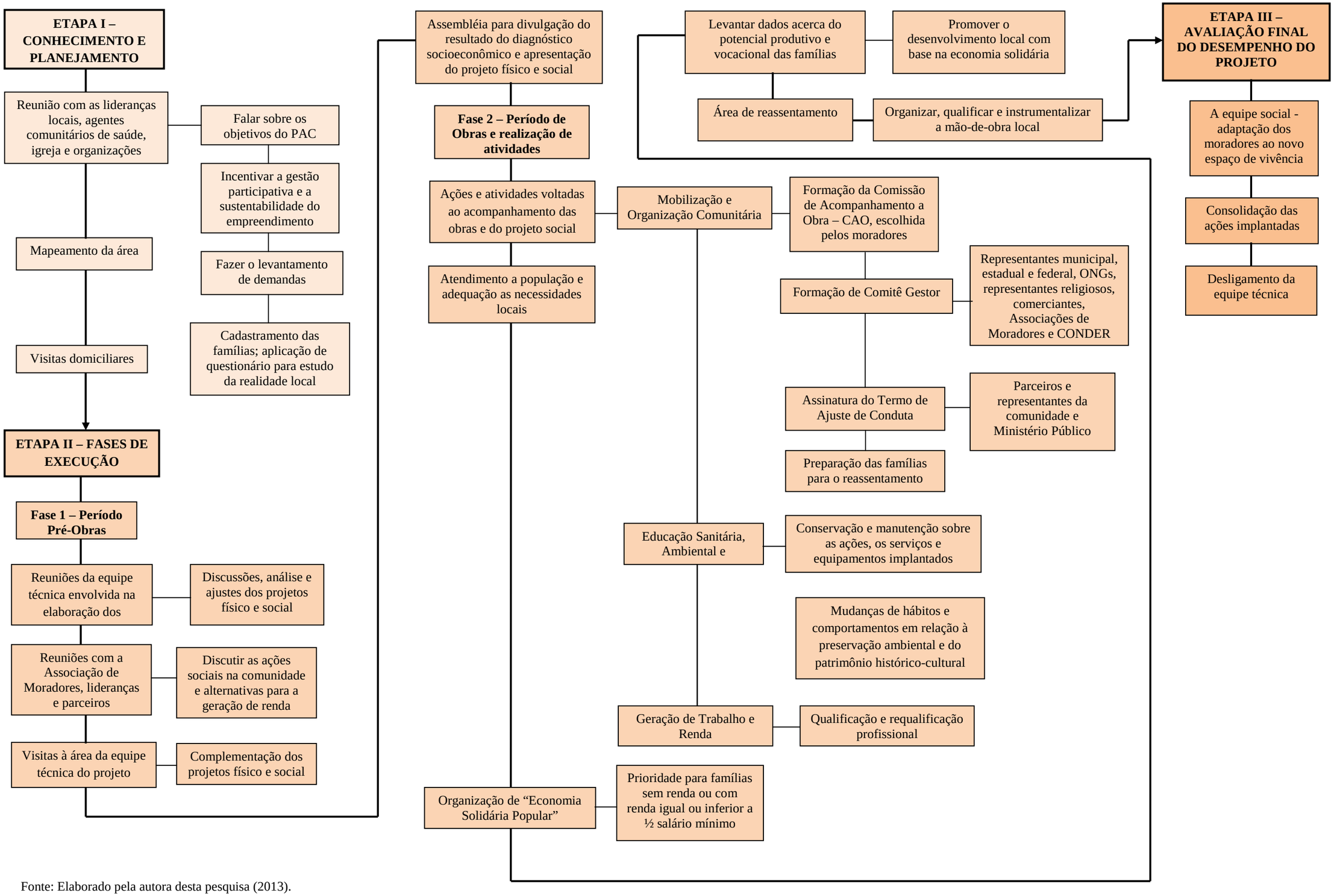
de intervenção envolve uma área de proteção permanente, deveria ser descrito o plano de ação para especificar como será essa relação socioambiental, esclarecendo não somente a situação dos moradores, mas também o que será feito com o sistema ecológico da Lagoa Grande. É preciso deixar claro no projeto não somente as ações sociais, mas as ambientais como um todo, uma vez que se intitula como integrado e socioambiental.

Dessa forma, percebeu-se que antes da execução das obras da ação de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande, medidas importantes foram adotadas como o conhecimento prévio da comunidade como uma forma de identificar as características específicas de determinado lugar e as dificuldades e problemas enfrentados por seus moradores, o que também favoreceu para o delineamento dos objetivos e metodologia para as estratégias de intervenção a serem adotadas a partir da realidade local. E, no que tange à mobilização das famílias cabe destacar que:

> Através das ações previstas neste projeto a população será trabalhada para adequar-se às transformações que irão ocorrer com a intervenção física. Essas ações sociais serão desenvolvidas antes e após a conclusão da obra, permitindo que os agentes da comunidade participem de todo o processo, constituindo-se uma relação dialética de trocas, aprendizado mútuo, auto-referenciamento e reconhecimento em relação ao novo espaço com benefícios implantados. (CONDER, 2008).

De acordo com as informações apresentadas no projeto de integração socioambiental, a comunidade teve participação no processo de implantação e execução das obras de requalificação urbana a partir da proposta de mobilização e organização comunitária realizada na fase inicial do projeto.

Figura 38 – Metodologia do processo de requalificação urbana no Bairro Lagoa Grande



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2013).

Outra questão relevante observada no projeto diz respeito à necessidade da realização de possíveis ajustes do mesmo:

> Todas as etapas de execução do projeto físico e social serão monitoradas e avaliadas com a finalidade de fornecer elementos necessários à adequação do projeto, prevenindo possíveis desvios, quanto aos objetivos propostos. (CONDER, 2008, p. 2).

Diante do que já foi exposto sobre o projeto de requalificação urbana do bairro Lagoa Grande, cabe ressaltar que o mesmo busca beneficiar as famílias que vivem em áreas de risco e em assentamentos precários como é o caso de parte de moradores que vivem nesse bairro.

5.1.2 Agentes Sociais Envolvidos

Os Agentes envolvidos no processo e requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande abrangem as escalas federal, estadual, municipal, merecendo destaque a participação da sociedade civil.

Para a elaboração do projeto, foram estabelecidas parcerias com os seguintes órgãos: Secretaria de Segurança Pública (SSP), Cartório de Registro Civil, Secretaria Estadual de Educação, Polícia Militar, Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Clube dos Diretores Lojistas (CDL), Secretaria Estadual do Trabalho, Esporte (SETRE), Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo (PATRA), Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Ministério Público, Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Fórum de Economia Solidária e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES), com base na identificação dos parceiros elencados no projeto socioambiental da CONDER (2008).

Vários agentes estão envolvidos no processo de requalificação do Bairro Lagoa Grande, porém, a organização dos moradores quando questionada sobre a sua participação no processo de requalificação urbana do bairro, afirmou que foi procurada por representantes da CONDER (2008):

> Em 2004 eles procuraram primeiro o povo [...]. Parou uns três carros aqui na porta, aí parou, desceu aquele mundo de gente, sentamos por aqui aí começamos, botei cadeira, botei tudo aqui, todo mundo conversando que era a Conder e que ia começar o trabalho e que agora ia. Bateram foto e tudo e aí a gente ficou pra saber mesmo se ia mesmo o trabalho, só que desde 2004 pra cá é muito esperar, que o

> povo tem muita esperança, fez as casas, o povo ficou esperando, levou o povo para mostrar umas casas que já tava pronta e nada de botar o povo lá. O povo lá diz que invadiu e invadiu mesmo, o povo de lá de cima mesmo que invadiu, aí eles resolveram pegar o povo daqui que eram os donos das casas e levar logo para lá (conjunto para reassentamento), porque se povo invadia, arrancaram porta, o povo de lá de cima, janela, invadiram, aí teve que tirar. (Grupo 1 /Representante Comunitário Local 2).

Ao se reportar ao projeto de requalificação urbana, a representante local chama a atenção para a morosidade das obras para o processo de assentamento, que será discutido adiante. Outro fator relevante é o envolvimento da organização comunitária como canal participativo, uma vez que foi instituído pela CONDER um Comitê Gestor que buscava uma maior interação da população, principalmente de suas lideranças locais em acompanhar e ser escutada durante a intervenção urbana:

> O comitê Gestor era pra debater ideias de algumas coisas das casas, entendeu, e aí eles faziam reuniões e para explicar também. Eles explicam lá alguma coisa à população que ia ter nas casas, ia ter escola, ia ter uma associação para o morador. Tem muito catador de papel ia ter o local pra eles guardarem tudo direitinho e que até eu achei ruim numa parte pra deixar papel acumulado lá, num galpão, porque de qualquer jeito aquele cheiro e tinha muita criança, mas elas disseram, assim, que não, que não ia incomodar as crianças não, que era tudo direitinho, que é tanto que eu nunca mais fui lá em cima, na área. Mas eu tenho vontade de ir lá vê direitinho com os dois olhos que Deus me deu, para vê se está certinho mesmo, entendeu, aí eu queria ver se estava certinho como eles explicaram, disseram que ia fazer creche, não sei se tem creche, não sei, ia ter uma associação que era pra ensinar curso profissionalizante e essas coisas [...] (Grupo 1 /Representante Comunitário Local 2).

A formação do Comitê Gestor teve como objetivo permitir que grupos de moradores ou seus representes pudessem participar e discutir sobre as ações do projeto de requalificação urbana, principalmente sobre o reassentamento das famílias, como citado pela Representante Comunitária Local 2.

5.1.3 O Processo de Reassentamento de Famílias da Favela da Rocinha no Bairro Lagoa Grande: Implicações Socioespaciais

O reassentamento de algumas famílias que viviam na Favela Rocinha, no Bairro Lagoa Grande, no conjunto de ações provenientes da requalificação urbana desse espaço, foi desenvolvido pelo Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental um Plano de Reassentamento para nortear esse processo e assegurar melhores condições de habitabilidade, em um espaço marcado pela segregação residencial, social e econômica. Desse modo, foi tomado por base também o parâmetro ambiental para justificar a retirada de uma parcela da população que estava localizada na APP da lagoa e com risco de

inundação. De acordo com a legislação ambiental vigente, que incide sobre áreas de proteção ambiental localizadas em áreas urbanas, deve ser respeitado o limite de 50 metros entre o corpo hídrico e as edificações, no caso da Lagoa Grande, um bairro consolidado, foi identificada a partir do levantamento realizado a necessidade do reassentamento de 690 famílias, situadas dentro da lagoa em áreas parcialmente encobertas (aterradas) para construção de moradias.

A intervenção urbana na Lagoa Grande busca sanar problemas como ocupação irregular, existência de habitações em estado precário e de ordem infraestrutural, o que compromete funções urbanas relevantes como acessibilidade, melhores condições de moradia e disponibilidade de áreas de lazer (CONDER, 2008). Com base nesse princípio, foi elaborado o Plano de Reassentamento em que o direito de morar e a ter uma melhor condição de vida são tratados como sinônimos:

> Morar de forma adequada e regularizada num local seguro e saudável, com acesso à infra-estrutura, saneamento e outros benefícios é na verdade, uma forma concreta de afirmação, uma forma de possibilitar a todo o acesso a uma vida mais digna, um instrumento de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. (CONDER, 2008, p. 45).

Por conseguinte, foi necessária a criação de um conjunto habitacional para reassentar as famílias. Mas, antes disso, é necessário lembrar ter sido definido que os moradores que se recusaram a passar pelo processo de reassentamento seriam indenizados "[...] conforme critérios pré-estabelecidos e definidos com base em valores vigentes por ocasião de avaliação." (CONDER, 2008, p. 49). Destarte, a criação do plano para orientar a realocação dos moradores teve como objetivo específico "Preparar as famílias para o processo de reassentamento ou indenização, fornecendo informações necessárias sobre os procedimentos, reforçando a construção de hábitos e comportamentos em relação à convivência comunitária" (CONDER, 2008, p. 50).

E como a requalificação urbana constituiu-se em duas áreas de intervenção, uma no Bairro Lagoa Grande e outra no conjunto habitacional para reassentamento das famílias, que enquanto aguardavam a construção das novas moradias foram alocadas em casas provisórias (alugadas) a partir de um determinado valor estabelecido, e de responsabilidade da CONDER, para que as obras preliminares na Lagoa Grande fossem iniciadas.

De acordo com demanda apresentada pelas famílias da Favela da Rocinha, foi construído um conjunto habitacional denominado Núcleo Conceição localizado no Bairro

Conceição, situado a nordeste do Bairro Lagoa Grande e no setor Leste da cidade de Feira de Santana, conforme a Figura 39, perfazendo uma distância de mais de 3 km da Rocinha, área de reassentamento que tem como via de acesso principal a Avenida Doutor Antônio Sérgio Barradas Carneiro que corta o Bairro Santo Antônio dos Prazeres e dá acesso a BA 503, conhecida como estrada do Aeroporto.

Figura 39 – Localização do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição

Fonte: Google Earth (2014).
Nota: Adaptado pela autora desta pesquisa (2014).

Para a construção desse núcleo habitacional a Prefeitura Municipal de Feira de Santana providenciou a área através do processo de desapropriação de acordo com o Estatuto da Cidade como destacado pela CONDER (2008, p.45) "É uma área recentemente desapropriada pela Prefeitura e plenamente regularizada patrimonialmente, é uma Zona de Especial Interesse Social, conforme prevê a Lei 10.257, de 10/07/2001, o Estatuto da Cidade, perfazendo um total de 271.877,47 m^2."

Ao mesmo tempo foi realizada uma caracterização do espaço destinado para receber as famílias da Rocinha em que foram feitas as seguintes observações:

> Próximo a área existem 02 pontos de ônibus, cada um localizado cerca de 600 metros do local. Nos bairros do entorno estão situados, uma escola municipal, uma estadual e um posto de saúde da família, além de um comércio com padaria mercearias, vendas, bares entre outros. Considerando as carências da área do bairro Conceição onde está situado o loteamento que abrigará as famílias reassentadas de Lagoa Grande, o projeto prevê a construção de equipamentos acima citados, além de ações socioeducativas do projeto Técnico Social. (CONDER, 2008, p. 50).

A caracterização da área em que conjunto foi inserido revela as fragilidades que a cercam, como no caso do ponto de ônibus para onde as famílias têm que se deslocar de uma determinada distância, enquanto que na Rocinha por sua proximidade com duas das principais avenidas da cidade (Getúlio Vargas e João Durval Carneiro) o acesso aos transportes e ao centro da cidade é mais rápido. Foi destacada também a existência de uma escola e de uma unidade de saúde, mas não foi explicitado sobre a localização dos mesmos de forma que pudesse ser averiguada a acessibilidade dos moradores reassentados a estes serviços. Vale destacar que no caso do posto de saúde as famílias precisam estar cadastradas para serem atendidas e quanto às escolas, é necessário uma verificação do número de vagas e o processo de transferência dos alunos oriundos da Rocinha de forma que não se prejudique o ano letivo dos mesmos.

Como o Conjunto Habitacional Núcleo Conceição constitui-se em uma das etapas de intervenção da requalificação foi planejado para conter um conjunto de infraestruturas (Figura 40) para atender e dar uma melhor condição de moradia à população reassentada. Também merece ser enfatizado neste projeto o trabalho e acompanhamento social juntamente com o desenvolvimento de atividades com os moradores e acompanhamento de todo o processo de reassentamento.

Figura 40 – Infraestrutura e Equipamentos do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição

Fonte: CONDER (2008).
Nota: Elaborado pela autora desta pesquisa (2013).

O reassentamento das famílias foi organizado em quatro fases. A primeira fase é a preliminar que corresponde ao levantamento cadastral sobre a demanda de reassentados; a segunda se refere ao período de transição das famílias a partir da realização de reuniões com os moradores e lideranças; a terceira fase é o período de reassentamento, acompanhamento das obras, entrega das chaves dos imóveis para que seja feita a transferência dos bens materiais para a nova residência; e a quarta fase é o período de pós-ocupação em que será feito um acompanhamento através de reuniões e oficinas sobre a utilização dos espaços de uso coletivo e campanhas educativas como coleta seletiva, economia de água, dentre outros.

Em 2011, grande parte das unidades habitacionais estavam em fase de construção (Figura 41) e na parte em que as obras estão mais adiantadas as ruas estão devidamente calçadas. Segundo o Plano de Reassentamento, cada unidade (Figura 42) foi projetada para

conter sala, cozinha, dois quartos, além de uma área de serviço e banheiro, perfazendo um total de 47,54 m^2 de área construída (CONDER, 2008).

Figura 41 – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

Figura 42 – Unidade habitacional no Conjunto Habitacional Núcleo Conceição

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

A transferência das famílias foi iniciada no primeiro trimestre de 2012 e até o final de 2013 ainda estava ocorrendo a entrega das chaves das residências (Figura 43), de acordo com os levantamentos e sondagens 600 famílias já haviam recebido as casas no conjunto habitacional. Por se tratar de uma grande construção, as casas foram construídas por etapas.

Vale ressaltar que algumas famílias optaram pela indenização. Sendo assim, a estimativa de 690 unidades foi mantida e as casas que não serão ocupadas para reassentamento serão empregadas em outras demandas habitacionais considerando o cadastro de moradores junto a Secretária de Habitação de Feira de Santana.

Figura 43 – Entrega das chaves das casas do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2011).

As primeiras unidades que foram entregues localizam-se na parte inicial do conjunto e são voltadas principalmente para pessoas idosas, portadores de necessidades especiais e com problemas de saúde, de forma que possa facilitar a locomoção e o fácil acesso dessas pessoas aos equipamentos disponíveis no conjunto.

No que se refere ao esgotamento sanitário, o conjunto habitacional conta com uma pequena estação de recolhimento e tratamento dos dejetos a fim de que não polua o ambiente e nem cause danos ao entrar em contato com a drenagem superficial.

A partir dos trabalhos de campo desenvolvidos no conjunto habitacional, observa-se a existência de uma infraestrutura importante como posto de saúde (Figura 44), prédio para a creche (Figura 45), e galpão de reciclagem (Figura 46), que ainda não estão em funcionamento e a quadra poliesportiva (Figura 47) que foi inaugurada no final de 2013 e a área destinada para construção de uma possível praça ou área verde ainda não foi construída.

Figura 44 – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição: Prédio destinado ao Posto de Saúde

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

Figura 45 – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição: Prédio para funcionamento da Creche

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

Figura 46 – Prédio do Galpão de Reciclagem

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

Figura 47 – Quadras Poliesportivas

Fotógrafa: Paula Leilane Oliveira Celestino (2013).

Para compreender como foi feito o processo de reassentamento das famílias, tem-se alguns relatos dos primeiros ocupantes do conjunto habitacional, observando-se semelhança nos discursos, que podem ser sintetizados na perspectiva do Morador 3:

> Eu mesmo, elas conversaram (equipe técnica) que ia ter que sair de lá, ia ter que saí porque era área perigosa e que o morador não podia continuar ali. Tudo bem, se é perigosa a gente não vai ficar num lugar perigoso né, então a gente tem que saí, saí. Aí fizeram reunião lá na igreja e tudo, entendeu, falar a verdade é preciso, elas fizeram, entendeu, aí. Agora eu, se eu pudesse, eu não saía, porque com todo perigo eu não queria saí não, sabe por que? Por causa dos meus trabalhos, fica muito difícil pra mim aqui, mas eu não tô arrependida não, eu tô com minha casinha aí né, vou fazer o que [...] Eles fizeram muitas reuniões, aí como é que se diz, não foi uma vez, nem duas é tanto que elas iam dá por etapa as casa aos moradores por etapa. Mas, não foi assim, que teve umas pessoas, tem gente que gosta de bagunça, [...] aí fez o sorteio, na rua que pegasse pegava, aí eu peguei logo a daqui, aí todo mundo deu risada – Olha ela deu sorte, pegou logo naquela rua, na primeira entrada aqui. Aí pronto, mais foi tudo combinado, quem aceitou, aceitou e pronto, quem queria o dinheiro quis o dinheiro, quem não quis recebeu a casa. Eu não quis o dinheiro porque a minha casa tava sem valor, a casa tava muito pequena [...], um barraco, entendeu aí eu disse ó tá melhor de que a daqui, eu vou pra lá assim mesmo, [...] (Grupo 3/Morador 3).

No processo de relocamento das famílias, foram realizadas reuniões e visitas domiciliares para informar aos moradores de que forma ocorreria a mudança de local e, para aqueles que não aceitassem, a alternativa seria receber uma indenização pelo imóvel já que alguns preferiram também as casas do conjunto levados a fatores como a violência:

> Pelo menos os outros que tava lá, teve muitos que tava doido pra sair de lá, doido pra sair, teve gente que não saiu antes da hora não sei nem por quê. Porque pelo gosto deles eles pegava a chave abriam a porta e entrava logo. Acho que porque lá era um lugar muito bagunçado, com gente matando gente, a violência, muita violência ali né. Aí muita gente ficava com medo, agora na rua que eu morava apesar dos pesares, que era dentro do mato mesmo, não tinha casa nenhuma [...]. Mas, a bagunça era toda lá na frente [...], ainda bem que eu não vi nada [...] (Grupo 3/Morador 3).

Já no caso dos moradores indenizados, este é fator relevante declarado pelos entrevistados: uma parte considerável da população que deveria ser reassentada preferiu a indenização, pois:

> Muitos concordaram e outros não porque não têm pra onde ir, o dinheiro que eles dava lá era muito pouco. Minha casa mesmo era toda no piso, toda arrumadinha, toda bonitinha, eles só chegaram doze conto parece, doze mil, um *negoço* assim que não dava nem pra comprar um lugar pra gente fazer uma casa, aí ele disse vende aqui e não acha pra fazer uma casa, porque fazer uma casa não é brincadeira. Aí foi que concordou em vim pra qui, aí viemos pra qui. [...]. Onde eu morava era perto do posto de saúde [...] (Grupo 3/Morador 4) .

A partir da fala de alguns moradores, percebeu-se que o reassentamento das famílias despertou opiniões contrárias, pois enquanto uns queriam sair de uma situação de violência e ter um casa, outros, embora reconhecessem a necessidade de uma intervenção urbana, já que se tratava de uma área de risco para a população, relutavam alegando o baixo valor das indenizações e a dificuldade de deslocamento para o trabalho.

Entretanto, a partir das exposições feitas, observa-se que ainda há muito que se fazer para que os moradores reassentados possam de fato ter uma habitabilidade e não uma casa de qualidade, visto que essa parte da população que vivia na Favela da Rocinha convivendo com situações de precariedade tem a expectativa de que todos os serviços oferecidos sejam efetivados. Tomando por base o discurso de Freire (1994) sobre a recuperação de áreas urbanas degradadas destacam-se as dificuldades enfrentadas sobre esse tema e a concepção de habitação que ultrapassa a concepção de “ter onde morar” para “quais as condições em que posso viver”:

> Se por um lado, não é tarefa fácil, posto que há muito por recuperar, este desafio pautado na vontade política poderá gerar um processo de transformações que passam por privilegiar os espaços de conivência coletiva. Nesse sentido, a relação habitação-cidade assume uma maior dimensão, qual seja: a casa não acaba na soleira da porta, a rua, a praça, a ponte, a escola, o mercado, o saneamento, o transporte são complementares à moradia. Vive-se na cidade não somente na casa. A cidade é “lócus” de vida: de convivência afetiva, de lazer, de trabalho, de manifestação política e cultural, de prática religiosa. (FREIRE, 1994, p. 39).

Reassentar famílias implica inseri-las em uma nova área reintegrando-as à cidade também. Apesar de ter sido concebido tal discurso no contexto da década de 1990, a preocupação com a recuperação de áreas urbanas degradas ou de assentamentos precários está longe de ser esgotada nas discussões teóricas, políticas, sociais e econômicas sobre esse assunto. No caso dos assentamentos precários, ainda se tenta sanar as lacunas sobre a falta

de informações dessas formações espaciais, como foi dito no segundo capítulo, já que é um produto fruto da ação do Estado capitalista e da necessidade da consolidação de uma Política Nacional Urbana e Habitacional.

6 ENTRAVES E DESAFIOS NO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO LAGOA GRANDE

Como foi visto no capítulo 2, toda intervenção urbana gera implicações socioespaciais. Desse modo, a requalificação urbana pode ter diferentes objetivos como: recuperar áreas urbanas centrais conferindo-lhes uma nova funcionalidade espacial; recuperar centros históricos; melhorar as condições urbanas espaciais, ambientais, sociais e econômicas nos casos dos assentamentos precários. Todos geram rebatimentos que vão além das formas espaciais e atingem diretamente as relações sociais e simbólicas constituindo-se num processo que envolve entraves e desafios, como no caso do Bairro Lagoa Grande, onde uma parcela significativa de seus moradores habitava uma área de assentamento precário sujeita a inundações e com sérias deficiências infraestruturais, configurando um espaço segregado.

O processo de requalificação urbana da Lagoa Grande tem como principal agente o Estado, que no decorrer de sua ocupação atuou em duas vertentes contraditórias, quando acaba por incrementar segregação e quando empreende iniciativas para reverter este processo:

> No contexto da autoconstrução, a participação do agente em destaque se dá efetivamente com a sua omissão, seja com a permissão da proliferação de loteamentos ilegais na periferia ou com o descaso associado às mencionadas incipientes políticas habitacionais, que resultam em crescentes movimentos de invasões de terrenos públicos ou privados. Também podemos destacar como ação segregacionista do Estado a construção de conjuntos habitacionais populares em lugares longínquos - com serviços e equipamentos urbanos incipientes. (FERNANDES; REBOUÇAS, 2010, p. 4).

Como remover pessoas que por mais fragilidades que tenham, mas encontram-se perto do seu trabalho, do centro comercial da cidade e mantêm vínculo com o lugar? Não importa se as paredes que sustentam o lugar de moradia são de papelão, lona, madeira, ou de alvenaria; aquele é o seu lugar. Então como lidar com esses desafios nas ações de requalificação urbana principalmente voltadas para assentamentos precários? Também não se deve deixar de abordar os entraves burocráticos, uma vez que vários agentes são abarcados, desde o Estado como aquele que dita as regras, até os agentes excluídos:

> Eles modelam o espaço de acordo as suas capacidades financeiras, através da aquisição ou invasão de terrenos privados ou públicos e a autoconstrução de moradias em áreas desprovidas de investimentos infra-estruturais inadequados e com serviços e equipamentos urbanos insuficientes. Atuam, por vezes, em ambientes íngremes, alagadiços e até periculosos, numa forma de resistência e

> sobrevivência. Temos então um exemplo claro da segregação imposta aos excluídos pelos grandes capitalistas. (FERNANDES; REBOUÇAS, 2010, p. 4-5).

Assim nas análises e propostas feitas durante *o II Seminário Internacional sobre Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas* realizado em Salvador em 1993, discutiu-se a retração na década de 1980 de políticas voltadas para as questões habitacionais, de saneamento e desenvolvimento urbano com um cenário de crise econômica juntamente com a dissolução e recriação de alguns ministérios nesse âmbito:

> Esse quadro, que levou à descontinuidade nas tentativas de colaboração e implementação de políticas e programas na área, abrindo espaço para ações isoladas que fazem com que as soluções encontradas pelas camadas de baixa renda fossem obtidas fora do mercado e quase sempre à revelia do quadro legal. A maioria dos Estados e municípios, desaparelhados e sem capacidade gerencial, não conseguiu preencher essas lacunas nos termos previstos pela Constituição de 1988, que transferiu-lhes inúmeras responsabilidades nesta área. (SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1993, p. 341).

A cidade de Feira de Santana é um exemplo das tentativas municipais em sanar as lacunas habitacionais com a criação de um plano para a construção de habitações através da autoconstrução denominado de PLANOLAR (citado nos capítulos 3 e 4), um dos fatores responsáveis pela ocupação do Bairro Lagoa Grande. Em 1993 a acentuada apropriação e aterramento da Lagoa Grande era de conhecimento da Secretaria de Habitação, que já sinalizava a necessidade de remoção das famílias antes que o "problema" tomasse maiores proporções.

Um dos representantes locais da Rocinha, no período de implantação do projeto de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande, quando questionado sobre os impactos da intervenção naquele local e quais as reivindicações dos moradores, expressou a preocupação da comunidade da seguinte maneira:

> Os morador não queria ir pra longe, e eu concordo. Pessoas que trabalharam, lutaram pra ter suas casa, um político, nenhuma das autoridade que esteve no poder na época não se ajuntaram pra dizer assim – "Ó aqui você não pode construir". E se disseram e deixaram quem errou foi eles. Depois de tudo pronto, rua calçada, rua entulhadas, rua onde tinha escola, as pessoas já estruturada levando seus filhos para escola, pra creche, onde já tinha posto de saúde, onde já tinha até creche nessa época, a Conder vem e quer tirar o povo. Aí o que acontece, então as pessoas reivindicava o quê? Tinha medo de ir pra esse lugar longe e lá não ter escola, não ter uma creche, não ter uma rua calçada, não ter segurança e ônibus pra levar e trazer esse povo pros seus trabalho. Foi aí onde eu também me preocupei também, entendeu, vai acontecer com eles, vai acontecer comigo também. Então, a ferida dói na pele de quem está sentindo a dor, então, o que é que acontece? As pessoas tinha medo, temia é de ir pra aquele lugar tão longe e não ter recurso para vim ao

> comércio fazer suas compra, ou até mesmo vim pro trabalho tão longe. (Gupo1/ Representante Local Comunitário 3).

A fala de um representante local destaca a omissão do poder público definido por ele como políticos e autoridades que consentiram, mesmo em meio à existência de estruturas precária na época a ocupação da área compreendida pela Favela da Rocinha, e que agora querem reassentá-los em uma área distante, o que se constitui em um entrave ao processo de requalificação urbana.

Outro fator relevante e que diz respeito ao início do processo de requalificação urbana foi a situação de moradia e a indenização[31] pelas habitações, pois, de acordo com o representante local, os moradores não concordaram em sair de suas casas e morarem em outras residências sob contrato (alugadas) até a construção do conjunto habitacional e não concordarem com os valores provenientes da indenização, nos casos em que as famílias se recusavam em se deslocar para a nova área de habitação:

> A proposta da Conder foi essa – tirar o povo. Aquele povo que ia ser relocado para outras casa ela ia pagar um aluguel, ia alugar uma casa e aquelas pessoa ia saí de suas casa e ia morar. Aí o povo não aceitou. Alguns aceitaram porque depois de muita conversa, mostraram [...] que ia dá certo. Mas logo no início as pessoas se manifestou não querendo aluguel, depois a Conder propôs um valor, o povo não quis, era muito baixo [...] o pagamento de suas casas. Como é que você gasta vinte e cinco mil numa casa e a Conder quer dar dez, quinze mil. Então, tem pessoas que teve que aceita lá (referindo-se ao conjunto habitacional construído para as famílias) porque o valor que pediu a Conder não deu. Então, [...] ou a casa ou perder, então, preferiu ir lá pra aquela lonjura porque a Conder não pagou o valor que as pessoas reivindicava (Grupo1/ Representante Comunitário Local 3).

O início do processo de implantação de um projeto principalmente de requalificação urbana é a parte mais delicada e poderá ser repercutida em todas as suas etapas de execução de maneira específica na dimensão social que será a mais atingida, como neste caso de estudo do Bairro Lagoa Grande que envolveu a "transposição" do espaço de vivência de 690 famílias. O primeiro impacto e de ação instantânea que pode ser identificado é o recebimento da notícia sobre a desocupação da área e a mudança do ambiente de moradia. Nesse momento cria-se uma atmosfera de dúvidas, esperanças, medos, inseguranças, expectativas, frustrações, necessidade de explicações e soluções em curto espaço de tempo. Para lidar com isto é necessário que os moradores sintam-se agentes ativos, ou cidadãos

[31] Devido a algumas dificuldades na obtenção de informações ao tempo para desenvolvimento desta pesquisa não foi possível analisar quais os parâmetros utilizados para a avaliação dos imóveis nem os fatores que foram levados em consideração junto à equipe da Conder, responsável pela avaliação e indenização das casas que no primeiro levantamento realizado foram feitas visitas e 3014 famílias. Nota da autora.

participantes deste processo e não apenas assimiladores passivos de informações sobre as mudanças espaciais, sociais, econômicas e simbólicas que ocorreram em suas vidas.

De acordo com a Coordenação social[32] do projeto, uma obra da magnitude como o da Lagoa Grande que compreende reassentamento de famílias torna-se um desafio também para a equipe responsável pela área de desenvolvimento social que buscou mediar a relação e participação da comunidade nesse processo e tentar amenizar os impactos, pois, ali toda uma identidade já havia sido construída:

> Na visão social, o grande problema, de uma obra como Lagoa Grande, onde você está mexendo ali com um número muito grande de famílias é exatamente o reassentamento, eu não digo nem reassentamento, eu digo relocamento, porque você vai tirar pessoas dali, [...] para sempre, essas pessoas têm vínculos ali, vínculos pessoais, vínculos sociais: o vizinho, é o filho que nasceu ali, é a casa que construiu com todo cuidado. Então, você tem [...] um enraizamento da sua vida ali, e na verdade um projeto desse puxa aquela árvore, aquela pessoa em formato de árvore com toda raiz. Então, é um cuidado que a gente tem que ter, [...] um respeito muito grande que você tem que ter com aquelas pessoas, que às vezes, é, traduzem essa relação complexa [...] lhe tratando mal, lhe rejeitando, rejeitando o projeto, [...] inclusive e até com ameaças. Mas é preciso que a gente entenda que a gente está mexendo muito com a vida daquelas famílias, [...], além de ser a questão do local, [...] da vida que você plantou ali, você está tirando aquelas pessoas para um lugar mais distante (Grupo 2/Coordenação Social do Projeto).

Do mesmo modo, ao procurar identificar os obstáculos da requalificação urbana por parte de autoridade política que acompanha este projeto e representa os interesses da cidade de Feira de Santana e do Estado da Bahia, o Deputado Estadual José Neto de Carvalho, ao ser perguntado sobre a localização do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição construído para reassentar as famílias, afirmou que:

> Ele foi construído porque você não tinha o que fazer. Tirar as famílias e dar um dinheiro para fazer casas aleatoriamente em outro lugar? Isso seria um problema pro outro lugar também porque nós estamos com dificuldade muito grande de urbanização na cidade e pelo valor é claro que não seriam pessoas que tivessem uma condição de fazer essa compra em lugar diria mais adequado do que o que vinham vivendo. Então, pra gente era importante fazer um conjunto que hoje está dentro de uma área que é a área que mais se desenvolve do ponto de vista habitacional na cidade. Agora mesmo com duas avenidas que serão construídas lá próximas a acessos que vão ser acessos muito mais rápidos, inclusive estão sendo ampliados, melhorados tanto via Aeroporto como Via Avenida Iguatemi, Avenida Airton Sena e Avenida Itatiaia e construímos equipamentos como creche, como espaços de lazer, de organização social, enfim, com saneamento básico, é, diria com muito mais dignidade do ponto de vista da estrutura de moradia do que o que eles viviam, já que viviam dentro da lagoa numa situação totalmente dificultosa, totalmente distante do que entendemos ser uma moradia do ponto de vista urbano adequado (Grupo2/Liderança Política).

[32]É preciso deixar claro que a entrevista realizada com a representante da parte social do projeto da Lagoa Grande só assumiu a função exercida posteriormente à fase inicial do projeto, mas buscou inteirar-se de todo início da implantação.

Ainda de acordo com o líder político, muitos esforços têm sido feitos para o desenvolvimento do projeto, mesmo com muitos entraves e desafios que justificam o período pelo qual o processo de requalificação urbana se estendeu:

> Olha primeiro tivemos problemas graves com relação a contrato, à desapropriação, não é uma obra simples, você tem que desapropriar as pessoas indenizar quem não quer ser desapropriado, ou seja, quem não quer ser transferido. Construímos um conjunto novo com 679 unidades para relocar as famílias, muitos não queriam ir para esse conjunto e sem contar que você enfrenta os problemas internos familiares – de quem é terreno, de quem é a casa, os irmãos um quer um coisa o outro quer outra, na hora dos valores é um problema sério. Então foi um trabalho muito delicado, inclusive cirúrgico para que a gente chegasse a fazer a desapropriação e o remanejamento e a abertura das frentes de trabalho. O outro aspecto é o aspecto interno administrativo do Governo Federal com o Governo Estadual que a Caixa Econômica apresentou uma nova tabela diferente da tabela que vinha sendo utilizada normalmente nas licitações da CONDER e essa tabela acabou criando várias dificuldades na hora de sentar pra viabilizar os valores das medições das execuções. Tivemos problemas com a primeira empresa, problemas graves que acabou sendo indenizada com contrato rescindido. Tivemos nova licitação depois da nova licitação mais um outro momento, nós tivemos mais problemas com essa mesma situação e só agora inclusive que o Governo Estado e o Governo Federal via Caixa Econômica começam a acertar esse compasso de fazer licitações que tenham condição de estar alinhada do ponto de vista dessa organização administrativa [...] (Grupo2/Liderança Política).

Os entraves e desafios do processo de requalificação urbana ficaram explícitos nos relatos dos moradores reassentados no conjunto habitacional Núcleo Conceição ao serem indagados sobre as mudanças que passaram e especificamente sobre o novo espaço de moradia e os entraves e desafios encontrados foram destacados no Quadro 6.

Quadro 6 – Síntese temática - Moradores reassentados

GRUPO1/ MORADORES	TEMA: NOVO ESPAÇO DE MORADIA E OS ENTRAVES E DESAFIOS ENCONTRADOS	SÍNTESE
M1	[...] a estrutura da gente quem tá fazendo é o povo que aqui não tinha nada. [...]. Só tinha as casas, só, e os sitiozinhos ao redor puro, não tinha nada, nada, não tinha nem mercado, nem farmácia. [...]. A creche estão dizendo que vão inaugurar agora, agora a escola só tá o projeto, só tem o terreno (Morador 1/Grupo 1).	Ausência de estabelecimentos comerciais importantes como mercados e farmácias e de serviços como educação e creche.
M2	Falta de médico, colégio, pelo menos minha neta estudava lá em baixo, para lá dessa pista. A menina deixou até de estudar porque era muito longe. A mãe não podia levar, eu também não podia levar, a menina parou de estudar. [...]. Aqui no conjunto mesmo tem creche, já está pronta, só falta a prefeitura resolver. A gente tem que ir na rua pra comprar um remédio, tem que ir na rua porque por aqui não tem farmácia(Morador 2/Grupo 1).	Problemas pelo não funcionamento do posto de saúde, ausência de farmácias, e não funcionamento da creche.
M3	[...] pra umas pessoas ficou muito difícil, entendeu, porque a vida aqui é difícil para a gente trabalhar, pra sobreviver, pagar água, pagar luz, trabalhar fora, tem horas que fica fora de hora, aquele sacrifício, tem que eu durmo por lá mesmo (no trabalho), com medo de vim e subir essa ladeira, entendeu, [...] eles deveria botar um bocado de lâmpadas aí nessa ladeira e teve até um assalto aí nessa ladeira. [...]. Que essa ladeira aqui é o maior perigo, tem que ter mais um benefício, entendeu, aqui tem que ter um posto policial aqui nessa esquina. (A moradora ainda complementa) [...] aqui tem futuro, agora aqui tem que ter um posto policial, [...] posto médico, [...], uma feirinha, um lugar que bote feira pra gente fazer compras pra não ir lá pra baixo, tem que ter transporte passando nessa ladeira aí direto que essa subida aí, não tá com nada esse transporte. Aqui minha filha, a gente pega um transporte agora, daqui a pouco espera duas horas, três horas (Morador 3/Grupo 1).	Novas despesas como água, energia elétrica, localização do conjunto habitacional distante do local de trabalho, falta de segurança, de lugar para fazer compras, um feira, funcionamento do posto de saúde e do transporte.
M4	Que quando eu me dominava, se eu tivesse no meu domínio, eu não vinha pra aqui não. Eu porque tô dominada pelos outros agora, porque pela minha vontade eu não vinha, eu não gosto daqui [...] mas lá era tudo melhor (na Lagoa Grande), tinha o posto de saúde perto, aqui não se acha nada, uma lonjura, aqui para passar um ônibus é um castigo [...]. Para eu ir na rua eu pago cinquenta reais pra ir no médico de transporte, porque eu não posso tá subindo e descendo, sabe, porque eu sinto coisa no coração [...]. Porque pra mim foi triste, não tem um médico pra gente ir, onde comprar um remédio, [...]. Dizem que o prefeito teve aí essa semana pra inaugura não sei o que lá de bola, é a quadra [...], disse que ia fazer e acontecer, inaugurar o posto, não sei o que... Não vi nada, o posto está lá, [...] mas não tem um médico, não tem uma enfermeira, uma pessoa que passe um remédio, não tem nada, [...] quem adoecer aqui e precisar de um carro, morre aí (Morador 4/Grupo 1).	Não gosta do local por ser distante, falta serviço no posto de saúde, ausência de farmácias, o transporte não funciona. Despesas com transporte para ir ao médico no centro da cidade e o que se tem quanto a isso ainda são promessas, não se concretizaram ainda.
M5	Não, não temos tudo não, não temos escola, nem creche nem posto né, supermercado a gente tem que comprar as coisas longe, pegar transporte, não temos tudo aqui não. [...]. A escola é distante né, pra minha menina que fez sexta série tem que levar, pegar ônibus, saí com ela que aqui não tem como botar ela na escola. [...]. Tudo aqui é dificultoso e tem pessoa que não tem nem condição de pagar transporte né, tem muitas pessoas que vai a pé, dificuldade, tudo isso [...]. Isso que vou colocar também as autoridades, que eles fizeram errado, eles eram pra abrir o posto, a creche, foi abrir uma quadra que não tem nada haver, o principal mais é o posto, escolas, eles fez tudo errado. Aí isso que nós não gostamos também (Morador 5/Grupo 1).	O posto de saúde e a creche não funcionam, não tem supermercado nas proximidades do conjunto habitacional, falta colégio, dificuldade para pagar o transporte, reprovação da atitude de inauguração da quadra esportiva, pois deveria ser priorizadas questões como saúde, educação e transporte.
M6	Foi bom tirar todo mundo de lá porque nós vivíamos dentro da água, da lama, fezes, porque os despejos era tudo dentro da lagoa, e foi bom. As casas aqui é boa, não tenho do que reclamar. Só tenho do que reclamar porque é longe e eu tenho problemas de saúde e preciso está no médico quase todo dia e é um sacrifício [...]. Os problemas daqui são transporte, lâmpada no corredor que está tendo muito assalto, assaltaram o ônibus essa semana aí [...] muito roubo de moto, então aqui está precisando de uma base, o certo mesmo é botar uma base aqui dentro, uma base militar .[...]. Nós já reivindicamos sobre isso, nós já fizemos a reunião agora queremos simplesmente, assegurar um ônibus. [...]. Porque tem muita criança que estuda, a minha estuda longe [...]. Então, essa é a dificuldade da gente, um ônibus escolar aqui dentro, uma base militar aqui dentro, é o que mais estamos precisando e a inauguração do posto de saúde (Morador 6/Grupo 1).	A mudança de ambiente foi boa, principalmente as novas casas, mas é preciso que os serviços estejam em funcionamento (saúde, educação, segurança, transporte), é necessário que haja um consenso, ou melhor, organização entre os moradores para reivindicação de melhorias.
M7	Achei errado ter tirado porque já tinha muitos anos que a gente estava lá, se eles não queriam que a gente morasse lá, quando a gente começou a construir por que não embargou? [...]. Porque na hora eles deixaram a gente entulhar para hoje está tudo bonitinho e eles tirarem as pessoas? [...]. Eu mesmo não gosto daqui porque eu trabalho tive que tirar meu filho do colégio, meu filho tá trabalhando porque tive que tirar do colégio porque é longe e eu não tinha condições de pagar carro pra ele. Tirei as meninas do colégio, [...] e botei aqui, é pior do que se tivesse lá, indo para lá de ônibus porque elas têm que subir lá para à Conceição perigoso do jeito que é, passa por um lugar ali de mato seis horas da noite que vem de lá. [...]. O que a gente acha errado aqui só é posto [...], se você sentir uma dor aqui você morre, entendeu, a lonjura que é demais, você não consegue comprar uma coisa boa, [...] a lonjura, não tem colégio, estou vendo a hora das crianças serem estupradas ali passando dentro dos matos, [...]. Tem dois anos sem posto, se a senhora quiser um médico tem que ir lá na Mangabeira (bairro vizinho) ou então em outro lugar porque aqui não tem, muitas vezes eu fiquei sem comprar uma coisa dentro de casa para poder pagar o médico lá em cima para poder não morrer, aqui não tem (Morador 7/Grupo 1).	Destaca a omissão do poder público ao permitir a ocupação da área em que viviam, para depois retirá-los, gerando impactos negativos como não poder manter o filho na escola uma vez que para ter acesso à escola mais próxima as crianças se arriscam por caminhos inseguros, além da distância e da ausência de serviço de saúde.

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2013).

A rejeição ao lugar é identificada em quase todas as falas, porém se observa que em nenhum momento foram citadas as novas habitações, ou se falou as infraestruturas, mas foi cobrada pelos moradores a ausência de serviços elementares que de acordo com o que foi previsto pelo PAC 2007-2010 busca garantir às famílias reassentadas melhores condições de habitação, porém não basta fornecer estruturas e equipamentos comunitários como abordado no capítulo 2.

É necessário que tanto o município quanto o Estado sejam parceiros, ou melhor, coadjuvantes para construir um espaço de cidadão para aquelas famílias que viviam em um espaço de fragilidades urbana, ambiental, social, econômica para que não se reproduza mais uma fragmentação socioespacial. Assim, segundo o Líder Político Deputado Estadual José Neto[33]:

> No tocante ao conjunto, você fala a questão do transporte, a questão das creches, escolas de atenção básica, nós estamos tentado uma área ali há dois anos para construir uma escola maior de segundo grau e precisa ser construída agora, enfim, essas situações estão sendo tratadas e eu preciso apenas dizer a vocês que não tem nada que não tenha sido enfrentado, agora claro que tem muita pedreira pela frente para que a gente possa dar, não diria o padrão de excelência, mas diria assim um padrão muitíssimo melhor do que o que nós tínhamos como essas pessoas moravam ao redor da lagoa, isso com relação a essas pessoas. (Grupo2/Liderança Política).

Por abarcar várias dimensões, o processo de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande torna-se complexo. A partir dos discursos apresentados, podemos compreender também os entraves e desafios que permeiam essa intervenção a começar pela regularização fundaria que é pré-requisito pra o início das obras e pode durar todo o processo de execução (abordado no capítulo 2), processo delicado de desapropriação e problemas burocráticos, reassentamento de famílias, mas também de regularização fundiária, recuperação ambiental com obras de saneamento, implantação de um parque voltado à área de lazer da população e melhorias habitacionais de famílias que não permaneceram no local.

A construção de novas moradias, neste caso, quanto mais próximas do lugar em que os moradores habitavam for, menor serão os impactos, pois o que pode ser abarcado pela visão principalmente dos tecnocratas, como um espaço "desordenado" para os que viviam e dependiam deste é representado pelos laços afetivos e de identidade com o lugar. A rotina

[33]O nome do referido representante político foi citado por se referir a uma autoridade que representa os interesses da população da cidade de Feira de Santana e acompanha o processo de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande.

de vida estabelecida, ou seja, suas vidas programadas a partir das distâncias com o trabalho, a escola, a igreja, serviços de saúde dentre outros elementos básicos que constituem o cotidiano da cidade. Então, quando não há possibilidade de mantê-los próximos devido aos altos preços dos terrenos, ou vontade política suficiente para isso, é necessário que haja uma consonância entre os agentes que participam desse processo porque não basta fornecer uma infraestrura de qualidade ao novo espaço de moradia como creche, posto de saúde, áreas de lazer, prédio para associação de moradores. É necessário que cumpram com as funções sociais as quais se destinaram.

CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

Pretendeu-se, neste trabalho, o desenvolvimento de um quadro propositivo para os entraves e desafios encontrados. Destarte, deve-se pontuar quão desafiadoras são as intervenções urbanas principalmente em áreas de assentamentos precários, como no Bairro Lagoa Grande, a Favela da Rocinha, identificada com habitações em área de risco, construídas em partes aterradas de uma lagoa, evidenciando a fragilidade da política habitacional no Brasil e a degradação ambiental motivada pela mesma.

O Programa de Aceleração do Crescimento, através de sua ação de Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), representa um avanço nas políticas públicas, incentivo aos estudos com a criação de banco de dados para orientar os projetos e investimentos nessas áreas, em que, os municípios não possam arcar com tão altos investimentos como no estudo de caso que foi apresentado. Para tanto, os municípios devem fazer os levantamentos e caracterizações de seus assentamentos precários ou subnormais, pois em alguns casos a primeira nomenclatura é utilizada para definição de ambos, como no caso dos estudos dos assentamentos precários no Brasil pelo Ministério das Cidades. Isto é necessário para que os projetos de iniciativa municipal possam ser inseridos em programas urbanos em escala federal, como a cidade de Feira de Santana, que fez o estudo sobre seus aglomerados urbanos precários denominado de “Hierarquização dos Assentamentos Subnormais”, elaborado em 2001, facilitando a identificação dos mesmos o seu grau de comprometimento ambiental e o risco para as populações residentes nesses espaços.

É preciso a constituição de uma política de requalificação urbana com suas normas e diretrizes próprias, que não sejam vinculadas a políticas públicas que ainda buscam ser implementadas como a Política Nacional de Habitação (PNH), pois o problema da precariedade de aglomerados urbanos no Brasil é considerável para justificar essa proposição. E que tenha como objetivo, também, facilitar os trâmites burocráticos e estimular uma maior consonância entre a escala municipal, estadual e federal, sanando os vazios de informações existentes sobre os assentamentos precários nos municípios brasileiros com a consolidação de um banco de dados precisos com base nas

particularidades e especificidades de cada assentamento para que as ações, programas e projetos sejam melhor planejados e que as formas de acompanhamento e disponibilização dos recursos não se constituam em entraves para a execução dos projetos de requalificação urbana.

A configuração espacial da cidade de Feira de Santana teve sua formação semelhante a de muitas outras cidades brasileiras que apresentam um espaço urbano fragmentado, resultante da negligência de planejamento e a falta de políticas habitacionais adequadas ou condizentes com a realidade local, além de retratar a ação do Estado na existência de formas espaciais segregadoras.

Desse modo, as intervenções do Estado impulsionadas principalmente pelo modelo de desenvolvimento econômico na década de 1960 influenciou diretamente a formação do espaço urbano feirense com a criação de rodovias com vistas a uma integração nacional e a descentralização da atividade industrial (formação do Centro Industrial do Subaé (CIS), provocaram forte atração populacional; demanda habitacional; e impactos negativos a riqueza hídrica da cidade de Feira de Santana que conta com um número considerável de lagoas, com importantes bacias como o Jacuípe, Subaé e o Pojuca, que têm como uma de suas fontes alimentadoras a Lagoa Grande, que compõe a área de estudo desta análise.

Assim, no caso do Bairro Lagoa Grande, ficou evidente a necessidade de uma intervenção, de maneira específica na parte em que está localizada a Favela da Rocinha, que apresenta condições precárias de habitação e foi ocupada de forma irregular em uma área de proteção ambiental permanente, na qual uma parte dos moradores foram submetidos a um processo de reassentamento como uma das etapas da ação de requalificação urbana.

No entanto, a partir da análise sobre a ação do Estado, levando em consideração a percepção de alguns moradores, que foram relocados para o Conjunto Habitacional Núcleo Conceição, percebeu-se que o processo de reassentamento das famílias demonstrou fragilidades na execução da ação de requalificação urbana do bairro, pois o que foi previsto no Projeto de Integração Socioambiental - Lagoa Grande não é compatível com a realidade enfrentada pelos moradores reassentados, a começar pelo tempo de duração das obras que se prolongaram por um período que já dura aproximadamente cinco anos, tempo em que se tentou esboçar os entraves e desafios dessa intervenção.

É necessário destacar a importância do projeto socioambiental que buscou desenvolver um processo de requalificação urbana buscando entender as características

sociais, econômicas, ambientais e históricas do Bairro Lagoa Grande, identificado nas suas propostas de trabalho com a comunidade. Desse modo, a definição de requalificação urbana empreendido na Lagoa Grande significa recuperar o patrimônio ambiental, dar uma área de lazer à população feirense e habitações dignas aos moradores que se localizavam na área caracterizada como precária e com riscos de inundação. Essa ação torna-se desafiadora, especialmente no que tange ao reassentamento de famílias, pois a área em que está localizada a Lagoa Grande apresenta grande densidade demográfica por se situar dentro do Anel de Contorno da cidade onde existe forte especulação imobiliária pela proximidade com centro da cidade e por ser circundada por avenidas que dão dinamicidade e interligam a área central onde se concentra a maior parte do comércio e serviços. Então, como construir um conjunto habitacional nas proximidades de sua antiga área de moradia?

É preciso reforçar que os assentamentos precários caracterizam-se principalmente pelas fragilidades infraestruturais, sociais, econômicas e ambientais. Porém cada um tem sua especificidade que compreende desde sua morfologia (estrutura do terreno), até as formas de apropriação (invasões, favelas, loteamentos clandestinos, ocupação de áreas públicas e de proteção ambiental) e como se organizam no espaço, por isso o termo “desordenado” não se aplica porque essas formações socioespaciais expressam o resultado de ações desencadeadas por agentes que regulam, consomem e produzem o espaço urbano como o Estado e os agentes imobiliários.

As ações de requalificação urbana devem ser sempre definidas por projetos participativos para que sejam adequadas às necessidades locais através de audiências públicas, consultas às comunidades e às associações de moradores, tendo-se o cuidado para que não sejam tratadas como mais um empreendimento com implantação de infraestruturas, mas que seja dada ênfase à dimensão social e ambiental trabalhadas de maneira que não venha se configurar como um processo de valorização de determinadas áreas urbanas, favorecendo à especulação imobiliária e fornecendo elementos para futura gentrificação, ou em simples definição – a supervalorização da área e expulsão dos moradores mais antigos que permaneceram no Bairro Lagoa Grande.

O Estado deve cumprir o seu papel com a descentralização na distribuição espacial e gestão dos bens, criação de mecanismos institucionais que possam garantir condições e oportunidades a partir do controle e uso do solo urbano mais justo, transformando a cidade em um espaço efetivamente do cidadão. Porém o que se observa no quesito habitacional é

um Estado que atua como agente imobiliário, valorizando espaços com ações pontuais e contribuindo para a especulação imobiliária, convertendo dessa forma o problema habitacional em mercadoria e marginalizando a população de menor poder aquisitivo. É essa realidade que a partir do ano de 2000 as políticas públicas tentam superar com a implementação de políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano com acesso à moradia para a população de baixa renda, e a requalificação urbana dos assentamentos precários como parte desse novo cenário da política urbana nacional.

Diante da análise que foi desenvolvida e de seus resultados, serão apresentadas algumas proposições (Quadro 7) de forma que possam contribuir com os entraves e desafios identificados a partir do estudo de caso do processo de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana. Assim, foram pensadas ações tomando por base os aspectos investigados que foram delimitados nos objetivos deste trabalho, pois o projeto de requalificação encontra-se em fase de execução e se trata de uma obra de grande porte em que foi dada ênfase aos seus possíveis rebatimentos socioespaciais. Dessa maneira foram propostas ações de curto, médio e longo prazo.

Quadro 7 – Proposições sobre os entraves e desafios encontrados no processo de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande

SOCIAIS	INFRAESTRURAIS	LEGISLATIVOS
Implantação urgente de serviços de apóio e proteção social como o CRAS principalmente quando é identificada sua ausência nas proximidades da área de reassentamento.	A Secretária de Transportes da PMFS deve apresentar um Plano de Transportes para a população para que seja feita a verificação se o número de ônibus é suficiente para atender àquela nova demanda concomitante a fiscalização sobre a regularidade e horário dos mesmos.	A urbanização de assentamentos precários prevista pelo PAC deve se constituir em uma política continuada e se estender não somente as áreas metropolitanas e cidades com mais de 150 mil habitantes.
Funcionamento do Galpão de Reciclagem que poderia ser utilizado para realização de oficinas para manuseio e aproveitamento de matérias recicláveis fomentando o empreendedorismo na comunidade em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana que tem um núcleo de educação ambiental e oferece cursos.		Nas intervenções urbanas que envolvem remoção de famílias, deve ser cobrado do município um estudo detalhado explorando todas as alternativas e áreas que poderiam ser utilizadas para o reassentamento das famílias e apresentada como uma Proposta de Áreas para Reassentamento de Famílias de Assentamentos Precários (PARFAP).
Funcionamento da creche para atender as crianças e estipular um prazo para construção de um colégio que possa atender a demanda dos moradores dentro do conjunto habitacional que já possui área destinada para suam implantação.	As creches construídas em áreas destinadas ao reassentamento de famílias seu funcionamento deve constar na lista de prioridades da Secretária de Educação Municipal.	O município deve agir em consonância com o Estado e os outros agentes evolvidos como a sociedade civil para discutir, propor e delegar alternativas em menor escala sobre os espaços consolidados e de moradia em áreas ambientalmente frágeis e impróprias para habitação.
Implantação de uma unidade básica militar, ou reforçar o policiamento nas imediações do conjunto habitacional.	O projeto socioambiental deve ser composto não somente pelo Plano de Reassentamento, mas por um planejamento de funcionamento dos serviços e infresteruturas construído em conjunto com cada secretaria municipal envolvida que deve apresentar um plano para a saúde, educação e transporte por exemplo.	Em processos que envolvem reassentamento de famílias deve ser priorizada a formação de uma Comissão de Moradores junto ao Ministério Público para garantir a transparência e cumprimento do que foi acordado no projeto de requalificação urbana em que as famílias foram submetidas.

Curto prazo Médio prazo Longo prazo

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2014).

REFERÊNCIAS

BACELAR, T. A. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: ENSAIOS sobre o desenvolvimento brasileiro*:* heranças e urgências. Rios de Janeiro: Revan, p. 17-24, 2000.

BAHIA. *Lei Complementar nº. 35*, de 06 de julho de 2011. Institui a Região Metropolitana de Feira de Santana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028289/lei-complementar-35-11-bahia-ba>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BALTRUSIS, N.; MOURAD, L. N. Movimentos de Resistência aos Processos de Renovação Conservadora e Excludente no Centro histórico de Salvador. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO: A CIRCULAÇÃO DAS IDÉIAS NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES: UMA VIA DE MÃO DUPLA, 12., 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PROPAR/UFRGS. 2012. v. 1, p. 1-12.

BONATES, M. F. Política de habitação nas áreas centrais: retórica *versus* prática. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 21, p. 105-129, 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5958/4312. Acesso em: 16 ago. 2012.

BRASIL. *Plano Plurianual 2008-2011*. Disponível em: <http://www.sigplan.gov.br>. Acesso em: 25 de ago. 2012.

_____. Programa Aceleração do Crescimento (PAC). *Manual de Instruções:* Projetos Prioritários de Investimentos – PPI - Intervenções em Favelas (2007-2010). Disponível em: <http://www..gov.br/ministerio-das /legislacao/instrucoesnormativas/instrucoesnormativas-2007/AnexoIN29_2007.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. Ministério das Cidades. *Política Nacional de Habitação*. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php/politica-nacional-de-habitacao-pnh.html > Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN. *Plano Plurianual 2008-2011*. Disponível em: <http://www.sigplan.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Urbanização de favelas:* a experiência do PAC. Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PAC_Urbanizacao_de_Favelas_Web.pdf >. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação / Centro de Estudos da Metrópole/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. *Assentamentos Precários no Brasil Urbano.* Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/98/titulo/Assentamentos+Precarios+no+Brasil+Urbano >. Acesso em: 22 fev.14.

BRASIL. *Resolução nº. 369* - CONAMA, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP. Disponível em: <http:// www.sigam.ambiente.sp.gov.br/.../RES_CONAMA_2006_369>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. *Resolução nº. 303* - CONAMA, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Proteção Permanente. Disponível em: <http:// www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302>. Acesso em: 20 jun. de 2012.

_____.*Lei n. 4.771*, Código Florestal Brasileiro de 15 de Setembro de 1965. Disponível em: <*https://* www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BUENO, E. P. A Ação do meio técnico científico informacional sobre o espaço urbano de catalão: algumas considerações. In.ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇA, 16., 2010, Porto Alegre. *Anais*... Porto Alegre, 2010. p. 1-11.

CALDAS, J. *Espaços urbanos:* uma produção popular. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador-Ba, 1998.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *O espaço urbano*: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH- Departamento de Geografia da USP, 2007. Acesso em: 25 mar. 2012.

CDL - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FEIRA DE SANTANA. *Anuário Estatístico 2012*. Feira de Santana, 2012. v. 3.

CONDER – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. *Projeto integrado de desenvolvimento sócio-ambiental*: Lagoa Grande. Feira de Santana: Programa de Aceleração do Crescimento, 2008.

COORDEIRO, D. O. *Políticas de intervenção em favelas e as transformações nos programas, procedimentos e práticas:* a experiência de atuação do município de Embu. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA. M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano:* agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Relatório Trimestral (2013) – CRAS Vivaldo França. In: PMFS – PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. *Plano Anual de Ações.* Feira de Santana, 2014.

DENALDI, R. (Org.). Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção. In: PLANEJAMENTO habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo: Annablume, 2013. p. 97-126.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 31-60.

DUARTE R. G. O processo de reabilitação e renovação urbana na Cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. *Revista eletrônica de Geografia Y Ciencias Sociales*. Barcelona:

Universidad de Barcelona, v. 9, n. 194, 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-44.htm>. Acesso em: 25 mar. 2012.

FERNANDES, R. B.; REBOUÇAS, F. R. A pobreza na cidade de Salvador, Bahia – Brasil: analise de Pirajá, exemplo de segregação sócioespacial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires, 2010. *Anais*... Buenos Aires, 2010. Disponível em: <:http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/75.htm>. Acesso em: 15 set. 2013.

FONSECA, A. A M. A Emergência do lugar no contexto da globalização. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, n. 5, p. 96-102, 2001.

FREIRE, R. A pobreza e a questão urbana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS, 2., 1994, Brasília. *Anais*... Brasília, DF : PNUD, 1994. p. 37-41.

FREITAS, N. B. *Urbanização em Feira de Santana*: influência da industrialização (1970 – 1996). 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1998.

GIL, A. C. Amostragem na pesquisa social. In: _____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. *A produção capitalista do espaço.* São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. 2010. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2012.

_____. *População de Feira de Santana.* Disponível em: *<http://www*.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=291080>. *Acesso em: 20 fev. 2013.*

_____. *Região de influência das cidades 2007*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>. Acesso em: 18 dez. 2012.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2012.

LEFEBVRE, H. *O direito a cidade*. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, K. O. *A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento:* um estudo a partir do PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

LOBÃO, J. S. B.; MACHADO, R. Avaliação multi-temporal, da ocupação das Lagoas urbanas de Feira de Santana-BA, por meio de Sistema de Informação Geográfica. In:

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. *Anais...* Goiânia, abr. 2005. p. 3797-3804.

LUBISCO, N. M. L.; CHAGAS, S. V. *Manual de estilo acadêmico*: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 5. ed. Salvador : EDUFBA, 2013.

MAGALHÃES, I. Planos locais de habitação. In: DENALDI, R. (Org.). *Planejamento habitacional:* notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo: Annablume, 2013. p. 13-28.

MARCONI, M. de A. *Técnicas de pesquisa*: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. *Espaço & Debates*: Segregações Urbanas. São Paulo: Imprensa da Fé. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004.

MARICATO, E. Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica In: _____. *O imp*asse *da política urbana no Brasil*. Petrópolis - Rj: Vozes, 2011. p. 99-169.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. ARANTES, O.; Carlos VAINER, C. MARICATO, E. *A cidade do pensamento único:* desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEGUZZO, I.; CHAICOUSKI, A. Reflexões acerca dos conceitos de degradação ambiental, impacto ambiental e conservação da natureza. *Revista Geografia (Londrina)*. Londrina, v. 19 n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>. Acesso em: 25 fev. 2014.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a. p. 9-29.

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b. p. 61-77.

MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-30, 2011.

OLIVEIRA, M. L. *Espaço urbano e o modo de vida na favela*: a voz dos moradores da Rocinha em Feira de Santana-Ba. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2010.

PMFS - PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. *Lei Complementar nº. 1.612* de 11 de novembro de 1992. Código do Meio Ambiente. Dispõe sobre o Código do Meio Ambiente de Feira de Santana e dá outras providências. Feira de Santana: PMFS, 1992.

_____. *Lei Municipal nº 825/77*. Cria o Plano Municipal de Habitação Popular – Planolar – e a Diretoria de Habitação Social e dá outras providências. Disponível em: <vs27.pytown.com/.../Leis%20Municipais%20Digitalizadas%20do%20ano%20de%2>. Acesso em: 14 set. 2013.

PMFS - PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. *Plano Anual de Ações.* Feira de Santana, 2014.

PMFS - PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Feira de Santana – SEMMAM. *Plano Municipal de Meio Ambiente de Feira de Santana*. Feira de Santana, 2009.

PMFS - PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Secretária Municipal de Planejamento- SEPLAN. *Hierarquização:* assentamentos subnormais. Feira de Santana, 2001.

ROLNIK, R.; BOTLER, M. Por uma política de reabilitação de centros urbanos. *Revista Óculum*, Campinas: PUC, 2004.

ROSS, J. L. S. *Ecogeografia do Brasil:* subsídios para planejamento ambiental. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2006.

SANTO, S. M. *A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana:* Bahia (1940-2010). 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2012.

_____. O desenvolvimento urbano em Feira de Santana (Ba). *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 28, p. 9-20, jan./jun. 2003.

_____. *A água em Feira de Santana*: uma análise do bairro Rocinha. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1995.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. O tempo (os eventos) e o espaço. In: A NATUREZA do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 115-13.

_____. *Técnica, espaço, tempo:* globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo, SP: Nobel, 1996.

SCHWEIZER, P. J. Recuperação de áreas urbanas degradadas e sustentabilidade ambiental. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS, 2., 1993, *Anais...* Brasília: PNUD, 1993. p.113-133.

SECRETÁRIA denuncia vendas de terrenos na Lagoa Grande. **Jornal Feira Hoje**, 26 jan. 1993.

SERVILHA, E. R. *As áreas de preservação permanente dos cursos d'agua urbanos para a ordem pública. Município de Campinas/SP*. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas –SP, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000313671&fd=y>. Acesso em: 15 mar. 2012.

SIGPLAN - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO. [Portal institucional]. 2013. Disponível em: <www.sigplan.gov.br> Acesso em: 15 mar. 2013.

SILVA, O. A. *Recursos hídricos ação do Estado e reordenação territorial*: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no estado da Bahia – Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, Espanha, 2008.

SILVA, S. C. B. M. Diferenciação, desequilíbrios e desigualdades regionais: conceitos básicos. In: DESEQUILÍBRIOS e Desigualdades Regionais no Brasil e nos Estados Brasileiros. João Pessoa, PB: Grafset, 2008.

SILVA, S. C. B. M.; SILVA, B. C. M. N.; LEAO, S. O. *O subsistema urbano-regional de Feira de Santana*. Recife: Sudene, 1985.

SPOSITO, E. S. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 2004.

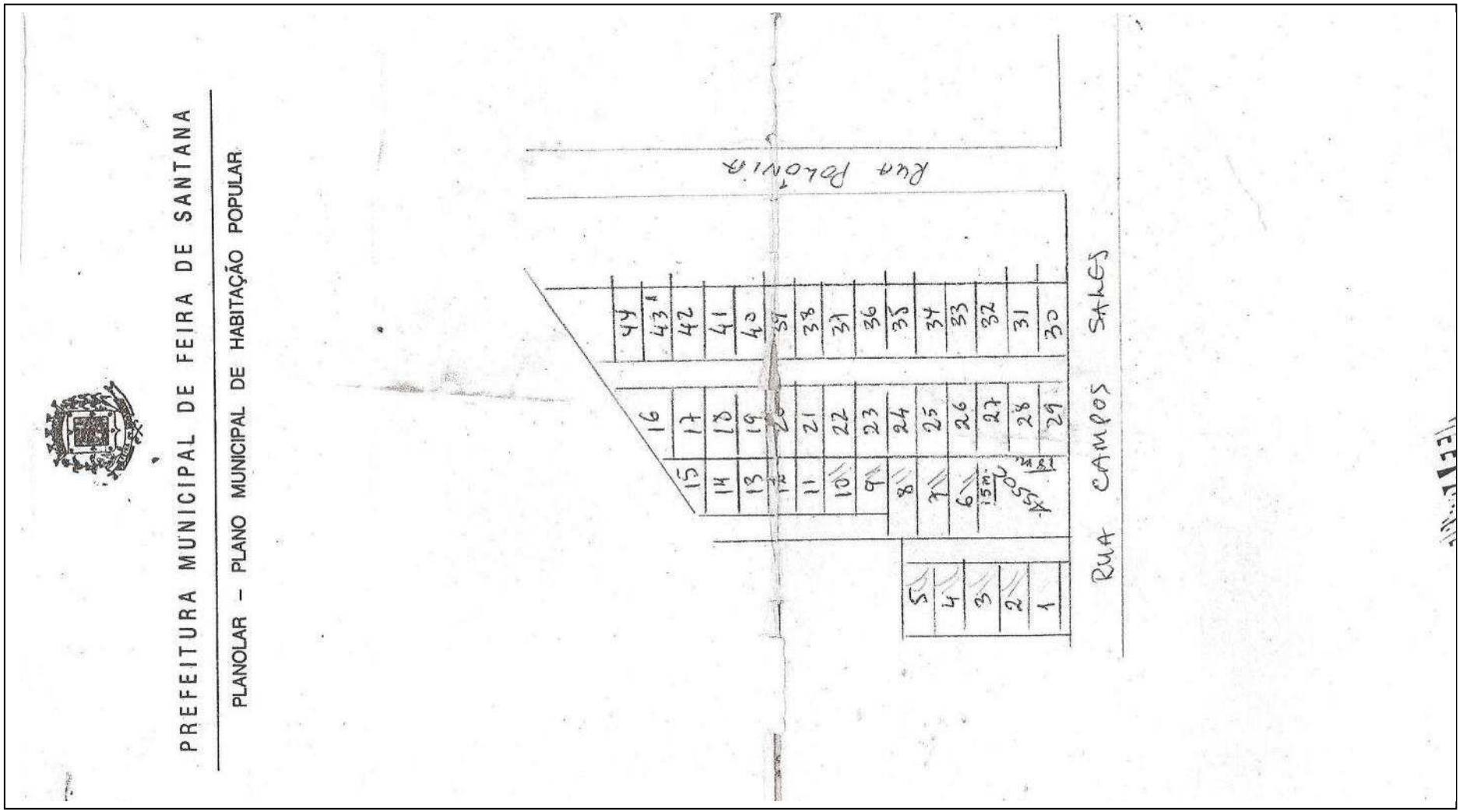
TEIXEIRA, S. M. Trabalho interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 286 - 297, ago./dez. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINNER, C. Grandes Projetos Urbanos. In: *Grandes projetos urbanos*: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira. Porto Alegre, RS: Masquatro, 2013. p. 135-166.

VARGAS, H. L. Ocupação irregular de APP Urbana: um estudo da percepção social acerca do conflito de interesses que se estabelece na Lagoa do Prato Raso, em Feira de Santana, Bahia. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p.7-36, jul./dez. 2008.

ANEXO A - Planta dos Primeiros Lotes do PLANOLAR na Rocinha



Fonte: Associação de Moradores Menino Jesus – Lagoa Grande

ANEXO B – Denúncia de comercialização de terrenos na Lagoa Grande

Feira Hoje. Terça-feira. 26 01 93

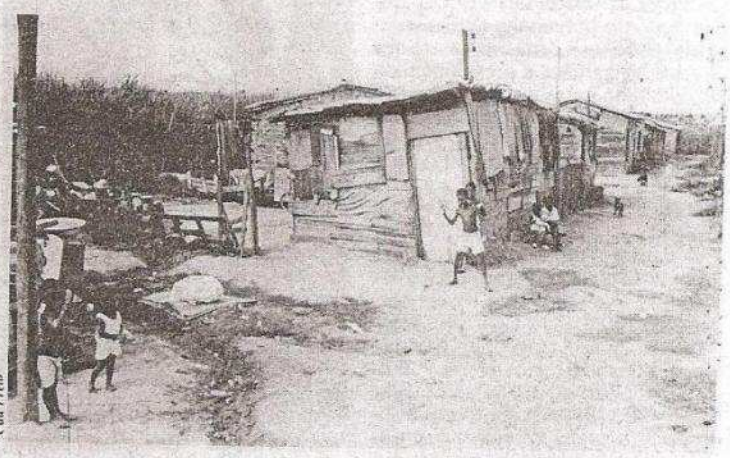
Bahia

Secretária denuncia venda de terrenos na Lagoa Grande

Mais de cem famílias já estão instaladas na Lagoa Grande. A invasão começou na mesma época em que a Prefeitura Municipal elaborou um projeto para transformar o local num Parque da Cidade. A área foi desapropriada e transformada em área de preservação ambiental. A secretária de Habitação Popular e Desenvolvimento Comunitário, Ana Rita Braga, disse que ainda não dispõe de informações sobre a desapropriação e do projeto. Mas garante que os invasores não poderão continuar na Lagoa Grande.

Segundo ela, além dos invasores, há denúncias de pessoas que estão vendendo terrenos na área. "Estamos providenciando o cadastramento destas pessoas para posteriormente resolver o problema de moradia delas, e de imediato vamos verificar estas denúncias para impedir que se continue vendendo terreno neste local", disse ela.

A maior preocupação da Secretaria de Habitação é que além do terreno não poder ser habitado por se tratar de uma área de preservação ambiental, os atuais moradores estão correndo riscos. "Enquanto não chove eles vão passando porque a lagoa está [illegible] quando as chuvas de março chegarem eles vão ficar em situação complicada, por isso vamos tentar resolver o problema antes que isso aconteça.



Céu Preto

A invasão está numa área desapropriada

Ana Rita garantiu que a secretaria vai construir casas populares para deslocar o pessoal da Lagoa Grande. "Só estamos aguardando liberação de verbas do governo federal. Na próxima semana vamos continuar o recadastramento dos [illegible] pouco tempo solucionar este problema".

Mazina Souza Carneiro, que construiu sua casa praticamente dentro da Lagoa, sabe que corre risco com as chuvas, inclusive já teve uma pequena demonstração do que vai acontecer, há poucos dias com as chuvas de dezembro. "Sei que é perigoso, mas não posso sair daqui porque não tenho para onde ir com os meus três filhos".

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas para Representante Local Agente Comunitário de Saúde

Universidade Federal da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Mestranda: Paula Leilane Oliveira celestino

Dissertação: Requalificação Urbana: Entraves e Desafios no Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana – Bahia (2000-2013)

GRUPO 1: REPRESENTANTE LOCAL AGENTE DE SAÚDE

1. Agente de Saúde:

2. Principais doenças diagnosticadas no Bairro Lagoa Grande

3. Existe muitos casos de diarréia e verminoses? Em sua grande parte são crianças, adultos e em que parte do bairro tem maior ocorrência?

4. Existe alguma ação ou projeto voltado para melhorar a qualidade de vida e prevenir algumas doenças no bairro Lagoa Grande? Quais são?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas para Representante Social ou Comunitário Local

Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestranda: Paula Leilane Oliveira celestino
Dissertação: Requalificação Urbana: Entraves e Desafios no Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana – Bahia (2000-2013)

GRUPO 1: REPRESENTANTE SOCIAL OU COMUNITÁRIO LOCAL

1. Em que ano e como começou a ocupação do Bairro Lagoa Grande?
2. Desde o início da ocupação sempre se chamou Lagoa Grande? E por que?

3. Existe associação de moradores no bairro? qual? Já teve participação ou participa de alguma associação?

4. Os moradores do bairro costumam fazer reuniões para discutir problemas do bairro? Os moradores são pouco ou muito participativos?

5. Dentre os equipamentos comunitários e urbanos como educação, cultura, saúde, lazer, abastecimento de água, serviços de esgoto, rede telefônica, energia elétrica, coleta de lixo, pavimentação das ruas, quais são os que o bairro Lagoa Grande mais necessita?

6. Como um dos representantes da comunidade do bairro Lagoa Grande, com ex-presidente de associação e sua atual atuação na administração do bairro como ficou sabendo desse projeto de requalificação urbana?

7. Antes da implantação do projeto foi realizada alguma reunião junto a associação com os moradores do bairro Lagoa Grande para esclarecer o objetivo do projeto e as transformações que o bairro iria passar?

8. Como um dos representantes do bairro o senhor teve alguma participação na implantação e execução desse projeto? Os moradores fizeram algum tipo de organização ou reunião para manifestar a sua aceitação ou se eram contrários ao projeto de requalificação urbana?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas para Coordenação Social do Projeto Socioambiental

Universidade Federal da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Mestranda: Paula Leilane Oliveira celestino

Dissertação: Requalificação Urbana: Entraves e Desafios no Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana – Bahia (2000-2013)

GRUPO 2: COORDENAÇÃO SOCIAL DO PROJETO SOCIOAMBIENTAL

1. Como foi organizada a implantação do Projeto de Requalificação Urbana do Bairro Lagoa Grande?

2. Antes da implantação do Projeto de Requalificação Urbana a população local foi consultada para que se pudesse elaborar um projeto condizente com a realidade local? E de que forma isto ocorreu?

3. Quais são as principais entraves e desafios encontradas para a execução do projeto desde sua fase inicial até o estágio atual?

4. Desde a implantação o projeto sofreu algum tipo de alteração e por quê?

5. Antes da implantação do projeto foi realizada alguma reunião com os moradores do bairro Lagoa Grande para esclarecer o objetivo da obra e as transformações que o bairro iria passar?

6. A execução das obras já foi interrompida e por qual motivo?

7. Qual foi o parâmetro adotado para determinar a retirada de 690 famílias?

8. Como foi organizado o processo de reassentamento das famílias?

9. Como foi tratada a questão das relações simbólicas (questão da identidade, sentimento de pertencimento, laços afetivos com o lugar) com os moradores a serem reassentados?

10. Quando começou o reassentamento das famílias e qual a previsão para o término?

11. Quantas famílias já foram reassentadas?

13. Quais foram os problemas enfrentados no processo de reassentamento das famílias?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas para Liderança Política

Universidade Federal da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Mestranda: Paula Leilane Oliveira celestino

Dissertação: Requalificação Urbana: Entraves e Desafios no Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana – Bahia (2000-2013)

GRUPO 2: Liderança Política

1. Qual a importância desta intervenção urbana para a cidade de Feira de Santana?

2. Em 2008 iniciaram-se as ações preliminares de requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande, entretanto, as obras ainda se encontram em fase execução. O que poderia ser destacado como entraves e desafios para justificar o período que esta obra se estendeu?

3. O que acha da localização do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição e se o mesmo foi construído apenas para o remanejamento das famílias do bairro Lagoa Grande?

4. Essas famílias elas tiveram abertura para discutir sobre a escolha do novo local de moradia?

5. No primeiro trimestre de 2012 as famílias do Bairro Lagoa Grande começaram a ser remanejadas e até o final de 2013, em que famílias ainda estavam sendo remanejadas, os moradores ainda cobravam serviços importantes como posto de saúde, creche, transporte e escola. Diante desta situação quais medidas estão sendo tomadas junto ao poder público municipal pra tentar sanar esse problema?

APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas para Moradores Reassentados – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição

Universidade Federal da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Mestranda: Paula Leilane Oliveira celestino

Dissertação: Requalificação Urbana: Entraves e Desafios no Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana – Bahia (2000-2013)

GRUPO 3: Moradores Reassentados

1. Quanto tempo morou no bairro Lagoa Grande?

2. Quando foi reassentado(a) no conjunto habitacional Núcleo Conceição?

3. O Conjunto habitacional tem associação de moradores ou algum líder que representa os interesses dos moradores?

4. Como você foi informado(a) e o que foi dito sobre o Projeto de Requalificação Urbana do bairro Lagoa Grande?

5. Foram realizadas reuniões ou encontros por parte do órgão executor do projeto para informar os moradores sobre como seria o processo de reassentamento e como foi feita a escolha do lugar para construção do conjunto habitacional e se os moradores estavam de acordo?

6. Como foi feito o reassentamento das famílias? Todos os moradores concordaram em ter que sair do Bairro Lagoa Grande?

7. O que você achou do reassentamento das famílias e da localização do conjunto habitacional?

8. O conjunto habitacional dispõe de infraestrutura possibilitando uma melhor qualidade de vida para os moradores?

9. Quais são os principais problemas enfrentados no conjunto habitacional?